



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ELISA ROBERTA ZANON

O CENTRO AINDA É CENTRO:
FORMAÇÃO E PERMANÊNCIA DAS CENTRALIDADES
FUNCIONAL E REPRESENTATIVA DO CENTRO PRINCIPAL
DA CIDADE DE LONDRINA-PR

ELISA ROBERTA ZANON

**O CENTRO AINDA É CENTRO:
FORMAÇÃO E PERMANÊNCIA DAS CENTRALIDADES
FUNCIONAL E REPRESENTATIVA DO CENTRO PRINCIPAL
DA CIDADE DE LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia: Dinâmica Espaço Ambiental da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fábio César Alves da Cunha.

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Z33c Zanon, Elisa Roberta.

O centro ainda é centro: formação e permanência das centralidades funcional e representativa do centro principal da cidade de Londrina-PR / Elisa Roberta Zanon. – Londrina, 2014.
152 p. : il.

Orientador: Fábio César Alves da Cunha.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Geografia urbana – Teses. 2. Cidades e vilas – Paraná – Teses. 3. Planejamento urbano – Teses. 4. Lugares centrais (cidades e vilas) – Teses. 5. Crescimento urbano – Londrina (PR) – Teses. I. Cunha, Fábio César Alves da. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU

ELISA ROBERTA ZANON

O CENTRO AINDA É CENTRO:
FORMAÇÃO E PERMANÊNCIA DAS CENTRALIDADES FUNCIONAL E
REPRESENTATIVA DO CENTRO PRINCIPAL DA CIDADE DE
LONDRINA-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia: Dinâmica Espaço Ambiental da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fábio César A. da Cunha
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dra. Tânia Maria Fresca
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dra. Márcia da Silva
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
UNICENTRO

Londrina, 18 de agosto de 2014.

Dedico este trabalho à Londrina que
me conduziu ao amor pelas cidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Fábio César Alves da Cunha não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina pela oportunidade de reflexão sobre o espaço urbano e as cidades.

Aos colegas que compartilharam nesta trajetória de pesquisa.

E gostaria de agradecer também pessoas importantes do meu dia a dia e que me apoiaram na elaboração deste trabalho: a minha filha Avadora e meu Rei Santos pela motivação nos estudos e partilha dos saberes.

A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir.

Ítalo Calvino.

ZANON, Elisa Roberta. **O Centro ainda é Centro**: formação e permanência das centralidades funcional e representativa do centro principal da cidade de Londrina-PR. 2014. 152 p. Dissertação (Mestrado em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

O contexto do crescimento da cidade de Londrina associado aos novos arranjos de sua organização intra-urbana nas últimas décadas conduziu, neste trabalho de dissertação, o interesse pela pesquisa do Centro e seu papel frente ao processo de descentralização. De modo geral, as circunstâncias na atualidade mostram que a urbanização tem evidenciado um processo com tendências de complexificação de sua organização espacial, principalmente, a partir do final do século XX. Nesse sentido, o centro da cidade, que antes se destacava pela presença singular, passa a posição de articulado aos demais centros, sendo que sua função não se restringe como centralidade que converge concentração de infraestrutura, fluxos e o setor terciário. Este centro, entendido como centro principal na estrutura urbana também assume uma condição representativa da cidade, tendo em vista seus atributos: abrangência setorial e territorial, maior diversidade de atividades, acessibilidade, nodalidade, além de que o centro se mostra um espaço complexo, difícil de ser dominado pelas classes sociais, mas também o local dos monumentos, da história local, e de concentração dos valores simbólicos. Em Londrina, o Centro foi analisado a partir da evolução urbana tanto no âmbito geral da cidade, ou seja, o centro inserido na articulação da estrutura urbana, como também, o centro em si com destaque para a formação e consolidação do centro como lugar. Por fim, o Centro de Londrina embora tenha sua centralidade de setor terciário tensionada em razão do surgimento de outras áreas de centralidade com funções comerciais e de prestação de serviços na cidade, este ainda permanece como Centro Principal da centralidade funcional por ser útil pelos seus atributos, mas também agrega uma centralidade representativa com base em seus aspectos formais e simbólicos.

Palavras-chave: Centro principal. Centralidade. Produção socioespacial. Estrutura urbana. Simbólico.

ZANON, Elisa Roberta. **The continuity of the city center: functional and symbolic centralities in the Centre of Londrina-PR.** 2014. 152 p. Dissertação (Mestrado em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

The urban development of Londrina city (State Paraná – Brazil) associated with new city arrangements over the past few decades is the main interest in this research work focused at the city Centre and its function in the urban structure. By now, from the late twentieth century, the urbanization in general has shown a complexity process of spatial organization. Besides the unique center in the city has change its single position to be articulated to other centers, and to take on moreover than a centrality of infrastructure, flux and shopping. So, this center that reaches to the main center in the urban structure it's also undertaken in a representative city condition. Therefore its attributes are: sectoral and territorial urban scale, multiple activities, accessibility, nodality, a complex space, interests conflicts by social backgrounds, beyond the monuments, local history, and symbolic values. In Londrina, the Centre as well it's city are analyzed through the urban built-up growth, been emphasised on the establishment and development of the center as a place inserted into the urban arrangement. Finally, the Centre of Londrina (main center) although has been tensioned in its business trade since the emergence of other areas of centrality in the city, this Centre still remains in its functional centrality as its attributes had been useful for that and also a representative status based on the formal and symbolic aspects.

Key words: Centre. Centrality. Spatial socio production. Urban structure. Symbolic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Eixo espaço-temporal do fenômeno urbano..... | 28 |
| Figura 2 – Esquema interpretativo de mudanças do sistema urbano-territorial frente à nova lógica espaço-funcional capitalista. | 33 |
| Figura 3 – Esquemas de estruturação urbano-territorial. | 47 |
| Figura 4 – Expansão da mancha urbana de Londrina..... | 59 |
| Figura 5 – Três paisagens da cidade de Londrina. | 64 |
| Figura 6 – <i>Planta de Londrina</i> de 1932 com o parcelamento inicial da cidade. | 67 |
| Figura 7 – Evolução urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1930 e 1940. | 69 |
| Figura 8 – Estrutura urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1930 e 1940. | 69 |
| Figura 9 – Centro de Londrina na década de 1930..... | 70 |
| Figura 10 – Vistas da cidade de Londrina com destaque para algumas edificações na década de 1930..... | 71 |
| Figura 11 – Centro de Londrina na década de 1940..... | 73 |
| Figura 12 – Vistas da cidade de Londrina na década de 1940. | 74 |
| Figura 13 – Evolução urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1950 e 1960. | 79 |
| Figura 14 – Estrutura urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1950 e 1960. | 79 |
| Figura 15 – Vista panorâmica do centro da cidade de Londrina na década de 1950. | 82 |
| Figura 16 – Centro de Londrina na década de 1950..... | 84 |
| Figura 17 – Vistas da cidade de Londrina com destaque para algumas edificações na década de 1950..... | 85 |
| Figura 18 – Centro de Londrina nos anos de 1960. | 86 |
| Figura 19 – Vistas da cidade de Londrina com destaque para algumas edificações na década de 1960..... | 87 |
| Figura 20 – Perspectiva do Centro Administrativo proposto no <i>PDDU de Londrina</i> | 91 |
| Figura 21 – Evolução urbana da cidade de Londrina na década de 1970 e o esquema da estrutura urbana correspondente. | 93 |

| | |
|---|-----|
| Figura 22 – Centro Principal de Londrina nos anos de 1970. | 94 |
| Figura 23 – Calçadão de Londrina antes e durante a construção na década de 1970. | 95 |
| Figura 24 – Vistas da cidade de Londrina com destaque para algumas edificações na década de 1970..... | 96 |
| Figura 25 – Evolução e estrutura urbana da cidade de Londrina na década de 1980. | 97 |
| Figura 26 – Centro Principal de Londrina nos anos de 1980. | 100 |
| Figura 27 – Vistas da cidade de Londrina na década de 1980. | 101 |
| Figura 28 – Principais linhas de desejo durante o dia na cidade de Londrina e entre as cidades de Londrina, Cambé e Ibiporã..... | 104 |
| Figura 29 – Evolução urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1990 e 2000. | 105 |
| Figura 30 – Estrutura urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1990 e 2000. | 106 |
| Figura 31 – Centro Principal de Londrina nos anos de 1990. | 108 |
| Figura 32 – Vistas da cidade de Londrina com destaque para algumas edificações na década de 1990..... | 109 |
| Figura 33 – Divisão de bairros em Londrina com destaque para o Centro Histórico. | 110 |
| Figura 34 – Comércio popular na Rua Sergipe esquina com a Avenida São Paulo..... | 114 |
| Figura 35 – Rendimento superior a vinte salários mínimos na cidade de Londrina. | 115 |
| Figura 36 – Síntese das variáveis sociais, econômicas e ambientais na cidade de Londrina. | 116 |
| Figura 37 – Centro Principal de Londrina na década de 2000. | 117 |
| Figura 38 – Vistas da cidade de Londrina com destaque para algumas edificações na década de 2000..... | 118 |
| Figura 39 – Construção do <i>Londrina Norte Shopping</i> na zona norte da cidade.... | 120 |
| Figura 40 – Projeto do Complexo Marco Zero em Londrina..... | 122 |
| Figura 41 – Projeto vencedor do concurso para o Teatro Municipal em Londrina. | 123 |

| | |
|--|-----|
| Figura 42 – Evolução urbana da cidade de Londrina no início da década de 2010 e o esquema da estrutura urbana correspondente..... | 124 |
| Figura 43 – Usos de barracões, estacionamentos e lotes vazios presentes no quadrilátero central..... | 125 |
| Figura 44 – Exemplo de propaganda de novos empreendimentos no centro principal de Londrina: <i>Smartcity Mayrink Góes</i> | 127 |
| Figura 45 – Exemplo da propaganda de novos empreendimentos no centro. | 128 |
| Figura 46 – Centro Principal de Londrina no início da década de 2010. | 129 |
| Figura 47 – Vistas da cidade de Londrina com destaque para algumas edificações no início da década de 2010. | 130 |
| Figura 48 – Centro Principal de Londrina no início da década de 2010 – principais espaços públicos e institucionais. | 131 |
| Figura 49 – Setorização e síntese da evolução do Centro Principal de Londrina. | 132 |
| Figura 50 – Características do setor 1 do centro principal de Londrina. | 133 |
| Figura 51 – Características do setor 2 do centro principal de Londrina. | 134 |
| Figura 52 – Características do setor 3 do centro principal de Londrina. | 135 |
| Figura 53 – Características do setor 3 do centro principal de Londrina. | 136 |
| Figura 54 – Características do setor 4 do centro principal de Londrina. | 137 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Evolução da população residente do Município de Londrina – 1940/2010. | 75 |
| Tabela 2 – População por Regiões da Área Urbana da Sede do Município de Londrina. | 119 |

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Síntese da descrição sobre reestruturação e evolução da forma urbana das cidades norte-americanas e seu centro de origem..... 46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| BNH | Banco Nacional de Habitação |
| CBD | <i>Central Business District</i> |
| CEPHA | Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural |
| CILOS | Centros Industriais de Londrina |
| CODEPAR | Companhia de Desenvolvimento do Paraná |
| COHAB-LD | Companhia de Habitação de Londrina |
| COHAPAR | Companhia de Habitação do Paraná |
| CTNP | Companhia de Terras Norte do Paraná |
| IAB | Instituto de Arquitetos do Brasil |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IEEL | Instituto de Educação Estadual de Londrina |
| IOLON | Instituto Politécnico de Londrina |
| IPPUL | Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina |
| PAI | Pronto Atendimento Infantil |
| PAM | Pronto Atendimento Municipal |
| PDDU | Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano |
| PDDIL | Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Londrina |
| PDTU | Plano Diretor de Transporte Urbano |
| PDPML | Plano Diretor Participativo do Município de Londrina |
| SERCOMTEL | Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina |
| SERFHAU | Serviço Federal de Habitação e Urbanismo |
| SESC | Serviço Social do Comércio |
| UEL | Universidade Estadual de Londrina |
| UTFPR | Universidade Tecnológica Federal do Paraná |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 | TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO CENTRO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA | 21 |
| 2.1 | O CENTRO DA CIDADE NO SÉCULO XX | 24 |
| 2.2 | DESCENTRALIZAÇÃO E CRISE DO CENTRO DA CIDADE | 35 |
| 3 | A POLISSEMIA DO CENTRO NA ESTRUTURA URBANA | 41 |
| 3.1 | BREVE CONTEXTO DOS ESTUDOS DO CENTRO NA ESTRUTURAÇÃO URBANA..... | 42 |
| 3.2 | OS ATRIBUTOS DO CENTRO DA CIDADE | 48 |
| 3.3 | REPRESENTAÇÕES E O VALOR SIMBÓLICO DO CENTRO | 53 |
| 4 | TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO CENTRO DA CIDADE DE LONDRINA | 59 |
| 4.1 | FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE | 62 |
| 4.1.1 | Centralização e a Formação do Centro | 66 |
| 4.1.2 | Expansão Urbana e a Consolidação do Centro da Cidade | 75 |
| 4.2 | DESCENTRALIZAÇÃO E O PAPEL DO CENTRO PRINCIPAL DA CIDADE DE LONDRINA.. | 88 |
| 4.2.1 | O Centro Principal da Cidade | 88 |
| 4.2.2 | Redefinição do Centro Principal da Cidade | 96 |
| 4.2.3 | O Centro Principal e as Outras Centralidades da Cidade de Londrina..... | 101 |
| 4.3 | EVIDÊNCIAS DA CENTRALIDADE REPRESENTATIVA DO CENTRO PRINCIPAL..... | 119 |
| | CONCLUSÃO | 139 |
| | REFERÊNCIAS | 141 |
| | APÊNDICE A – EVOLUÇÃO DA CIDADE DE LONDRINA..... | 149 |
| | APÊNDICE B – EVOLUÇÃO DO CENTRO DA CIDADE DE LONDRINA | 151 |

1 INTRODUÇÃO

A urbanização na contemporaneidade traz aspectos de grandes mudanças para as cidades, sendo que a partir da Revolução Industrial, as cidades cresceram não só em população, mas chegaram aos séculos XX e XXI numa realidade sem precedentes. Além de desempenhar função preponderante na cotidiano das pessoas, as cidades são o reflexo da sociedade que as constróem. Por outro lado, nesse contexto urbano que se mostra amplo e complexo, não se pode generalizar que os processos de urbanização ocorrem do mesmo modo em todas as cidades, cabendo uma investigação específica. Nesse sentido, o objetivo geral dessa dissertação foi verificar o papel do centro principal de Londrina diante do processo de descentralização nas últimas décadas, o que levou a formação de subcentro e espaços de novas centralidades. Além deste, outros objetivos foram importantes norteadores da pesquisa, que através de referências acadêmicas, buscaram identificar os atributos do centro principal de uma cidade que tornam sua centralidade singular em relação às demais, como também, averiguar se tais características se aplicam a realidade do centro de Londrina. Embora sua centralidade ainda seja funcional e destacável, ligada aos setores terciário e financeiro, esta condição é insuficiente para qualificar o centro principal de Londrina, sendo complementado por uma centralidade também representativa, imbuída de símbolos da construção da cidade, dos espaços sociais e da cultura acumulada.

Tomando como base diferentes autores, como Beaujeu-Garnier (2010), Lefebvre (1991), Labasse (1970), Castells (2011), Secchi (2009), Gottdiener (2010), Soja (1993), Roberto Lobato Corrêa (2004), Villaça (2001) e Sposito (1991) e outros, é possível delinear que a cidade, se antes era vista pelo seu único centro, esta incorpora outros elementos que reorganizam a estrutura urbana e que modificam as relações intra-urbanas, principalmente a partir da segunda metade do século XX, em que a globalização e a nova divisão social do trabalho se tornam aspectos mais latentes e influenciam no processo de urbanização das cidades. Nesse sentido, a reprodução do capital ocorre em novas áreas além do centro o que tem redimensionado a relação centro-periferia.

Numa cidade permeada por centros-irmãos, a compreensão do Centro como elemento que se diferencia na estrutura urbana tem lhe conduzido a uma carga de inúmeros adjetivos, o que não se trata meramente colocar um rótulo, mas identificar a função que este Centro assume no conjunto da cidade por meio de seus atributos. O Centro passa a ser o local que se distingue pela diversidade de atividades, o que inclui não só as comerciais, de prestação de serviços e o setor financeiro, mas também aquelas ligadas às residências, à cultura e ao lazer, configurando um local que contém maior quantidade de frações de solo. O Centro é aquele que se destaca pela convergência de itinerários, da maior acessibilidade, inclusive dos transportes públicos, da nodalidade que possui, pois sua escala de abrangência é ao mesmo tempo setorial e territorial. O Centro concentra os espaços da experiência vivida, numa morfologia densa que revela as espessuras de um tecido urbano que acumula os processos de construção e reconstrução. Além disso, o Centro se mostra um espaço disputado, de difícil dominação por emergir dos conflitos entre as classes sociais, haja visto que, se no passado, o centro era o local das camadas de maior poder aquisitivo, no decorrer de décadas, a incidência do popular no centro leva ao discurso ideológico da degradação deste local. Contudo, o Centro é útil, por toda infraestrutura instalada, como também pela concentração de carga simbólica dos monumentos que possui, servindo ainda de interesse pela apropriação do capital. Em síntese, estes atributos do Centro contribuem para o entendimento de que o *Centro ainda é Centro* e que este passa a desempenhar uma centralidade representativa na organização do conjunto da cidade.

Tal condição representativa do Centro da cidade levou ao que Andréa de Oliveira Tourinho (2006) aponta como questionamento conceitual do centro e da centralidade como se vê em sua tese de doutorado e demais publicações. No texto *Centro e Centralidade: uma questão recente*, do ano de 2006; e em *Do centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências termonológicas e rupturas conceituais*, de 2007, Tourinho (2007) expõe uma análise crítica sobre a necessidade de novas definições para velhos termos, tendo em vista que a atual proliferação de centros na cidade fez com que a centralidade deixasse de ser atributo exclusivo do Centro para ser referencial de outros centros. Nesse sentido, Tourinho (2007, p. 23) faz uma discussão teórica para identificar os elementos definidores das noções de centro e centralidade, e afirma que o Centro é

um “espaço qualificado, não só do ponto de vista funcional, mas também pelos seus aspectos simbólicos e formais”. O Centro sempre será Centro, e o que muda é a centralidade. A centralidade é uma qualidade que remete à função que esta desempenha na estrutura urbana, o que no caso do Centro (principal) não se restringe a concentração de fluxos e setor terciário, e incorpora demais elementos que o posicionam na escala da cidade, numa capacidade representativa, ou ainda, uma “centralidade representativa” (TOURINHO, 2006, p. 287), sem desconsiderar sua centralidade funcional. Essa capacidade de representar a cidade refere-se também ao espaço vivido e social, a memória, a carga imagética que o Centro possui para a população, num sentido em que a parte pode ser tomada pelo todo.

Tendo em vista que a referência à palavra Centro pode parecer dúbria no contexto da cidade quando da existência de outros centros, adotou-se o termo **centro principal**, como exposto por Flávio Villaça (2001) no livro *Espaço Intra-urbano no Brasil* pela proximidade conceitual. Para Villaça (2001, p. 246) o termo “centro principal” se refere ao centro irradiador da “organização espacial urbana”, que além de concentrar lojas, escritórios, serviços, empregos, este possui caráter simbólico. Mesmo que a cidade tenha vários outros centros, só existirá um centro principal, como afirma Villaça (2001), sendo aquele que abrange toda a cidade e não somente uma parte da cidade para uma classe específica.

Basicamente o trabalho está estruturado em duas partes, sendo tratado num primeiro momento a discussão teórica sobre o centro da cidade nos capítulos 2 e 3, levando em consideração os pressupostos de sua constituição ao longo da história e principalmente na contemporaneidade, com foco para o século XX, assim como os significados que o Centro assume no contexto da expansão e descentralização urbana. Para tanto, no percurso desta pesquisa, algumas referências teóricas foram importantes norteadoras, sendo baseadas em livros, revistas, artigos e demais produções que pudessem dar uma ordem a discussão. Ainda, neste rol de referências, algumas fontes primárias foram consultadas em sua escrita de origem, como a revista francesa *Urbanisme* que dedica o periódico n. 120-121 de 1970 à edição especial sobre centros, com autores como Jean Labasse (1970) e outros de diferentes áreas (sociologia, geografia, arquitetura, literatura, dentre outros); o texto *Les Centres Urbains* de Sylvia Ostrowetsky publicado em 1994, em que a autora se dedica a construir a ideia de Centro como o elemento de

síntese da cidade, atribuindo-lhe a capacidade de sinédoque, como figura de linguagem em que a parte representa o todo; a publicação de 1984, *Chiose alla definizione di centro Storico*, do geógrafo italiano Lucio Gambi que destaca o centro pela sua história urbana, porém, numa condição frágil frente aos processos de metabolismo e descaracterização provocados pelo capital; e o livro *La cuestión del Centro, el Centro en cuestión*, organizado e publicado no ano de 2010 por Sergi Martinez Rigol, em que se encontram textos, inclusive de Rigol (2010), que estão preocupados com o teor das intervenções nos centros das cidades, como a exclusão de parcela da população e a segregação socioespacial.

A segunda parte da dissertação foi dedicada ao capítulo 4 sobre o Centro da cidade de Londrina, numa tentativa de convergir a base teórica com os levantamentos de dados e constatações sobre a realidade local. A partir da evolução urbana, década a década, desde a fundação da cidade, identificou-se um duplo processo de urbanização, como teorizado por Sposito (2001), ou seja, ao mesmo tempo que ocorre o espraiamento da cidade, aumentando a periferia e a formação de outros centros e áreas de centralidade, também se tem uma “urbanização que se reconstrói” no centro, um tipo de descentralização *versus* concentração, ou ainda, a redefinição do “Par Centro-Periferia”.

Partindo do pressuposto de que a articulação da estrutura urbana ocorre pela inter-relação das áreas de centralidade, a pesquisa buscou reconhecer a função do centro principal de Londrina no conjunto da cidade. Para tanto, houve a necessidade de compreender as transformações espaciais que tem conduzido a redefinição da centralidade do centro principal. Nesse sentido, os estudos da evolução urbana do centro simultaneamente ao da cidade foram importantes para identificar com mais clareza a posição do centro principal nos processos espaciais de estruturação e reestruturação. Para melhor apresentação das análises do centro e da cidade foram utilizados mapas e esquemas gráficos, apoiados por fotos como registros de tais períodos estudados.

No contexto de Londrina, passados mais de oitenta anos de sua fundação, a cidade mudou rapidamente sua fisionomia, principalmente no centro em que a paisagem das casas de madeira foi substituída em sua maioria pela concentração de edificações de grande porte e verticais. Nas primeiras décadas até os anos de 1950, o centro de Londrina tinha uma proporção destacável no conjunto

da cidade, o que, no entanto, a partir da década de 1970, aspectos do crescimento da cidade em direção às atividades polarizadoras e às novas áreas de centralidade comercial, como os *shopping centers*, avenidas especializadas e a formação de subcentros, passaram a tensionar e redefinir a centralidade do centro principal na estrutura urbana, sendo alterada por estes arranjos e rearranjos na organização intra-urbana. Pode-se considerar que a saída do centro cívico do Centro no final da década de 1970 e início dos anos de 1980 levou a um questionamento das funções do Centro, sendo que, a partir de então, este fato tornou-se relevante para a reflexão de seu papel no conjunto da cidade. O subcentro na zona norte da cidade em trecho da Avenida Saul Elkind nos anos de 1980 passou a atender grande parte da população residente nesta porção da cidade. E recentemente, nas últimas décadas, têm-se observado a construção de novas áreas de centralidade com a instalação de *shopping centers*, que por sua atratividade, tem polarizado a constituição de núcleos comerciais e de serviços nas proximidades, como na Gleba Palhano; e em outros casos, como a área do Complexo Marco Zero ao lado do Centro, a atração de fluxos comerciais tem levado a alteração no uso do solo no seu entorno. Ainda assim, os atributos do Centro de Londrina pontuados neste trabalho mostram que o Centro como centro principal continua a desempenhar sua centralidade funcional (infraestrutura e setor terciário) embora tensionada por outras áreas de centralidade, mas também este centro principal assume um caráter de representativo no conjunto da cidade por concentrar aspectos formais e simbólicos, características estas que, em certo momento, adquirem valor de apropriação pelo capital.

Durante o estudo, observou-se significativa produção acadêmica sobre o crescimento urbano de Londrina, o que mostra que esta temática é vista com entusiasmo dentre as diversas áreas do conhecimento, sendo que neste trabalho de dissertação o objetivo foi apresentar as transformações do centro principal de Londrina ao longo das décadas e seu atual papel na organização do espaço intra-urbano. Por fim, espera-se que este trabalho possa contribuir para a produção acadêmica sobre o Centro da cidade, como também integrar aos estudos da urbanização da cidade de Londrina.

2 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO CENTRO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Na busca pelo entendimento do que vem a ser o centro de uma cidade este capítulo tem como objetivo descrever primeiramente a noção do centro da cidade capitalista na contemporaneidade e seu papel desempenhado frente aos processos espaciais de (re) estruturação urbana. Parte-se do pressuposto de que, se a ideia de cidade está ligada ao seu centro como coordenador da periferia, tal condição se sustenta até meados do século XX, pois eram comuns as cidades estruturadas em um único centro, e por assim dizer cidades monocêntricas. Já, a partir das últimas décadas do mesmo século, as características destas cidades tendem a mudar radicalmente, indicando novas configurações em curso.

No contexto geral, a cidade na atualidade também pode ser lida a partir da Idade Contemporânea para o mundo ocidental em razão dos acontecimentos políticos, econômicos e culturais que mudaram os rumos da urbanização nos últimos três séculos. A partir da Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, a cidade passa a ser vista de modo mais intenso pelo viés científico, ligado inicialmente às Ciências Naturais (a cidade como organismo), e à transformação da antiga forma urbana para a ascensão do modo de produção capitalista, passando a ser o *locus* da divisão social do trabalho.

Algumas reflexões sobre a sociedade contemporânea evidenciam o modo histórico que os fenômenos industrialização e urbanização aparecem associados, como afirma Sposito (2012, p. 43), pois as cidades se tornaram a base territorial da produção industrial já que concentravam capital e força de trabalho, propiciando também uma urbanização em expansão, ou melhor, uma “urbanização via industrialização”. Entretanto, a partir do final do século XX, o processo de produção do espaço urbano se depara com uma urbanização desvinculada do capital industrial. De acordo com Harvey (2011, p. 137), a urbanização tornou-se um grande negócio do capitalismo, sendo um dos principais meios para absorver o excedente, numa proporção significativa da força de trabalho total global empregada na construção e na manutenção do ambiente edificado. Nesse sentido, Harvey (2011), afirma que grandes quantidades de capitais são mobilizados sob a forma de empréstimos em longo prazo para serem aplicados no desenvolvimento urbano.

As décadas de 1970 e 1980 correspondem a um período conturbado de crises econômicas e de reajustamento social e político no nível mundial e local, no qual Harvey (2010, p. 140) chama esse período de reestruturação econômica do capital de “acumulação flexível” por configurar um “confronto direto com a rigidez do fordismo”, e por estar associado à “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Tais mudanças também se caracterizam pelo surgimento de novos setores de produção e fornecimento de serviços mediante a ampliação e variedade de mercados consumidores, além da inovação tecnológica como a automação e novos modos organização empresarial.

Para Sposito (2001) algumas reflexões sobre os processos de urbanização na atualidade destacam um duplo movimento de ampliação dos papéis e de extensão dos tecidos urbanos, o que redimensiona e denomina por pares: cidade-urbanização, centro-periferia, interior-exterior, cidade-urbanidade. Sposito (2001, p. 84) afirma que a maior parte das transformações que ocorreram nas últimas décadas do século XX estão relacionadas a Terceira Revolução Industrial, ligada as tecnologias informacionais que alteraram os sistemas produtivos, o que, também tem provocado uma generalização da urbanização com novas lógicas de comportamento espacial das empresas, expansão extensiva das áreas residenciais e multiplicação do consumo, articulação entre novas e antigas localizações e múltiplos fluxos de conexão.

Não temos mais, apenas, um processo de difusão da urbanização pelo aumento do número e tamanho das cidades e dos papéis que desempenham na divisão social do trabalho, mas temos uma urbanização que se reconstrói, também, como espacialidade que se redesenha a partir da fragmentação do tecido urbano e da intensificação da circulação de pessoas, mercadorias, informações, ideias e símbolos. (SPOSITO, 2001, p. 84).

Nessa nova lógica de produção do espaço pelo capital, além da incorporação de novas áreas da cidade, há também a apropriação do existente, que sendo útil uma vez em um determinado momento, no futuro tende a ser mais otimizado, ou melhor, revalorizado. Para tanto, a apropriação desse capital se ocupa de elementos que já fazem parte do referencial da cidade, ali cristalizados e que alavancam facilmente novos empreendimentos. Essa é uma condição comum relegada ao centro antigo frente às demais centralidades, pois demonstra não só

vantagens do ponto de vista funcional, mas um valor simbólico, por vezes enunciado como centro histórico imbuído de vantagens locacionais e culturais, que agrega poder em favorecimento da detenção do capital. Pierre Bourdieu (1989, p. 15) em sua publicação *O Poder Simbólico* descreve que as relações de força entre as classes sociais se manifestam como poder através do capital simbólico, também chamado de capital cultural, o que se correlaciona às “leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico”.

Em que pese tais constatações, faz-se necessário analisar os diferentes modos de articulação do centro com o todo da cidade e com os processos de urbanização do território. Milton Santos (2012, p. 67), na publicação *Espaço e Método*, destaca que “as noções de forma, função e estrutura” são elementos fundamentais para “compreensão da produção do espaço”, tendo em vista que “a estrutura varia conforme os diferentes períodos históricos”.

[...] sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas. (SANTOS, 2012, p. 67).

Nesse sentido, o panorama de mudanças na estrutura urbana de uma cidade revela as funções assumidas pelas formas. Mais uma vez, Santos (2012, p. 69) afirma que “as formas ou artefatos de uma paisagem são o resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente”, o que, para tanto, o estudo do centro como forma pressupõe o estudo da estrutura urbana. Se o centro desempenha certa centralidade na estrutura urbana, indaga-se sua função perante outros centros criados posteriores e no conjunto da cidade. Para Tourinho (2006, p. 277) “centro e centralidade intra-urbanos constituem tema recente, que passa a ser questionado em sua própria conceituação apenas a partir da década de 1950 – e sobretudo na de 1970”. A abordagem de Tourinho (2006) indica que, a partir da Segunda Guerra Mundial, a discussão de intervenção nos centros evidenciaram questionamentos conceituais de seu papel em cidades que cresciam rapidamente, além de que, estudos anteriores se mostravam limitados para explicação da complexidade urbana, sendo de pouca validade para o planejamento urbano.

Por fim, é nesse contexto teórico da cidade contemporânea e da produção do espaço urbano que se insere o interesse pelo estudo do centro principal de Londrina no que cabe compreender a redefinição de seu papel na organização intra-urbana da cidade atual, sem considerar, no entanto, que esta seja uma generalização dos processos de complexificação da estrutura urbana.

2.1 O CENTRO DA CIDADE NO SÉCULO XX

Mesmo que a proximidade temporal com o século XX o torna difícil de delinear, a cidade, como fato, tende a ser vista como preponderante nesta etapa da história humana. Complexidade e acúmulo de existência da *urbis* se sobrepõem numa realidade única. Para Bernardo Secchi (2009, p. 34), a cidade no século XX é marcada por aspectos ligados primeiramente à “concentração urbana progressiva” e seguida da “fragmentação e dispersão da megalópole nos territórios de dimensões inimagináveis”. Secchi (2009, p. 32) acrescenta que tal condição do século XX é dominado pela angústia, tanto pela expectativa quanto pelo temor dos desdobramentos vindouros: “a perspectiva de crescimento irrefreável da cidade e o temor de sua dissolução em formas de implantações dispersas das quais é difícil compreender a função e o sentido futuros”.

Todavia, muitas investigações e estudos ainda serão realizados sobre este século, considerado breve, como exposto por Eric Hobsbawm (1995), indo de 1914 a 1991 e permeado por guerras e pelas incertezas e crises, ou seja, uma “era de extremos”. No entanto, muitos dos acontecimentos e repercussões na cidade do século vinte também são consequências de fatos iniciados nos séculos anteriores, como apresentado por David Harvey (2010) em seu livro *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into Origins of Cultural Change* publicado pela primeira vez em 1989. Igualmente, Beaujeau-Garnier (2010) e Zucconi (2009) afirmam que a cidade no século XIX já não se equiparava a sua sua antecedente, mas que também se torna a precursora da cidade no século XX. Pode-se dizer que a cidade assumiu em sua história recente um processo de complexificação como consequência das transformações que configuram e reconfiguram sua estrutura urbana sempre que são acrescentadas novas formas de urbanização ou mesmo a supressão de modelos antigos.

Essa nova cidade do século XIX já era o reflexo de uma nova sociedade que causava reações de espanto. Charles Baudelaire (2004), que viveu entre 1821-1867, traz relatos em sua publicação *Sobre a Modernidade*, de 1859, e descrições da cidade do século XIX já como alterada, indo além do aspecto material, num repertório de novos atributos: a “multidão”, o “efêmero”, a “realidade fugaz”, o “artificial”, o consumo do “luxo”, o espalhamento da pobreza (BAUDELAIRE, 2004); ou ainda John Ruskin (1818-1900), um reacionário dos assuntos socioculturais ligados à arte e à cidade antiga, que publicou diversos escritos, como o livro *The Stones of Venice*, em 1853. Para Frampton (2000) havia em Ruskin uma indignação à alienação do “trabalho mecânico” da indústria que passa a substituir o trabalho artesanal, o que mais tarde, Ruskin transpõe suas idealizações para atuar em defesa das construções antigas e negar tudo estivesse relacionado à nova cidade. Dentre outras referências, interessa também a aproximação com teóricos como Élisée Reclus (1830-1905), que traduz a cidade como a representação do “elemento mais artificial, por definição, o mais construído, o menos ‘natural’ da humanidade” (PELLETIER, 2010, p. 18). Embora Reclus tenha escrito pouco sobre a cidade e o fenômeno urbano como afirma Pelletier (2010, p. 9-10), a maior contribuição de Reclus sobre a cidade encontra-se em sua obra *O Homem e a Terra* (publicação em seis volumes 1905-1908). Em alguns dos capítulos, Philippe Pelletier (2010, p. 26) aponta o incômodo de Reclus em relação à cidade, descrita por vezes como uma “organização socioespacial desigualitária” que ele deplorava e condenava. Contudo, mais um aspecto chama a atenção no texto de Pelletier (2010, p. 27): as impressões de Reclus refletem que, naquele momento, o “embelezamento dos centros das cidades tem por corolário a expulsão para a periferia das populações empobrecidas”.

Ainda que tais narrativas de Baudelaire, Ruskin e Reclus descrevam a cidade no século XIX de modo particular, estes três autores manifestaram certo receio ao novo fato urbano. Na verdade, essa nova sociedade enuncia sua transformação em uma estrutura urbana diferente de outrora. Nesse primeiro momento, a expansão da cidade cria novos arranjos e se reorganiza, fazendo surgir a noção de centro com o crescimento da periferia. Nesse sentido, Sposito (2012, p. 56, grifo nosso) destaca no seu livro *Capitalismo e Urbanização*, de 1988, que “o crescimento das cidades tornou **centro** a área antes compreendida por todo o núcleo urbano, formando-se ao redor uma faixa nova, considerada a **periferia**”.

Para Beaujeu-Garnier (2010, p. 15) a noção de centro na estrutura urbana está intrinsecamente ligada a existência da cidade, afirmando que “quaisquer que sejam os prolongamentos periféricos, não existirá cidade se não houver um núcleo susceptível de unificar, de dominar, de organizar a periferia”. Jacqueline Beaujeu-Garnier (1917–1995) foi colaboradora de Georges Chabot (1890-1975) em *Traité de Géographie Urbaine*, obra publicada pela primeira vez em 1963, na França. Em seu próprio livro *Géographie Urbaine*, de 1995, Beaujeu-Garnier (2010) realizou uma nova etapa de investigação em 1980, decorrente do crescimento da complexidade dos organismos urbanos, tendo em mãos melhores fontes estatísticas, informatização e sistematização de dados que permitiram uma exploração mais eficaz, uma vez que as cidades foram estimuladas pelo progresso do desenvolvimento industrial, cresceram em número de habitantes e multiplicaram-se sob vários aspectos.

Indo além da simples descrição da organização da cidade em centro e periferia, outros processos tendem a alterar as relações intra-urbanas no decorrer dos séculos XIX e XX, pois os papéis assumidos pelo centro e pela periferia são reflexos do modo de produção capitalista e da divisão social do trabalho que traduzem a terra como valor de mercadoria. Rapidamente, a chamada periferia cresceu empobrecida pelo acúmulo de população advinda do campo e que se instalava nas acomodações de menores preços, geralmente distantes do centro. No lugar central da cidade, a existência das infraestruturas e das sedes de governo e institucionais também tornou-se o lugar do trabalho que passou a estabelecer o majoramento de valor dos terrenos, dos aluguéis e dos artigos de compra, enquanto que a periferia, geralmente longe, se tornara o espaço possível para moradia, isto é, para os cômodos de dormitório, sem algum equipamento comunitário para atender as necessidades da população. E ainda, no século XIX, as conexões da periferia foram criadas para o centro da cidade antiga com acessos pelos transportes de massa.

Por outro lado, a partir do século XIX, a construção de uma nova cidade, ou melhor, uma nova sociedade, sobre a cidade antiga faz com que seu centro decline por saturação, que além do congestionamento de pessoas e mercadorias, a cidade como um todo enfrentava epidemias, falta de água e esgoto, fumaça, barulho e gases de todos os tipos. No núcleo de origem, a estrutura da

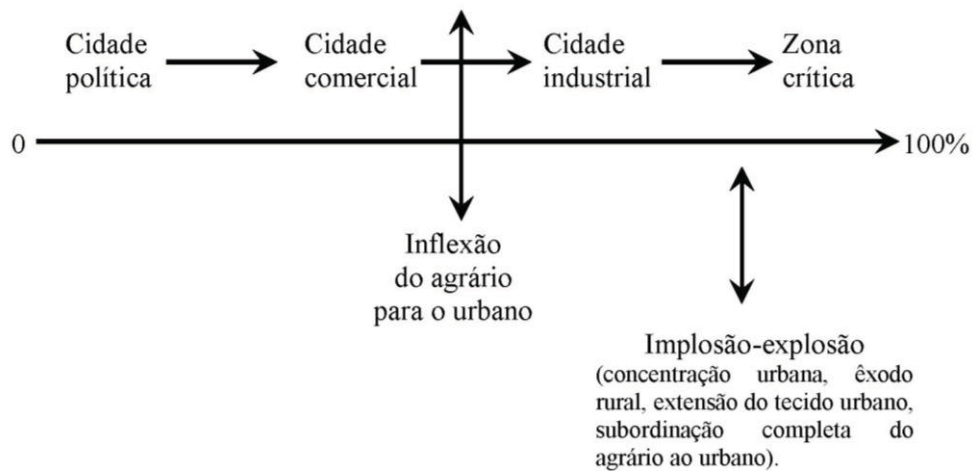
cidade antiga, no caso da cidade europeia, não comporta as bases de demanda da nova sociedade. Benevolo (2005) faz uma descrição das condições da cidade diante das consequências da Revolução Industrial, tendo em vista que a inversão social no centro da cidade ocorria com o abandono das classes de elite e a ocupação das antigas casas, formando cortiços.

[...] as ruas são demasiado estreitas para conter o trânsito em aumento, as casas são demasiado diminutas e compactas para hospedar sem inconvenientes uma população mais densa. Assim, as classes abastadas abandonam gradualmente o centro e se estabelecem na periferia: as velhas casas se tornam casebres onde se amontoam os pobres e os recém-imigrados. (BENEVOLO, 2005, p. 565).

Inicialmente, as razões de higiene e fuga da concentração do centro extrapolam os limites da cidade, conduzindo a produção de iniciativas que buscavam o verde, o sol e o ar puro para atender as elites. Então surge uma periferia diferente da proletária (MUMFORD, 2004), com suas residências isoladas pelos jardins, num estilo *cottage* ou mesmo em bairros de luxo, como nas casas citadinas próximas do St. James Park e Green Park, em Londres ou ainda cidades criadas para o lazer da elite, como Vichy e Aix-les-Bains na França. Mumford (2004) afirma que as iniciativas da elite de sair da cidade já eram praticadas antes mesmo da Revolução Francesa (1789-1799), e que se tornaram iniciativas imobiliárias com os desdobramentos do modo de produção capitalista, criando novas opções locacionais já que o centro estaria saturado, o que, na verdade, remete a uma expansão da urbanização com uma declarada segregação socioespacial.

Nesse sentido, pode-se fazer correlação a Lefebvre (1999) com a cidade industrial e ao momento “implosão-explosão” da cidade no “eixo espaço-temporal”, discutido em seu livro *La Révolution Urbaine* (A Revolução Urbana, publicado em 1970) e também *Le Droit à la Ville* (O Direito à Cidade, de 1969). Ao longo do eixo são descritos quatro momentos da cidade: cidade política, cidade comercial, cidade industrial, zona crítica, e ainda dois momentos de inflexão que modificaram a relação entre urbano e rural, como mostra a Figura 1. A cidade industrial, para Lefebvre (1999), ocorre logo após o primeiro momento de inflexão, da população que migra do espaço rural para espaço urbano, aumentando sua concentração e sua centralidade.

Figura 1 – Eixo espaço-temporal do fenômeno urbano.



Fonte: LEFEBVRE, 1999, p. 25

O termo “implosão-explosão” é usado por Lefebvre (1999, p. 24) como metáfora emprestada da física nuclear para corresponder a ideia de “enorme concentração” urbana (pessoas, atividades, riquezas, de coisas e de objetos) e a “imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc.)”. Para Lefebvre (1999), a cidade industrial anuncia a zona crítica e, por assim, as consequências da “implosão-explosão”.

Para tanto, a cidade do século XX já inicia seu percurso com processos de dispersão que criam o subúrbio, ou melhor, a suburbanização imobiliária, indo além do centro e da periferia. Nesse sentido, o centro passa a estar articulado com a expansão fragmentada do espaço urbano. A suburbanização como dispersão, logo de início, não foi considerada por estudiosos. Secchi (2009) afirma que o primeiro estudo de suburbanização nos EUA é de 1962, referente a Boston. Depois, é a partir da década de 1970 que literatura norte-americana amplia as pesquisas sobre o processo de suburbanização.

Desde as últimas décadas do século vinte, os historiadores da cidade não se ocuparam muito da periferia, da suburbanização e da dispersão. Consideram tanto uma como a outra consequência nefasta e sem importância para o crescimento urbano, fenômenos a serem condenados, mais do que estudados, com base em alguns juízos estereotipados. (SECCHI, 2009, p. 45).

Mark Gottdiener (2010), no livro *A produção Social do Espaço Urbano*, traz algumas considerações à origem do processo de suburbanização nos EUA e a exurbanização como o desenvolvimento para fora do centro da cidade. De acordo com Gottdiener (2010), o empreendimento de 300 acres de *Hempstead Plain*, localizado a 30 quilômetros do centro de Manhattan, foi construído em 1946 por *Levitt and Sons* com financiamento privado e com preços acessíveis para atender aqueles que retornavam da guerra. Embora esta data (1946), um ano após o término da II Guerra Mundial, seja colocada como um marco temporal para o início da suburbanização nos EUA, Gottdiener (2010) afirma que já havia um processo similar com as “cidades exurbanas” que eram curiosas povoações em estilo *New England* em que se adequavam casas já construídas e antigas fazendas para este estilo de vida dos burocratas fora da cidade convencional. Nesta análise da produção do espaço urbano nos EUA, Gottdiener (2010, p. 14) destaca que a suburbanização, ainda que difundida a partir dos anos de 1940 com as primeiras realizações nesses moldes, toma força com o crescimento para além das fronteiras das metrópoles no início da década de 1970, resultando em áreas metropolitanas polinucleadas fora da cidade central, descrito como “*multicentered metropolitan region*” (GOTTDIENER, 2010). Tal processo de suburbanização tão frequente nos EUA também pode ser entendido como desconcentração, que para Gottdiener (2010, p. 19) “se refere ao aumento absoluto de população e à densidade de atividades sociais em áreas fora das tradicionais regiões citadinas e dos centros populacionais”. E que, na verdade, Gottdiener (2010, p. 15) explica que “não é apenas a cidade que se ampliou, mas uma forma qualitativamente nova de espaço de assentamento”. Para além da cidade compacta, tão presente em seu percurso histórico, os processos de dispersão têm conduzido às cidades para outros modos de organização e cada vez mais complexos já que a expansão criou fragmentos urbanos com novas áreas de centralidade.

[...] em lugar da forma compacta de cidade que outrora representava um processo histórico em formação há anos, existe agora uma população metropolitana distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão. (GOTTDIENER, 2010, p. 14).

Entretanto, a suburbanização não pode ser entendida como desvinculada dos processos que redefinem o conjunto da cidade e seu centro, o que, de certo modo está associada às consequências da concentração urbana no que se refere a convergência de atividades e de população, gerando a descentralização ou ainda, a desconcentração como observado por Gottdiener (2010) nas cidades norte-americanas. Para Secchi (2009), a concentração urbana no século XX deve ser entendida em dois momentos, sendo que primeiramente, a concentração torna o espaço competitivo em razão das técnicas de mobilidade convergirem para um único ponto, fazendo com que algumas partes da cidade, geralmente as centrais ficassem submetidas a uma enorme pressão com intensa utilização do espaço urbano, como a verticalização e o aumento da exclusão e segregação sociais. E já, num segundo momento, esse aspecto da concentração urbana passa por mudanças, entre os anos de 1960 e 1970, sendo geralmente caracterizada pela expansão da periferia, porém, esta ajustada à outras áreas de centralidade, o que para alguns autores, como Secchi (2009), Harvey (2010) e Sposito (2006), este tipo de expansão urbana é viabilizada pelos avanços tecnológicos e da informação.

Assim, Secchi (2009), com base em diversas referências, constata que essa urbanização recente, especificamente na cidade europeia e ocidental, se torna facilmente reproduzível em todo lugar e em novos modos de organização espacial, sendo que, se a metrópole preencha o imaginário do início do século XX, esta se torna megalópole, uma cidade de intensos fluxos de pessoas, mercadorias e informação que se esparrama no *sprawl* do subúrbio americano, e se transforma naquilo que mais tarde, na Europa, assumirá as formas da cidade difusa. Surgem também novas nomenclaturas para descrever esse fenômeno urbano em todo lugar: *galactic metropolis, exurbia, regional cities, sprawl cities...* Diga-se de passagem que o termo *sprawl* provém da literatura anglo-saxônica da metade do século dezenove e deriva do uso do substantivo de um verbo *to prawl*, que significa deitar-se. A partir de então, criam-se duas imagens: a cidade em pé (vertical), concentrada, associada às áreas de centralidade e a cidade deitada (horizontal) de abrangência territorial, mas ligada a ideia de dispersão, numa urbanização fugidia, contrária a cidade compacta. Para Secchi (2009) essa urbanização dispersa gera angústia por não trazer referências da cidade de antes e que não oferece clareza nos rumos de seu futuro.

[...] a dispersão e o *sprawling* da cidade europeia e da ocidental, ao passar do tempo, é interpretada como forma de degradação da cidade moderna e das formas urbanas que a precederam, ou como estágio evolutivo necessário, ou então, ainda, como antecipação de uma forma diferente de habitar, que suscita novas inquietações e angústias. (SECCHI, 2009, p. 41).

Ainda, a questão da concentração urbana no século XX adquire novos entendimentos, numa posição diferente do seu anterior antagonismo frente ao espaço rural, o que, na atualidade, além do crescimento das cidades em termos populacionais, a concentração urbana deixa de ser única para ser reproduzida em vantagens locais que alteram a organização do espaço intra-urbano com a descentralização e a criação de outros centros, ou também chamados de núcleos secundários ou subcentros, em que Sposito (1991, p. 10) destaca que estes “podem ser caracterizados como áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal”, porém, com menor diversidade de atividades. Ao se correlacionar a concentração urbana com o aumento de população, Beaujeu-Garnier (2010) afirma que a estrutura mononuclear antes tão comum, na cidade de hoje não atende as demandas pelo acesso às vantagens urbanas.

[...] o crescimento espacial do organismo urbano torna insuficiente esta estrutura mononuclear. Aparecem núcleos secundários em função da regra da máxima acessibilidade, as localizações favoritas correspondem, ou a um cruzamento de grandes vias ou à proximidade de um bairro muito povoado. (BEAUJEU-GARNIER, 2010, p. 216).

De acordo com Corrêa (2004, p. 45), os núcleos secundários são gerados pela “excessiva centralização da área central” e resultam “de uma menor rigidez locacional no âmbito da cidade, em razão do aparecimento de fatores de atração em áreas não centrais”. Portanto, tal processo se caracteriza por novas possibilidades de concentração da cidade via descentralização com a formação de centros, além do centro principal. Ainda, as mudanças em curso sugerem que a questão centro e periferia deve ser repensada na atualidade, o que para Sposito (2001) novos processos de urbanização tem redimensionado o “par Centro-Periferia” num duplo movimento de transformação dos papéis urbanos de concentração *versus* descentralização. Nesse sentido, a periferia no século XX não é mais uma área somente para moradia das camadas empobrecidas, mas uma nova área em potencial para a reprodução do capital.

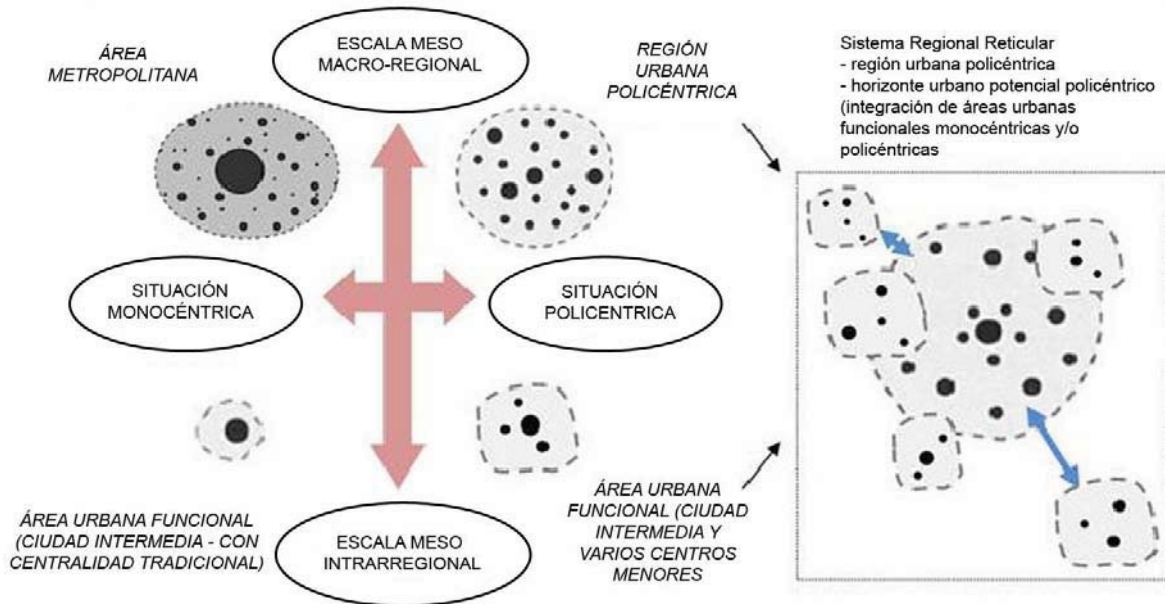
Nesse íterim, Sposito (2001) relaciona a reprodução da concentração urbana como uma característica dual frente ao espraiamento, presente na cidade contemporânea, como também pela urbanização que se constrói e se reconstrói na atual dinâmica urbana.

A grande capacidade de atração e de diferentes níveis de concentração que caracteriza a cidade contemporânea, pode ser analisada, também pela sua contraposição, que se expressa através da observada dinâmica de extensão de seu tecido urbano. À concentração contrapõe-se um fenômeno expressivo de descentralização, como se a cidade continuamente se espraiasse indefinidamente no sentido de sua periferia, como forma de se diluir para se recompor em novas formas de concentração. (SPOSITO, 2001, p. 88).

Em que pese a existência de vários centros numa cidade, esta condição remete a ideia de policentrismo. Numa estrutura urbana constituída pelas centralidades, mesmo as temporárias, estas exercem poder de atração para produção e o consumo do espaço urbano. De certo modo, tais centralidades, se observadas no conjunto da cidade, assumem um “sentido cósmico”, como descrito por Lefebvre (1999, p. 113) que considera que essa concepção de centralização e centro “retoma algumas noções físicas”, ligadas aos “conceitos lógico-matemáticos”, igualmente como concebem os físicos, “uma concentração, em um ponto, da matéria esparsa no cosmos”.

A complexificação do processo de urbanização com a reprodução das centralidades tem sido cada vez mais evidente, incorporando inclusive dimensões regionais, como no caso já mencionado de cidades norte-americanas e outras na Europa. De acordo com Solís Traperó, Ureña Francés e Ruiz-Apilánez Corrochano (2012, p. 1), a Região Metropolitana de Madri (Espanha) pode ser entendida em três fases distintas de desenvolvimento, indo da simples relação da cidade central com as cidades periféricas, passando pela fase sistêmica, chegando a rede policêntrica no âmbito regional. A figura 2, a seguir, mostra uma síntese do desenvolvimento da região metropolitana de Madri frente aos processos que geraram diferentes formas socioespaciais, podendo ser visualizada através de um esquema interpretativo das mudanças na organização do espaço urbano e territorial, transpondo sua condição monocêntrica para policêntrica.

Figura 2 – Esquema interpretativo de mudanças do sistema urbano-territorial frente à nova lógica espaço-funcional capitalista.



Fonte: SOLÍS TRAPERO, UREÑA FRANCÉS E RUIZ-APILÁNEZ CORROCHANO, 2012, p. 3

Diante destas considerações, algumas indagações se tornam inquietantes no que concerne o papel que o centro de origem assume frente aos novos processos que reestruturam a cidade, principalmente a partir do final do século XX. Para se referir ao centro de origem na cidade polinucleada norte-americana, Gottdiener (2010, p. 70) adota alguns termos como: “cidade central”, “distrito comercial central histórico”, “centro comercial”, ou ainda “centro histórico”. Do ponto de vista do processo de organização e estruturação do espaço urbano das cidades nos EUA, a “cidade central” perdeu mão de obra industrial, além da substituição do conteúdo social e perdas na tributação, no qual o governo usou como resposta a “renovação urbana” para subsidiar a especulação em edifícios de escritório e em apartamentos de luxo nas cidades centrais. Tendências de desconcentração e policentrismo como abordados por Gottdiener (2010) parecem sucistar que o centro de origem é mais uma cidade, relegada a uma função de apenas marcar o início, ser histórico e ao mesmo tempo vantajoso para empreendimentos que usam da infraestrutura existente com ganhos locacionais e a especulação imobiliária.

Na Europa, a reprodução da ideia do centro de origem como centro histórico torna-se mais evidente pela própria carga histórica de sua ocupação e organização do território. Para o geógrafo italiano Lucio Gambi (1984, p. 94), o conceito de centro na estrutura urbana continua sendo o de coordenador da cidade, válido em qualquer época e em qualquer localidade, o que, no entanto, o que muda é o fato de que “ao longo de curso histórico específico, o centro coordenador se torna centro histórico”.

Entretanto, já na segunda metade do século XX, Gambi (1984), em seu texto *Chiose alla definizione di centro storico*, questionava não só a terminologia “centro histórico”, vista como nova, mas os critérios para delimitação deste centro histórico, que pareciam estar mais relacionados a uma prática política de governo aliada a valorização do uso da terra urbana que de fato a uma preocupação com a cultura local. Em verdade, os processos de descentralização da cidade, além de criar outros centros, reinventam a ocupação dos centros antigos relegando a estes uma condição ideológica, no caso, uma manipulação histórica que parte da fácil aceitação pela população.

É necessário reconhecer que o termo "centro histórico", atualmente em uso, tem sido atribuído, sem questionamento, a formas históricas e artísticas para se referir a um período x da história, onde x é identificado, por exemplo, com a unidade nacional ou a criação de uma sociedade industrial. Os valores que se podem dar a este x , [...] são diferentes de parte a parte [...] (GAMBI, 1984, p. 95)

Por fim, mas não por último, vários são os questionamentos do papel desempenhado pelo centro na realidade atual da cidade, principalmente a partir do final do século XX. Processos de descentralização com a criação de outras áreas de centralidade urbana têm redimensionado o protagonismo do centro principal, sendo que, esta ainda é uma discussão recente que adentra às primeiras décadas do século XXI. Por outro lado, é possível identificar que, no momento dos novos modos de urbanização, o centro passa por uma espécie de crise de sua função, não sendo esta restrita aos casos já descritos na Europa e nos EUA.

2.2 DESCENTRALIZAÇÃO E CRISE DO CENTRO DA CIDADE

Mesmo que o centro nem sempre seja o foco dos investimentos, principalmente em cidades metrópoles ou em processo de metropolização, percebe-se facilmente uma oscilação entre desvalorização e revalorização do centro e setores adjacentes. Nesse sentido, o centro também se torna o *locus* da crise urbana, associada aos processos de reorganização do capital, que no centro pode ser identificada como o congestionamento do trânsito, a desvalorização imobiliária em decorrência do surgimento de outras áreas de centralidade mais rentáveis, e o envelhecimento das edificações, visto como obsolescência. Tourinho (2006, p. 281) explica que “maleabilidade do restante do tecido urbano” faz do Centro “um lugar ‘duro’”, um “espaço de difícil apropriação” por ser complexo e pelos seus atributos de ser “histórico, arquitetônico, urbanístico, legal, político, social, econômico, simbólico, residual, não dominado, diverso”.

Para Labasse (1970, p. 10), a desvalorização do centro é um “processo regressivo que se alimenta de si mesmo” com a substituição de grandes edifícios ou mesmo símbolos do poder para o estabelecimento de novos percursos como fuga da saturação, além da alteração na densidade das atividades para o comércio de varejo que estimulam os movimentos pendulares, criando sobrecarga durante o dia e o esvaziamento à noite, resultando em desequilíbrios como a insegurança. Pois bem, se o centro antes era uma representação simples do poder político e econômico de uma sociedade, hoje se torna um espaço complexo influenciado pelos inúmeros centros-irmãos através da reprodução do espaço urbano em todo lugar, estando sujeito a uma nova ordem externa que o influencia e o modifica internamente. Para Lefebvre (2008), se por um lado, o fato urbano encontra sua razão de existência no centro, por outro, a expansão da cidade revela que a saturação dos centros provoca sua reorganização, ou seja, sua “destruição” (LEFEBVRE 2008), que remete a criação de outras áreas de centralidade.

Não existe a realidade urbana sem centro, quer se trate do centro comercial, do centro simbólico, do centro de informação e de decisão, etc. Mas todo centro destrói-se a si próprio. Ele se destrói por saturação; ele se destrói porque remete a outra centralidade; ele se destrói na medida em que suscita a ação daqueles que ele exclui e expulsa para as periferias. (LEFEBVRE, 2008, p. 85).

E por que revalorizar o centro? Na verdade, esta é uma indagação comum da cidade contemporânea. As primeiras justificativas se apóiam numa ideia de valorização da história local, um patrimônio que simboliza o todo, o que, no entanto, deve-se pensar que o centro sempre será útil em favor de ali possuir todas as infraestruturas já instaladas, proximidades com áreas mais valorizadas, acessos, conexões. Tourinho (2006) pontua que na década de 1980, o discurso da crise foi substituído pelo discurso da revalorização das áreas centrais, o que mostra, claramente, um discurso da ideologia baseado em interesses monetários.

[...] na década de 1980, outros temas conferiram novos contornos ao debate sobre o centro, substituindo o discurso de crise pelo de revalorização de áreas centrais, entendidas como pontos estratégicos para atender às demandas de competitividade entre cidades por recursos regionais ou mundiais. (TOURINHO, 2006, p. 278).

Portanto, as propostas de renovação do centro, em pleno século XXI, ainda continuam válidas, assim como fez Haussmann com a reorganização de Paris, entre 1850 e 1871, que, de acordo com Harvey (2011, p. 137), a proposta de reurbanização para Paris era de absorção dos excedentes do capital aliado ao controle social frente ao crescimento da população. Ou ainda, os projetos do pós II Guerra Mundial que para os governos das grandes cidades, não só europeias, significaram duplamente em reconstrução do centro e construção da cidade com aplicação de um modelo de urbanismo racionalista. Para Montaner (2001, p. 28) os princípios modernos “são úteis para desenvolver o modelo neocapitalista da cidade: facilitam o controle, a fragmentação, a segregação, a produção em série”. Já Vicente Del Rio (2000) destaca que os interesses pela intervenção em áreas centrais são mútuos entre Poder Público e setores privados, a fim de convergir melhorias urbanas através do planejamento estatal como também viabilizar a atuação dos mercados imobiliários e financeiros.

Grandes intervenções do Poder Público, ou por ele apoiadas, buscariam adequar estas áreas centrais às novas funções preconizadas pelos planos diretores e políticas de renovação, de forma a viabilizar os mercados imobiliários e financeiros. Impunham-se CBDs imponentes e grandiosos sistemas viários, esplanadas monumentais, grandes conjuntos habitacionais em periferias [...], shopping-centers, etc. (DEL RIO, 2000, p. 20).

Nesse sentido, os projetos de renovação urbana no centro trazem a tona mais um processo gerado a partir da reestruturação deste espaço com a substituição parcial ou total de uma área antes ocupada, ou melhor, uma área dita antiga ou mesmo obsoleta, ainda que tal proposição seja permeada por discursos de valorização histórica e cultural. Este processo age numa espécie de reconquista do centro para fazer parte da cidade contemporânea em sua complexidade atual. A justificativa aparece como reuso das vantagens já existentes e uma otimização de toda a infraestrutura instalada em períodos anteriores. Na verdade, o centro também passa por oscilações sociais, haja visto que, se no passado concentrava grande parte da população de alta renda, a valorização das novas áreas de centralidade exercem poder de atração para a elite que acaba deixando o centro, ao mesmo tempo em que permite sua ocupação por outros de renda inferior, ao passo que, no momento posterior, tende a ser cobrado ideologicamente. Isso mostra que o centro não é um espaço apaziguado e igualitário, mas sim disputado. Tourinho (2006, p. 280) destaca que o centro é um “espaço rebelde, não dominado, diversificado e não igualitário, ele não é um espaço democrático, ele é, realmente, o espaço do conflito”.

Para tanto, as ações de renovação urbana no centro resultam, na maioria das vezes, em disparidades sociais, substituindo não só as edificações como também o conteúdo social, uma *gentrification*, *gentrificaci3n* ou gentrificação como tratado por diversos autores na atualidade: David Harvey (2011), Neil Smith (2007), Sergi Mart3nez Rigol (2010) e outros. Com o prop3sito de definir gentrificação, Rigol (2010, p. 221) afirma que “3 uma mudan3a social urbana que envolve transforma33es no n3vel social, econ3mica, f3sica e cultural, em certo sentido, geralmente vinculados 3 revaloriza33o do centro da cidade”. Rigol (2010) caracteriza a gentrifica33o em quatro aspectos: a) no n3vel social com a substitui33o dos moradores, em que a popula33o residente de baixa renda 3 substituída pela popula33o com mais dinheiro ou mais capital cultural; b) no n3vel econ3mico ocorre a revaloriza33o da terra urbana e do acesso 3 habita33o, sempre posterior aos processos de desvaloriza33o, funcionando como motor de expuls3o da popula33o; c) no n3vel f3sico pela reforma, amplia33o e multiplica33o dos espa3os com a renova33o de edifica33es e melhoria do espa3o p3blico; d) no n3vel cultural pela redefini33o do lugar como valor simb3lico, usado como discurso institucional e dos novos residentes.

Ainda, tais desdobramentos da crise do centro revelam vantagens para o capital a fim de tornar esta parte da cidade mais atrativa em projetos urbanos, o que seria então, o centro como **capital simbólico**, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Nesse sentido, Hiernaux-Nicolas (2006, p. 248) identifica na cidade atual uma ruptura e um novo paradigma, que para ser global, é preciso também contar com um capital simbólico, de base cultural, fortemente fixado no território. O paradigma deste novo modelo se baseia no entendimento de que o centro histórico pertence ao capital cultural coletivo, imposto pelo neoliberalismo, tendo início nos anos de 1990. Nesse processo, o governo da cidade tem sido o primeiro a se posicionar numa retomada do centro histórico. Comumente, os resultados são bastante criticados por venderem os centros aos ricos e dar o embelezamento das fachadas sem levar em conta a realidade do centro em sua complexidades social. Na verdade, em que pese essa dicotomia da revalorização do centro, Hiernaux-Nicolas (2006, p. 249) destaca que “na falta do capital financeiro, o capital simbólico pode representar papel importante”.

Portanto, tais intervenções em áreas edificadas sob a égide do centro histórico mostram uma (re)produção do espaço urbano em favor do aproveitamento de suas características úteis e não simplesmente pelo valor afetivo. Na verdade, essa é uma ação governamental atrelada a um *plus* imobiliário em que produz, como coloca Sposito (2001), novas lógicas de comportamento espacial das empresas, expansão extensiva das áreas residenciais e multiplicação do consumo, articulação entre novas e antigas localizações e múltiplos fluxos de conexão. Pode-se, então, entender que intervenções em centros propostos como históricos é um exemplo de “uma urbanização que se reconstrói” para reiterar a citação de Sposito (2001, p. 84), ou ainda, pode-se considerar que se figura uma cultura da substituição, um tipo de “metabolismo” da cidade, como observado por Gambi (1984), sempre engendrado pelos interesses do capital e de forte base ideológica.

Na expansão urbana, a sociedade industrial produziu no mesmo espaço do centro, uma concentração igual: apesar do investimento sistemático e maciço em edifícios, seus sedimentos são agora âmbito temporal fraco e instável, especialmente porque a remoção e dispersão dos objetos são realizadas pelos metabolismos da mesma cultura que criou esses objetos. (GAMBI, 1984, p. 96)

Também, é necessário considerar outro aspecto: ao eleger o centro como histórico com o pretexto de bem patrimonial, passa-se ao processo de seleção dos elementos que representam a identidade de uma cidade, o que, no entanto, este deveria ser elencado pela construção social de sua história, tendo em vista que a materialidade do centro histórico significa o patrimônio edificado. Porém, Melé (2006) considera que tal nova condição dos centros como históricos passou a reunir diferentes tipos de espaços: áreas comerciais valorizadas, centro comercial popular, espaço do poder público e bairros populares; o centro torna-se um objeto de política, sendo institucionalizado através do discurso e de práticas que ultrapassam a política de patrimônio.

Esses centros históricos foram progressivamente institucionalizados. E não apenas: este espaço torna-se espaço de referência das medidas de proteção do patrimônio, mas também da reorganização dos fluxos e usos da rua; um espaço de referência dos documentos de planificação; e um sub-espaço particular a ser tomado em conta no campo da gestão urbana cotidiana. (MELÉ, 2006, p. 204).

Nesta breve exposição sobre as características do centro de uma cidade na atualidade, conclui-se que este é mutável no tempo, sendo preciso identificar sua articulação no conjunto da cidade. A renovação do centro é uma ação que faz parte dos processos de reestruturação do espaço urbano, o que inclui novas relações com as partes da cidade, recriando uma outra forma urbana que nos leva ao questionamento sobre o futuro do centro na cidade contemporânea. Atualmente, o Centro possui um valor simbólico cristalizado historicamente, o que, no entanto, não é possível generalizar que esta característica sempre seja força singular do centro, haja visto que os processos de urbanização e reestruturação da cidade e do território também têm-se imbuído de tal tarefa nos subcentros e demais áreas de centralidade, criando hoje elementos que serão úteis em situações vindouras. Portanto, a crise do centro e sua revalorização sob um viés simbólico também revelam a necessidade de se conhecer os significados que o centro assume nas relações intra-urbanas da cidade, bem como os atributos que tornam o Centro uma forma complexa.

3 A POLISSEMIA DO CENTRO NA ESTRUTURA URBANA

O que faz o centro ser o centro da cidade? O objetivo deste tópico é apresentar os diferentes significados que o centro de uma cidade assume nos processos espaciais de (re)estruturação urbana. De modo geral, encontram-se na produção acadêmica inúmeras distinções de centro em relação ao todo da cidade e também para diferenciá-lo de outros centros no espaço intra-urbano: centro tradicional, centro histórico, centro antigo, centro comercial, *Central Business District* (CBD), centro principal, área central, núcleo central, *core*, dentre outros. De todos estes, a nomenclatura mais adequada no caso deste trabalho é “centro principal”, pela sua abrangência e significado para a cidade como um todo, sendo discutido adiante.

Definir o centro da cidade esbarra também em questões culturais e nos diferentes modos de ver a cidade. Labasse (1970, p. 9), em algumas pesquisas sobre o centro, identificou que, no Canadá e EUA o conceito de centro era mais amplo, abrangendo até 20% da superfície total da cidade, configurando ali o CBD; enquanto que na Europa, o conceito existencial de centro era aplicado somente para as grandes cidades, pois, de modo geral, o “centro abrange as atividades públicas e que se refere a uma fração muito pequena da área urbana, de 1 a 2%, dependendo do caso”; ou ainda, o autor cita que alguns países europeus teriam estabelecido uma “norma” para que o centro correspondesse aproximadamente a trinta hectares para cada 1 milhão de habitantes.

Todavia, o contexto do século XXI traz novos modos de pensar a cidade, o que está além da simples ideia de núcleo urbano constituído pelo centro-periferia. O Centro e os demais centros na cidade formam um sistema urbano, numa realidade mais complexa que outrora. Por fim, o que se busca está além de rotular um nome, aplicar um neologismo ou um método generalizante, e sim analisar o centro e seu papel na estrutura urbana de uma cidade organizada em outros centros e suas áreas de centralidade.

3.1 BREVE CONTEXTO DOS ESTUDOS DO CENTRO NA ESTRUTURAÇÃO URBANA

No intuito de esclarecer primeiramente o significado de estrutura urbana, Sposito (1991, p. 5-6) afirma que a expressão tem sido usada para “designar o arranjo dos diferentes usos do solo no interior das cidades” e desse modo, a estrutura urbana seria um “mosaico-resultado” do modo de produção capitalista que determina a “organização/desorganização da cidade”. Para Flávio Villaça (2001) os conceitos de “estrutura urbana” e “organização do espaço urbano” permeiam a ideia de espaço intra-urbano que é diferente da estruturação do espaço regional, dominada pelo deslocamento de informações, capital e mercadorias em geral. Villaça (2001, p. 20) define que o espaço intra-urbano é “estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano”, seja pelos motivos de sua força de trabalho ou como consumidor. Nesse sentido, explica que tal condição deriva dos transportes e das comunicações, o que estrutura as áreas comerciais e de serviços, “a começar pelo próprio centro urbano”.

Nas primeiras décadas do século XX, estudos sobre a estruturação urbana tiveram destaque com a difusão dos modelos teóricos sobre as cidades norte-americanas pela Escola de Chicago nos EUA, fundada por Robert Ezra Park e demais sociólogos na década de 1920. Para Johnson (1974) a formulação dos modelos analíticos pela Escola de Chicago teve como base a observação de tipos distintos de áreas especializadas e certa repetição de sua disposição geográfica, o que implicou na identificação de uma teoria da estrutura urbana.

A linha de pensamento defendida pelos membros da escola buscava uma matematização da Geografia, visando estabelecer modelos que pudessem explicar a forma do espaço urbano. Essa abordagem está relacionada com o que Capel (1983, p. 270) descreve sobre o verdadeiro espírito positivo que consiste em *ver para prever*, em estudar o que é para concluir o que será, isso segundo o dogma da invariabilidade das leis naturais. “A base essencial do método positivista é sempre a racionalidade dedutiva que parte da observação, fazendo classificações e comparações indo de conclusões gerais ao descobrimento de leis”. Estes estudos e modelos resultaram na formação da teoria denominada “Ecologia Urbana”, criticada por sua característica generalizante. A associação do conceito de ecologia se deve aos estudos da relação do homem com seu meio ambiente.

De acordo com Goitia (1996) destacam-se três modelos de análise de cidades propostos pela Escola de Chicago: a) *Teoria Concêntrica* ou *Teoria das Zonas Concêntricas* de Ernest W. Burgess de 1923; b) *Teoria dos Setores* de Homer Hoyt de 1939; c) *Teoria Polinuclear* de Harris e Ullman de 1945. É interessante observar que nos três modelos o núcleo principal corresponde ao CBD (*Central Business District*), ou seja, o centro comercial e de negócios como localização por excelência das atividades econômicas. A teoria da estrutura urbana esboçada na Escola de Chicago teve grande difusão dentre vários estudiosos por certo tempo, principalmente no pós segunda guerra mundial.

Todavia, Manuel Castells (2011), assim como Mark Gottdiener (2010) são enfáticos ao afirmar que os estudos da estrutura urbana feitos no início do século XX, principalmente da Ecologia Urbana, são considerados ultrapassados. Para Castells (2011, p. 185), a Escola de Chicago apresenta instrumentos teóricos que buscam apreender a organização do espaço urbano, o que, no entanto, este se resume a um esforço cujo resultado traz certo “empirismo e profetismo”, com concepções ligadas ao antigo pensamento do “organicismo evolucionista”. Castells (2011, p. 181-182) enfatiza que a estrutura urbana deve ser assimilada pelo viés do debate da teoria do espaço, em que, “a cidade é a projeção da sociedade no espaço”, e tão logo o “espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e período de organização social”.

Na opinião de Gottdiener (2010, p. 36), os pressupostos da Escola de Chicago também refletem um “pensamento convencional” que ainda permeiam as disciplinas acadêmicas e que não dão conta do processo atual de estrutura e organização do espaço urbano. A “analogia biológica” advinda das ciências naturais tornou-se “base da teorização ecológica”, sendo incorporada pela “sociologia, economia e geografia urbanas [...], essas três áreas possuem uma base comum numa dependência teórica, embora não-exclusiva, da ecologia humana”. Tendo em vista a ampla difusão das teorias da Ecologia Urbana, Mark Gottdiener (2010, p. 36) a caracteriza em duas fases distintas: a) Escola de Chicago (década de 1920 até a II Guerra Mundial) com ênfase comportamental que “focaliza as características inatas da espécie humana” e que resultam em formas específicas de organização, como a distribuição demográfica. Tem como principais expoentes: Robert Ezra Park, Ernest

Burgess e Roderick D. Mckenzie; b) Teoria da Ecologia Humana definida na obra de Amos H. Hawley, *Human Ecology: A Theory of Community Structure*, de 1950, com ênfase na ciência social que recaiu em “objetos de análise considerados reificações *sui generis* de grupo ou atributos da vida formal típicos do sistema social, como a divisão funcional do trabalho na cidade”.

Tendo o CBD (*Central Business District*) ou Distrito Central de Negócios como elemento de destaque pelos estudos da Escola de Chicago, convém afirmar que este termo foi amplamente difundido também em outros estudos, sendo ainda recorrente para referenciar a concentração do setor financeiro correlacionado às atividades terciárias, geralmente localizadas nos centros das cidades. No intuito de identificar a área abrangida pelo CBD, o famoso trabalho de Murphy e Vance publicado em 1954, *Delimiting the C.B.D.* foi aplicado em cidades norte-americanas, tendo como base o cálculo da densidade das atividades de serviços e a concentração de comércio em relação à área total. O método propõe a delimitação do CBD a partir de coeficientes numéricos, o indicador *central business index*: se um referido quarteirão preencher mais de 50% das atividades de um CBD, então o bloco deve pertencer a um centro de negócios. Entretanto, Beaujeu-Garnier (2010) comenta que o cômputo do método torna o critério difícil de ser aplicado, o que pode facilmente levar ao erro, pois a dificuldade está na escolha das atividades, ficando excluídos os edifícios administrativos, culturais e de ensino, as casas de comércio de atacado, as fábricas, as residências, o comércio varejista, etc. Além disso, Beaujeu-Garnier (2010, p. 394) destaca que o método não traz especificidades para situações mais complexas como as metrópoles, uma vez que “foi aplicado pelos autores a diferentes centros de pequenas e médias cidades nos EUA”, aproximadamente 25 mil habitantes. Labasse (1970) também discorda do método em termos conceituais, pois não considera que o centro seja definido pelo CBD. Na verdade, o estudo é interessante para identificar a intensidade das atividades terciárias, o que, no entanto, o centro não se restringe às funções de comércio e serviços, pois, tal definição com base na delimitação física do CBD reproduz parcialmente a ideia de centro, mesmo que esta característica lhe reforce o atributo de centralidade. Além disso, essa característica pode ser identificada em outras áreas da cidade que não necessariamente correspondem de fato ao Centro.

Todavia, a compreensão do centro na organização da cidade atual pressupõe entender que o espaço urbano é dinâmico, não estático, tendendo a mudanças em razão de fatores políticos, econômicos e culturais conjugados a ritmos periodicizáveis. Nesse sentido, além da estruturação urbana fala-se também em sua reestruturação como uma reorganização das formas espaciais e de suas funções no conjunto da cidade. Para Soja (1993, p. 212), os conceitos de reestruturação urbana se apresentam como “arranjos e rearranjos espaciais” da metrópole e do novo modo de vida urbano.

[...] a evolução da forma urbana (a estrutura espacial interna da cidade capitalista) tem seguido o mesmo ritmo periodicizável de formação e reformação induzidas pela crise que moldou a paisagem macrogeográfica do capital desde os primórdios da industrialização em larga escala. (SOJA, 1993, p. 210).

Para tratar da reestruturação da forma urbana influenciada pela economia política capitalista, Soja (1993) toma as cidades dos EUA como estudos de caso e faz uma periodicização entre 1820 e 1970. No capítulo “A reestruturação e a evolução da forma urbana” do livro *Geografias Pós-modernas*, de 1989, Edward W. Soja (1993, p. 212) distingue de modo esquemático o processo de urbanização em três períodos, sendo aplicável a “áreas em que a urbanização e a industrialização tenham se originado junto com a difusão do capitalismo”. Nesses três períodos apresentados por Soja (1993), o centro da cidade (de origem) assumiu diferentes funções no processo de reestruturação da forma urbana, e que, o momento atual refere-se a uma “nova rodada de reestruturação”. Para Soja (1993, p. 227-228) a “suburbanização/ metropolização difusa contínua” e já não está mais associada ao declínio do centro das cidades, pois um renascimento do centro vem ocorrendo principalmente nas metrópoles e aglomerados urbanos. E então, “mais do que nunca, a economia macropolítica do mundo está se contextualizando e reproduzindo na cidade”.

Na sequência, o Quadro 1 mostra a síntese dos três períodos abordados por Soja (1993) em que é possível identificar os diferentes papéis assumidos pelo centro de origem no processo de reestruturação urbana das cidades norte-americanas:

Quadro 1 – Síntese da descrição sobre reestruturação e evolução da forma urbana das cidades norte-americanas e seu centro de origem.

| Períodos da reestruturação da forma urbana | Funções do centro de origem |
|---|---|
| 1820 a 1870 <u>De Cidade Mercantil à Cidade Industrial de livre concorrência</u> | As tecnologias de transporte e condução (ferrovias e elevadores) levaram a intensificação do uso da terra no centro urbano, o que redefiniu a forma da cidade e estabeleceu o <i>Central Business District</i> (CBD) e as zonas de anéis residenciais. |
| 1870 a 1920 <u>Cidade de Monopólio Empresarial</u> | “a produção industrial tornou-se menos concentrada em torno do centro da cidade, à medida que as fábricas se espalharam pelos antigos anéis residenciais internos” (SOJA, 1993, p. 217). Como resultado, os antigos núcleos urbanos tornaram-se cada vez mais terceirizados, substituindo as indústrias perdidas por sedes empresariais. Tal situação criou a fuga da cidade, salvo o remanescente de pelo menos um setor residencial de alta classe que se expandiu do centro para a periferia. Esse período também marca o início do processo de suburbanização nos EUA, acompanhado da fragmentação política metropolitana, extrapolando o tamanho das cidades. |
| 1920 a 1970 <u>Cidade administrada pelo Estado Fordista</u> | Amplia os processos iniciados no segundo período de reestruturação da forma urbana. As consequências levam ao abandono do núcleo urbano interno (de origem), restando na paisagem uma “mescla residual de firmas em setores de livre concorrência, indústrias mais antigas, algumas lojas e hotéis de luxo, órgãos do Estado e do capital financeiro” (SOJA, 1993, p. 219), algumas sedes empresariais remanescentes e os segmentos mais pobres como um exército trabalhista de reserva. Por fim, uma grande desvalorização dos imóveis no centro da cidade, que mais tarde, foram submetidos a uma renovação urbana provocando elitização das áreas e a gentrificação da população residente. Toda essa situação exigiu grandes gastos estatais. |

Fonte: SOJA, 1993, p. 211-222.

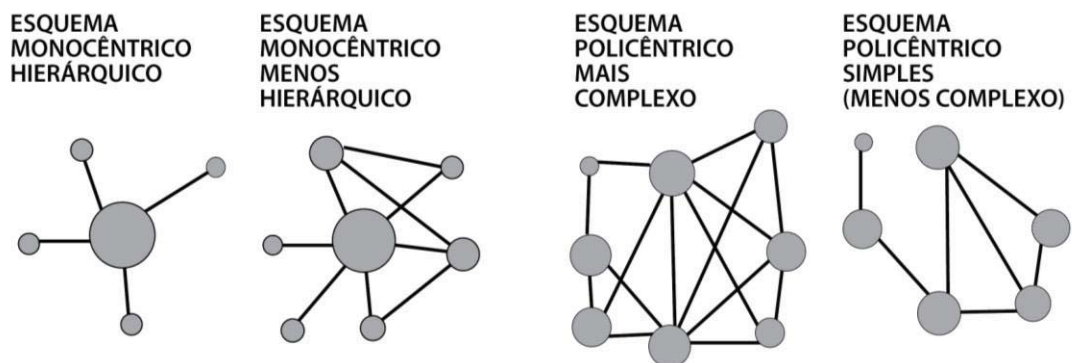
Tendo em vista que a complexidade da urbanização na atualidade é de difícil apreensão da estrutura urbana, cita-se como exemplo ilustrativo dessa tentativa mais uma vez o trabalho sobre o estudo da Região Metropolitana de Madri (Espanha). O ensaio metodológico desenvolvido por Solís Trapero, Ureña Francés e Ruiz-Apilánez Corrochano (2012, p. 1) pelo Departamento de Urbanismo da Universidad de Castilla-La Mancha combina a caracterização de atributos de tamanho demográfico e centralidades e suas relações de ligação de cada cidade com o sistema urbano-territorial da Região Metropolitana de Madri através de esquemas de organização espacial.

Os esquemas de Solís Trapero, Ureña Francés e Ruiz-Apilánez Corrochano (2012) representam os diferentes níveis da estruturação urbano-territorial da região metropolitana de Madri a partir dos processos de fragmentação e reorganização espacial, sendo possível identificar escalas de desenvolvimento, desde cidades com uma simples centralidade hierarquizada pela predominância de seu centro como também cidades com vários centros, tendendo ao policentrismo.

O policentrismo substitui a imagem de centro-periferia por uma mais complexa, em que um único centro não decide e nem controla sozinho, sendo que a periferia não é um mero elemento passivo, ao contrário, possui vínculos e fluxos de trabalho entre vários centros e outros espaços. Trata-se de um modelo territorial complementar e interdependente. Neste sentido, o desenvolvimento territorial ocorre em diferentes escalas. (SOLÍS TRAPERO, UREÑA FRANCÉS E RUIZ-APILÁNEZ CORROCHANO, 2012, p. 16)

A figura 3 mostra parte dos esquemas que representam a estruturação urbano-territorial das cidades da Região Metropolitana de Madri, tendo como base a discussão metodológica que combina categorias analíticas que qualificam os nós de cada sistema urbano como centralidades. Os fluxos são representados pelas linhas de ligação da articulação do sistema urbano.

Figura 3 – Esquemas de estruturação urbano-territorial.



Fonte: SOLÍS TRAPERO, UREÑA FRANCÉS E RUIZ-APILÁNEZ CORROCHANO, 2012, p. 16.

Contudo, tais estudos sobre a estruturação urbana não se fecham em um único método que abrange sua complexidade por completo, haja visto que a dinâmica das cidades sugere novas pesquisas. Nesse sentido, mesmo que os métodos da Ecologia Urbana tenham sido muito criticados por não atenderem às novas demandas, estes, de certo modo, também contribuíram para a realização de outros estudos e o avanço científico no modo de analisar as cidades.

3.2 OS ATRIBUTOS DO CENTRO DA CIDADE

A caracterização do centro na estrutura urbana está relacionada aos atributos que o destacam no conjunto da cidade. A *priori*, as funções do setor terciário carregam a imagem de centro por sua condição histórica na cidade, porém, este não é suficiente para defini-lo. Também, atenta-se para a convergência, ou seja, a conexão estabelecida entre periferia e centro, o que, no entanto, a criação de outros centros na cidade do século XX, tem reestabelecido novas conexões entre as centralidades, numa trama mais complexa. E se, o centro seria o espaço comum da população, este se revela desigual, um espaço permeado pelo conflito de interesses.

A função comercial e, por sua vez, os serviços, historicamente, estão atrelados às cidades reiterando sua posição de centro, mesmo que de modo muito insipiente em períodos de quase total inexistência do aparato urbano. O processo industrial transformou a cidade de outrora, considerada como o centro do poder institucional e social, que com as indústrias recebeu também maior incremento de atividades ligadas ao comércio, ou seja, de simples atividades de troca, a cidade passou a promover a acumulação progressiva do capital em decorrência do suporte tecnológico e institucional, como também da disponibilidade de mão de obra do 'trabalhador livre'. Nesse sentido, para Beaujeu-Garnier (2010, p. 55), a atividade industrial gera, em parte, a função comercial, "quer diretamente, através do abastecimento e do trabalho das fábricas, quer indiretamente, através da acumulação que provoca e da massa salarial que distribui".

Para tanto, a interdependência com o comércio e os serviços faz com que estes sejam atributos da cidade e de seus centros, o que, no entanto, correlacioná-la como gênese da cidade pode ser uma insinuação generalizante. Nesse sentido, Beaujeu-Garnier (2010, p. 73) concorda parcialmente que as cidades podem ser chamadas de 'filhas do comércio', porém, suas reflexões conduzem a uma concepção mais elaborada: "se nem todas as cidades são [...] 'filhas do comércio' [...], nenhuma, em todo o caso, se pode vangloriar de escapar a sua presença e à sua influência" (BEAUJEU-GARNIER, 2010, p. 211). Além disso, o comércio pode existir dissociado da cidade, ainda que culturalmente, é na cidade que o comércio encontra seus meios lucrativos em razão da concentração do público consumidor, e que cresce de modo sincronizado com a expansão urbana.

Na origem, na pequena cidade, o comércio encontra-se no seu coração num espaço privilegiado pelas possibilidades de acesso, que lhe asseguram o máximo de clientes e lhe permitem desenvolver-se, mantendo-se no centro, onde pode pagar os preços relativamente elevados do solo. Paralelamente ao crescimento urbano, multiplicam-se os estabelecimentos comerciais: o núcleo enche-se e desenvolve tentáculos que acompanham o alongamento de grandes eixos de circulação. (BEAUJEU-GARNIER, 2010, p. 215).

Tendo em vista que o centro reúne a maior incidência da divisão social do trabalho, é também neste que ocorre a maior circulação de dinheiro da cidade. Sposito (1991, p. 7) explica que “quanto mais se acentua a divisão social do trabalho, mais capital se concentra”. Com o tempo, tais condições associadas ao crescimento populacional levam a ampliação do centro num processo de alteração do uso do solo, seja com a substituição das edificações de menor porte pela verticalização, seja a adequação das casas para atividades comerciais. Paul Singer (1979, p. 29) argumenta que “o crescimento urbano implica necessariamente uma reestruturação do uso das áreas já ocupadas. Assim, por exemplo, o centro principal tem que expandir à medida que aumenta a população que ele serve”. Todavia, já num segundo momento, fala-se em reprodução do centro além de sua localidade de origem, sendo recriado através da descentralização em *shopping centers*, centros secundários, vias especializadas. Portanto, com base em Sposito (1991) a expansão do centro se dá duas maneiras: a primeira como expansão justaposta ao centro e a segunda através da constituição de outros centros. Villaça (2001) também pontua este duplo processo de expansão do centro e criação de novos centros, destacando a década de 1970 como o marco temporal nas metrópoles e em cidades médias.

Na década de 1960, os centros principais das áreas metropolitanas começaram a experimentar uma redução no ritmo de crescimento. Já a década de 1970 representa a época de consolidação dos “centros novos” na maioria das metrópoles brasileiras e mesmo nas cidades médias. Outrora, porém, essas obras para a expansão dos centros, ou seja os novos centros eram contíguos aos velhos. Na década de 1970, o que ocorreu de novo é que os novos centros surgiram afastados dos antigos. (VILLAÇA, 2001, p. 278).

Em que pese à centralidade do centro, o setor terciário é um dos atributos mais significativos do Centro (principal), porém, não exclusivo, podendo ser exercido em outros centros da cidade. Em contrapartida, Tourinho (2006, p. 280) destaca a “diversidade” de atividades e de agentes sociais como a característica singular para diferenciar o Centro da grande parte do tecido urbano.

O Centro é o espaço da diversidade em vários sentidos, não só por envolver lugares onde diversos setores da sociedade (econômicos, políticos e sociais) atuam, mas também onde diversos agentes sociais interagem (no sentido da diversidade cultural e racial dos usuários e dos moradores). (TOURINHO, 2006, p. 280).

Atrelado às funções de comércio e serviços e outras, o centro exerce o atributo de convergência em relação às diferentes áreas da cidade, como concentrador de atividades e de pessoas. Nota-se que outros centros na cidade também possuem essa característica de “concentricidade”, como apontado por Sposito (1991), sendo que o centro principal e os demais se diferenciam pelas escalas de abrangência. Nesse sentido, o centro principal atua sua centralidade na cidade como um todo, diferente de outras centralidades que ficam restritas aos seus setores de atração.

[...] mesmo que a dimensão ou uma nova dinâmica da divisão territorial do trabalho provoque a emergência de outros ‘centros’, o principal e cada um deles desempenha um papel de concentricidade, ou seja, para diferentes setores da cidade e para diferentes escalas de atuação/ atração. (SPOSITO, 1991, p. 6-7).

Na organização da cidade, Ostrowetsky (1994, p. 45) afirma que o centro estabelece uma hierarquia interna, “uma forma *a priori*, com o propósito de ser o primeiro espaço de produção e de consumo”, como também, uma hierarquia externa, no qual a função central se distingue pela sua magnitude no conjunto da cidade e em relação a periferia. E para complementar, Labasse (1970, p. 11) tendo como critério a demanda por determinados serviços e atendimentos da população, estabelece três tipos de centralidade: básica, geralmente diária ou semanal, comum pela oferta do comércio de varejo, como o que ocorre em pequenas cidades ou em centros de bairros; a centralidade média derivada do deslocamento mensal em busca de equipamentos e atendimentos especializados, como hospitais, agências bancárias, joalherias e boutiques; e a centralidade superior que envolve fluxos anuais ou plurianuais, como o que ocorre nas metrópoles que dispõem de bens e serviços sofisticados e tecnológicos. Nesse sentido, o centro possui vocações que lhe reforçam a centralidade, o que para Sposito (1991, p. 6) o “centro pode ser qualificado como integrador e dispensor ao mesmo tempo”.

Ainda, Labasse (1970, p. 8-9) argumenta que há dois aspectos que sugerem definir o real significado do centro: a) “intensidade de fluxo de comunicação” de pessoas, tráfego, mercadorias, informação e densidade de equipamentos para atendimento da cidade; b) local de “vivência” ou local da “experiência vivida” (*expérience vécue*), numa visão empírica em que a população tem do espaço e como elege seu centro por aquilo que este representa. De modo análogo, Sposito (1991) concorda que o centro é o ponto de convergência e divergência, pela nodalidade que estabelece e não como mero ponto geográfico.

No interior da cidade, o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência/ divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. (SPOSITO, 1991, p. 6).

No Brasil, os estudos de Flávio Villaça (2001) sobre o espaço metropolitano de seis capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife) em sua publicação *Espaço Intra-urbano no Brasil*, de 1998 (primeira edição), traz algumas considerações relevantes ao centro (de origem) destas cidades, e que, no caso, coincidem com o “centro principal”. A fim de descrever a natureza do centro principal, Villaça (2001) remete a alguns atributos: centro da aglomeração; essência do valor de uso das localizações; otimização dos deslocamentos; ponto cristalizado pelo trabalho socialmente necessário na produção da aglomeração; maior acessibilidade; e por último, o valor simbólico. Nesse sentido Villaça (2001, p. 234), explica que “o centro principal tem a vantagem de poder concentrar tanto os empregos como os locais de compras e serviços, além de apresentar a posição de acessibilidade ótima à maior parte da cidade”.

Na verdade, o centro se torna principal diante do processo de descentralização com a criação de outros centros, sendo que, o centro principal por si só, possui características específicas que não são simplesmente atributos de uma “centralidade operativa ou funcional” no dizer de Tourinho (2006). Entretanto, a posição deste centro na estrutura urbana é algo dinâmico, haja visto que, se antes seu protagonismo era hierárquico, na cidade atual o Centro divide sua centralidade de maneira competitiva e ao mesmo tempo tensionada com os demais centros.

Contudo, nas últimas décadas, o Centro perdeu centralidade para as chamadas 'novas centralidades', uma vez que não consegue continuar comandando, ele só, o complexo processo da construção metropolitana, sendo obrigado a entrar na arena competitiva com outras áreas da cidade. (TOURINHO, 2006, p. 290).

Portanto, o crescimento urbano como processo de descentralização na atualidade tem remetido a mudanças na centralidade desempenhada pelo centro principal, sobretudo nas questões ligadas aos setores terciário e financeiro. Nesse sentido, Reis (2009, p. 179, grifo nosso), ao falar da metrópole-policêntrica, distingue duas fases para o processo de descentralização na organização interna das cidades, sendo a primeira entre os anos de 1920 e 1970 como o período da “supremacia do **Núcleo Central de Negócios** da Área Central na hierarquia de centros intra-urbanos”; e a segunda fase, a partir dos anos de 1970, Reis (2009, p. 182, grifo nosso) a distingue pela característica de “**novas expressões da centralidade intra-urbana** derivadas do processo de descentralização, dotadas de uma importância equivalente ou mesmo superior, ao Núcleo Central de Negócios na organização interna da cidade”. Importante destacar que Reis (2009) define a segunda fase como “perda” de atributos tradicionais da centralidade do Núcleo Central de Negócios, referenciando-se à estrutura de comércio e serviços da organização interna das cidades, sendo multiplicada em subcentros, desdobros, ruas especializadas e *shopping centers*.

Contudo, essa questão da centralidade dos setores terciário e de negócios aponta para novos modos de ver a cidade, numa realidade complexa, ligada momentaneamente às formas, haja visto que algumas centralidades são sazonais. Nesse sentido, Ribeiro (2002, p. 164) fala da centralidade móvel, que “pode se constituir e se dissolver várias vezes por semana ou no decorrer do dia, o que reflete em variações de âmbito espacial e temporal”.

Embora a centralidade ligada a produção do capital não seja mais preponderante no centro principal, este continua a existir, continua sendo o Centro, porém, numa posição diferente de outrora, numa “centralidade representativa”, útil para o capital pelo seu valor simbólico, no qual, Tourinho (2006, p.291) afirma que a “centralidade do Centro representa a própria centralidade, que simboliza a qualidade dos fenômenos que ocorrem no Centro e, por sua extensão, nos centros”.

3.3 REPRESENTAÇÕES E O VALOR SIMBÓLICO DO CENTRO

Indo além das funções e da materialidade do centro, a construção da cidade, em um dado momento, também revela o acúmulo de tempos desde sua origem. Culturalmente, a cidade traz em si a ideia de “coesão” abordada por Labasse (1970), como um elemento que se torna decisivo na paisagem urbana, sendo o lugar da simbiose de valores: afetivos, lúdicos, simbólicos, relacionados ao ambiente edificado, aos monumentos e às lembranças. Obviamente, na cidade contemporânea, tal coesão como convergência de sentidos nem sempre é verdadeira, haja visto que não se pode generalizar que o centro de origem sempre será continuamente o centro de referência para a população embora Ostrowetsky (1994, p. 43) defenda que no processo de consolidação das cidades o “centro cristaliza em si os elementos mais específicos da sociedade”. Nesse sentido, Ostrowetsky (1994) afirma que a história da cidade se dá a partir de seu centro, o que, na verdade, em toda cidade, o tempo representa as ações empreendidas no espaço, reforçando ali em um ponto, uma posição de referência, do encontro, da representação do conjunto.

Para Jean Labasse (1970, p. 8) em seu artigo *Signification et avenir des centres*, publicado na revista francesa *Urbanisme*, o significado do centro não se trata unicamente de interpretações funcionais, mas de uma abordagem analítica na qual afirma que “o centro é realmente um pouco de tudo de uma vez, ou seja, a reunião das maiores manifestações da vida [...] é o lugar ou ponto de convergência, onde a cidade afirma seu poder e estabelece uma imagem que se irradia para a periferia”. O centro como posição central não é uma mera coordenada numa geometria equidistante de diversos pontos da cidade, mas também não se trata somente de um conjunto de coeficientes numéricos que expressam a concentração de equipamentos, ou mesmo a densidade de atividades terciárias de varejo. A nodalidade que o centro traz em relação à cidade se refere à população que em sua vivência, de modo empírico, revela a força que tem a imagem do centro para descrever a cidade. Nesse sentido, relaciona-se o centro de uma cidade à convergência das ações do cotidiano, do simbolismo e da representação do poder, levando em consideração, o que Souza (2008, p. 99) afirma sobre o espaço que é social, dotado de significado, indo além de sua materialidade, um “*produto* das relações sociais, e um *condicionador* dessas mesmas relações”.

Mas...não é só espaço em seu sentido material que condiciona as relações sociais! Também as relações de poder projetadas no espaço (espaço enquanto território) e os valores e símbolos culturais inscritos no espaço (espaço como espaço vivido e sentido, dotado de significado pelos que nele vivem), tudo isso serve de referência para as relações sociais. (SOUZA, 2008, p. 99).

Tendo em vista que o significado do centro é polissêmico em decorrência das diversas abordagens, embora difícil de defini-lo, Sylvia Ostrowetsky (1994, p. 42) propõe que tais acepções devem ser compreendidas como síntese na sobreposição de três aspectos: **conteúdo, forma física e geometria**, sendo essenciais para a cidade. Ainda, Ostrowetsky (1994) também considera que cada um dos atributos propostos para designar o centro da cidade, se observados separadamente, não traduzem o significado do centro. Por isso, a visão de totalidade faz-se importante. Nesse sentido, o centro pode ser representado em: a) quanto à função – o conteúdo: “centro de um conjunto” o que se constitui como lugar singular, reconhecível e identificável; é o centro monumental que “simboliza a cidade como ponto de partida”, oferecendo uma visão ampla de sociedade, política e religião; b) quanto à forma física: “parte de um todo”, ou seja, como sinédoque, uma figura de linguagem que atribui a parte como o todo, em que o centro passa a representar a essência da cidade, a partir de seu papel institucional; c) quanto à posição que ocupa – a geometria: “ponto de convergência e espaço de concentração”, que confere ao lugar uma posição real de núcleo, no qual seu conteúdo desempenha uma centralidade, sendo que tal posição é o que dá à cidade sua identidade. Nota-se que em Ostrowetsky (1994) a geometria do centro refere-se ao ponto nodal construído ao longo da história da cidade, o que, no entanto, é diferente de uma geometria equidistante.

Quanto à função e à forma, a contribuição de Ostrowetsky (1994) está em afirmar que nem a função e nem a forma são suficientes para explicar a construção do que é o centro. Na verdade, a ideia da regra funcionalista remete ao debate das descobertas das Ciências Naturais do século XVIII, em que “*la fonction crée la forma*”, ou seja, a função cria a forma, o que de certo modo, conduziu a um pensamento universal para explicar a vida humana, numa concepção vista como prática e de fácil entendimento para as pessoas. Ostrowetsky (1994, p. 44) reage a esta assertiva embora tenha consciência de que o funcionalismo “continua a assombrar o pensamento urbano e o senso comum de tecnocracia e política”.

Ainda que esse tipo de pensamento pertença à modernidade não é possível descrever as formas do passado da cidade e de sua produção, porque, na realidade, os resultados da racionalidade e do universalismo não pertencem a eles, basicamente. Em termos sociais, políticos e simbólicos, a função não é suficiente, o que também sabemos que essa epistemologia não é suficiente, quer em biologia – para explicar os fundamentos que foram utilizados no passado para a construção e organização espacial da vida social. (OSTROWETSKY, 1994, p. 44).

No decorrer do processo de expansão da cidade, o crescimento urbano mostra que quanto maior e mais complexa for uma cidade, mais difícil será captar a sua imagem de modo único, resultando numa característica de fragmentação tanto do espaço urbano quanto de sua sociedade. Tais processos de dispersão e de fragmentação também são resultantes das longas distâncias criadas pela polarização de atividades que levam a formação de novas áreas de centralidade ou mesmo de subcentros. Embora o prolongamento da cidade siga cada vez mais adiante, para Tourinho (2007, p. 23), o centro continua sendo centro, uma vez que a centralidade do centro não é apenas uma centralidade operativa ou funcional. É uma centralidade representativa, pois o “centro caracteriza-se como espaço qualificado, não só do ponto de vista funcional, mas também pelos seus aspectos simbólicos e formais”. Nesse sentido, o centro principal também assume uma capacidade múltipla por neste concentrar a diversidade e elementos que o tornam representativo para o todo da cidade.

Mais uma vez em Ostrowetsky (1994), essa condição representativa pode ser lida como sinédoque pela capacidade que o centro tem de construir a imagem da cidade, ou seja, representar o todo pela parte, trazendo evidências de uma identidade urbana, mas também na construção de seus valores simbólicos. Obviamente, isto não quer dizer que a imagem da cidade fica restrita ao seu centro, mas que via de regra, sua complexidade, convergência, utilidade e simbologia lhe atribuem destaque no conjunto da cidade. Já para Lynch (1999, p. 8), a capacidade representativa da identidade urbana refere-se às “imagens mentais comuns a vastos contingentes de habitantes de uma cidade: áreas consensuais que se pode esperar que surjam da interação de uma única realidade física, de uma cultura comum e de uma natureza fisiológica básica”.

Por fim, para completar a vasta possibilidade de significados atribuídos ao centro de uma cidade, deve-se entender que o processo de produção do espaço não ocorre de modo espontâneo, sendo também conduzido por uma ação intencional. Para Michel Ragon (1970), se o centro concentrou os elementos arquitetônicos ao longo da história, possivelmente estes não ocorreram de modo fortuito. Ragon (1970, p. 77) questiona: “não será antes o poder que impõe à sua estrutura arquitetônica a sua imagem de hierarquia?”. Sendo o espaço da cidade um local de disputa das classes sociais, Ragon (1970) fala da história urbana como história da sociedade que se constrói em seus símbolos como poder de representação de seus valores. Nesse sentido, Lufti, Sochaczewski e Jahnel (1996, p. 94) no texto *As Representações e o Possível* resgatam na obra de Lefebvre o sentido da representação “como produto de um determinado processo social” como também “referida à problemática da dominação e da exploração”.

A própria representação tem uma história, um modo de ser. Não se pode deixar de lado, diz Lefebvre, as condições de vida dos povos, grupos ou classes que as produzem e, embora sejam resultado de uma determinada relação de forças na sociedade, as representações dirigem-se a todos. Representam a imagem que um grupo, povo ou classe mostra, tanto para os outros como para si mesmo. (LUFTI, SOCHACZEWSKI E JAHNEL, 1996, p. 94).

De certo modo, o poder da representação legitima a reprodução ideológica da cidade. Lufti, Sochaczewski e Jahnel (1996, p. 91) explicam que as ideologias são ao mesmo tempo produtos da “interpretação dos homens e da divisão social do trabalho”. Nesse sentido, é possível fazer uma correlação com a disputa do centro da cidade como espaço de representação da sociedade permeado pelas ideologias. Bourdieu (1989, p. 10) afirma que as ideologias são instrumentos de dominação, pois “servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo”.

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (BOURDIEU, 1989, p. 11)

No caso do centro da cidade, nota-se que a ideologia por certo tempo o enaltece, como também em outro momento reforça o seu desmantelamento, atribuindo-lhe a condição de deteriorado. Para Villaça (2001, p. 344) a “produção ideológica” dispõe de mecanismos que convertem os processos sociais em fatos naturais, como a expressão “deterioração do centro”. O centro de uma cidade é vital para a dominação e controle por meio do espaço urbano, e então por tal sofre intenso “tratamento ideológico”. Nesse sentido, Villaça (2001, p. 344) chama essa “ideologia de deterioração” como uma “versão das burguesias para explicar a degradação do centro causada por ela própria, mas que ela não pode admitir”. Na verdade, essa ideologia traz em si uma interpretação para os processos sociais, ao mesmo tempo em que sugere soluções, como se vê nos projetos de renovação urbana.

O processo rotulado de “deterioração” pela ideia dominante refere-se ao estado de quase ruína em que são deixados muitos edifícios dos centros tradicionais, em virtude de seu abandono pelas camadas da alta renda, que produziram novos centros. Como o centro é uma área importante da metrópole, a classe dominante não pode assumir esse fato e precisa ocultá-lo, formulando uma versão que não comprometa sua posição de classe dominadora. (VILLAÇA, 2001, p. 344).

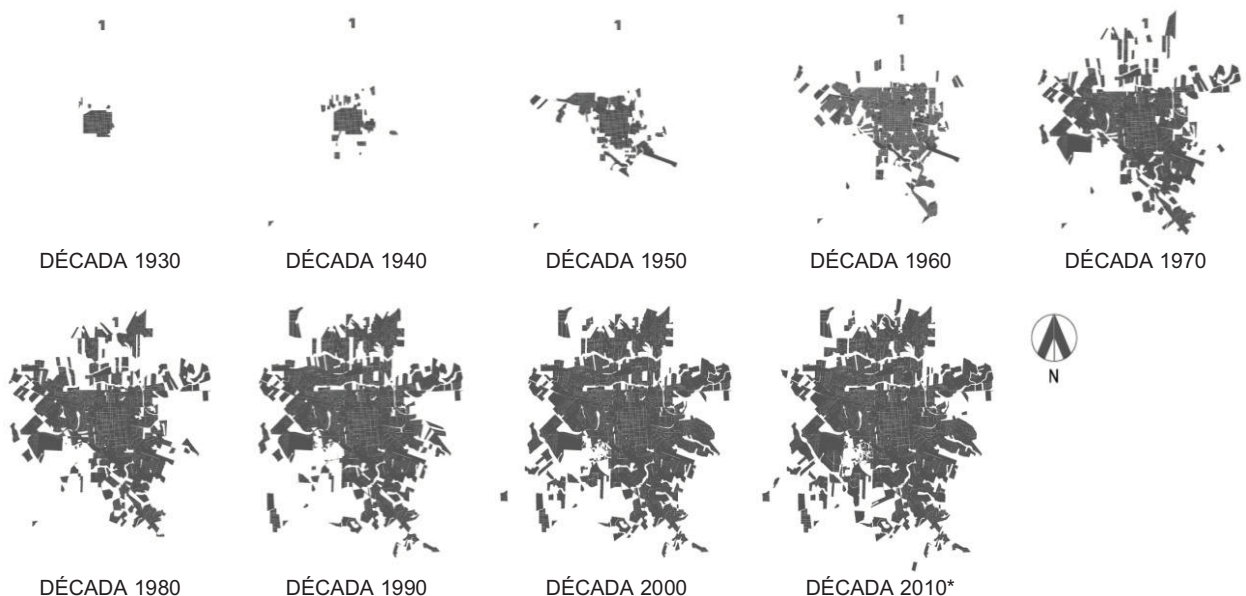
Assim, mediante a configuração da cidade que cresce com a multiplicação dos “centros” num processo de dispersão e policentralidade, deve-se ater que o Centro assume o papel de centro principal (VILLAÇA, 2001), pela pluralidade das atividades ali desempenhadas, convergência de acessos, infraestrutura urbana e social instalada e sua capacidade de ser representativo, indo além de questões de ordem econômica e puramente funcionais.

4 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO CENTRO DA CIDADE DE LONDRINA

Para apresentar as dinâmicas do Centro de Londrina buscou-se delinear as transformações espaciais e sua posição no conjunto da cidade, considerando-o aqui ainda como o centro principal na estrutura urbana atual, o que, no entanto, a ampliação do setor terciário e financeiro em outras áreas de centralidade na cidade tem tensionado sua posição protagonista de centro. Além disso, nas últimas décadas têm-se evidenciado seu valor simbólico e sua utilidade para apropriação do capital frente às possibilidades de reocupação de áreas vistas como subutilizadas em meio ao quadrilátero central.

Como método de análise adotou-se o estudo da evolução urbana da cidade de Londrina por década, tendo em vista que o centro também desempenha um papel de vínculo com as demais áreas de centralidade no espaço intra-urbano, do mesmo modo que Sposito (1991, p. 5) afirma que “a análise do processo de produção e estruturação das cidades tem que passar necessariamente pelo entendimento do papel do centro”. Para representação do crescimento da cidade, tomou-se como parâmetro gráfico o aumento da mancha urbana para evidenciar primeiramente a expansão da urbanização da cidade, como mostra a figura 4, e posteriormente compreender o papel do centro na estruturação urbana.

Figura 4 – Expansão da mancha urbana de Londrina.



Fonte: Base IPPUL, dados trabalhados pela autora. *Início da década de 2010.

Concomitante ao estudo da evolução urbana, foram identificadas as formas do centro principal e de outras áreas de centralidades como resultantes de processos espaciais de descentralização. Nesse sentido, pode-se traçar esquematicamente a estrutura urbana da cidade com destaque para o centro principal e suas ligações com as demais centralidades e com os polos de atração do crescimento urbano. Soja (1993, p. 212) trata a estrutura urbana como resultado do processo de reorganização espacial, e que cada nova estruturação se refere a uma “nova rodada de reestruturação” para tratar dos arranjos e rearranjos espaciais. Para tanto, entende-se com Corrêa (2004, p. 36) que os processos de estruturação e reestruturação da cidade “criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana”.

Dentre os elementos da estrutura urbana, Villaça (2001, p. 246) usa o termo “centro principal” para se referir ao centro irradiador da “organização espacial urbana”, este de caráter hegemônico e simbólico, além de concentrar lojas, escritórios, serviços e empregos. De certo modo, o aparecimento da área central se deve ao que Corrêa (2004, p. 40) chama de “vantagens locacionais” e a ampla acessibilidade ligados “às demandas espaciais do capitalismo”. Villaça (2001, p. 241) complementa que o centro está “associado à otimização dos deslocamentos” e que, por sua vez, o “valor material” edificado no centro torna-se “fonte de seu valor simbólico”. Para Villaça (2001) sempre haverá somente um centro principal mesmo que a cidade tenha vários centros numa estrutura policêntrica.

Dominar o centro e o acesso a ele representa não só uma vantagem material concreta, mas também o domínio de toda uma simbologia. Os centros urbanos principais são, portanto (ainda são, em que pesem suas decadências), pontos altamente estratégicos para o exercício da dominação. (VILLAÇA, 2001, p. 244).

Tendo em vista que os processos de descentralização criam na cidade outras áreas que passam a desempenhar cada qual uma centralidade, Corrêa (2004, p. 48), vê na descentralização outras vantagens de consumo comparada a excessiva centralização, o que do ponto de vista dos promotores imobiliários, “representa campo para novos investimentos e reprodução do capital”.

Sposito (1991, p. 15) esclarece que as expressões da centralidade são os subcentros, as áreas de desdobramento especializado e os *shopping centers*, ou seja, são “formas espaciais através das quais se manifestam os momentos do processo de divisão técnica e social do trabalho”.

Ao negar a concepção de centro único e monopolizador, recria a centralidade, multiplicando-a através da produção de novas estruturas que permitem novas formas de monopólios, porque (re)especializam e (re)espacializam as atividades comerciais e de serviços. (SPOSITO, 1991, p. 13).

Entretanto, se a referida ideia de centralidade é por certo também um atributo do centro principal este não a exerce da mesma maneira que no restante da estrutura urbana. As áreas de centralidade criadas pela descentralização, geralmente estão ligadas a um subcentro e ou uma estratificação socioespacial. Ainda, Tourinho (2007) destaca que o conceito de centralidade está além da capacidade de criar simulacros do centro, estando mais relacionado a criação de novos espaços capazes de influenciar a organização da estrutura urbana.

A centralidade tornou-se independente do Centro, distanciou-se dele, conceitual e fisicamente falando. Deixou de ser atributo, como qualidade capaz de exprimir a substância do central, para passar a ser ela mesma um substantivo adequado para identificar um espaço urbano que pode conter em si as condições necessárias para que exista a concentração de fluxos diversos – riquezas, informações, decisões, mas também, pessoas e bens materiais –, atividades as mais variadas ou especializadas. (TOURINHO, 2007, p. 25).

Para tanto, tendo como base estes pressupostos conceituais, o capítulo sobre Londrina está organizado em três subseções: processo de centralização nas primeiras décadas com a consolidação do centro como concentrador de espaços públicos, institucionais, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços; processo de descentralização, a partir da década de 1970, com a reprodução de novas áreas de centralidade; e constatações sobre o atual papel do centro frente ao crescimento urbano, como centralidade representativa.

Ainda, nesse estudo do centro, a verticalização foi incorporada às análises, uma vez que, a partir dos anos de 1950 e décadas seguintes, as vantagens locacionais para a reprodução do solo contribuíram para a formação da

imagem de um centro densamente construído e quase único na estrutura urbana, o que, no entanto, nas últimas duas décadas, a verticalização não tem se restringido ao centro, ocorrendo com mais frequência em outras centralidades.

Por fim, as constatações neste trabalho indicam um centro bastante ocupado, porém, tensionado pelo processo de descentralização com a formação de outras centralidades comerciais e de serviços e que apesar disso, este ainda se mostra um centro útil para a reprodução do capital em áreas possíveis para reocupação. O recente empreendimento do Complexo Marco Zero na direção leste da cidade, ao lado do Centro, evidenciou no quadrilátero central uma área constituída de grandes terrenos, porém, usados na maioria para estacionamentos e barracões. Esta área entre o empreendimento e o Centro mostra novas possibilidades de vantagens locacionais que se apropriam do valor simbólico do Centro, reafirmando seu caráter de centro principal e de uma centralidade representativa na cidade de Londrina neste início da década de 2010.

4.1 FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE

Londrina foi fundada em 1929 no Norte do Estado do Paraná, tendo sua emancipação política em 1934. A cidade foi a primeira a ser implantada a partir do empreendimento da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) empresa britânica criada em 1925 como subsidiária da matriz *Paraná Plantations Limited* situada em Londres. Pouco antes, em 1924 o governo britânico adquiriu 515.000 alqueires paulistas de terras devolutas do Governo do Paraná com o objetivo de realizar empreendimentos imobiliários de terras agrícolas. Desse modo, em parte considerável do norte do Estado do Paraná foi promovido, na primeira metade do século XX, o planejamento de acesso a região com a implantação de ferrovia e rodovia e a fundação de mais de 60 cidades (somando os distritos) para funcionarem como entreposto comercial da área rural.

Em decorrência do empreendimento da CTNP, Londrina passou a concentrar a função de centro de decisão regional em razão de todo o aparato econômico e político. Logo no início, a cidade passou a ser identificada como “cidade polo” ou mesmo “capital regional” pelo desempenho de sua importância no

norte do Estado, o que anos mais tarde outras cidades também se tornaram referência, como Maringá, Cianorte e Umuarama. Para Linardi (1995, p.13-14) em seu trabalho *Pioneirismo e Modernidade: a urbanização de Londrina-PR* de 1995, as capitais regionais são importantes para uma dada região ou território por assumirem a “função de centros de convergência de pessoas, negócios e mercadorias, e possibilitam os contatos com outros centros complementares”. Nakagawara (1984) acrescenta que este atributo de Londrina como capital regional se reafirma com o crescimento populacional na porção norte do Paraná que, nas primeiras décadas, é caracterizado pela rápida concentração urbana que gerava uma demanda por equipamentos para atender a cidade e a região.

O afluxo da população à região norte foi expressivo, nas décadas de 30, 40 e 50, cuja procedência, via Ourinhos em sua maioria, passava sempre por Londrina, porque ela se localizava no principal eixo de penetração à região, e foi um importante ponto de apoio. Os equipamentos urbanos de Londrina foram-se estruturando sempre mais para atender a região que a própria cidade, até a década de 50, e mesmo hoje, o seu papel regional é grande, tanto na distribuição de bens de produção, como na prestação de serviços à comunidade norte-paranaense. (NAKAGAWARA, 1984, p. 16).

A partir da década de 1950, a expansão da urbanização associada ao crescimento populacional avança não só de modo periférico, mas também com a verticalização iniciada no centro, o que moldou uma nova paisagem, sendo que posteriormente, essa ação imobiliária se instalou em outros pontos da cidade. No decorrer dos anos as atividades de apoio foram incrementadas e diversificadas. A migração do campo para a cidade trouxe reflexos no setor habitacional, sendo que a partir das décadas de 1960 e 1970 foram implantados os primeiros conjuntos habitacionais, ampliando a cidade além dos limites e da continuidade da malha urbana já existente. Ainda na década de 1970 já se vê o início do processo de descentralização que se torna evidente nas décadas seguintes, como descrito por Ribeiro (2002) que apresenta outras áreas de centralidade além do centro principal, e conseqüentemente novos modos de valorização do preço da terra urbana.

[...] Londrina, a partir dos anos 1980, apresenta certas condições para efetivação do processo de descentralização e, conseqüentemente, de criação de novas áreas centrais, que irão expressar diferentes centralidades. (RIBEIRO, 2002, p. 82).

No final dos anos de 1990, Londrina se afirma mais uma vez no âmbito regional, que pelo rápido crescimento físico e populacional, como pela referência econômica e institucional, a cidade assume a função de centro da RML (Região Metropolitana de Londrina) instituída em 1998. De acordo com Cunha (2005, p. 202), a RML foi “a primeira do interior da país”, sendo decorrente de um discurso político e do projeto Metronor elaborado nos anos de 1970 que visava o desenvolvimento do eixo Londrina-Maringá, porém, não implementado.

[...] a Região Metropolitana de Londrina é fruto de uma representação social ‘Londrina Metrôpole’ que foi gestada na década de 1970 com o projeto Metronor [...]. Esta representação, que é consequência do desenvolvimento da representação Londrina Novo Eldorado, foi aos poucos sendo apropriada por determinados atores sociais que se encarregaram de promover o discurso ‘Londrina Metrôpole’ até culminar com a institucionalização da Região Metropolitana de Londrina. (CUNHA, 2005, p. 202)

Todavia, tal crescimento urbano resulta em diferentes fisionomias do centro de Londrina em pouco mais de oitenta anos, podendo ser identificadas pelo menos três paisagens distintas e sequenciais: a **cidade de madeira** que se ergue com o imediato aproveitamento da mata existente na região, sendo rapidamente substituída, e em grande parte do centro, pela **cidade dos materiais** advindos da produção industrializada: tijolo, cal e ferragens, que condicionaram edificações de maior porte; e a **grande cidade** que aumenta em proporções verticais e horizontais. A figura 5 mostra três aspectos da paisagem de Londrina, e a foto (C) traz uma vista da verticalização do centro já considerado marcante nos anos de 1970.

Figura 5 – Três paisagens da cidade de Londrina.

(A) Vista de Londrina na década de 1930.

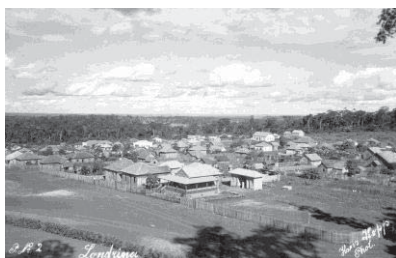


Foto: Hans Kopp, década de 1930.
Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina.

(B) Avenida Rio de Janeiro esquina com a Rua Sergipe.



Foto: Oswaldo Leite, década de 1940.
Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina.

(C) Alameda Miguel Blasi nos anos de 1970.



Fonte: LIASCH, 2014.

Tais alterações no caráter edilício de Londrina remetem a um contexto de mudanças ocorridas também em outras cidades brasileiras, como mostra Benedito Lima de Toledo (2004) em *São Paulo: três cidades em um século*, publicado pela primeira vez em 1981. Embora a cidade de São Paulo já tenha 460 anos, sendo uma das primeiras vilas fundadas no Brasil, Toledo (2004) argumenta que as transformações urbanas, resultaram na destruição e construção de três cidades numa mesma localidade num período de um século: a cidade de taipa (fim do século XIX); a cidade palimpsesto para remeter ao espaço urbano reutilizável com a construção do novo sobre o antigo; e a metrópole que compõe os grandes empreendimentos imobiliários. De modo geral, esse contexto de mudanças para as cidades brasileiras no século XX é marcado por grandes transformações físicas, assim como sociais, políticas e econômicas. Por consequência, de simples centralidades em meio à vida rural, as cidades deixaram, em sua maioria, a condição de entreposto comercial para serem protagonistas no cotidiano de grande parte da população, o que, para Santos (2013, p.9), a “urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX, evolução quase contemporânea da fase atual da macroubanização e metropolização”. Para tanto, o rápido crescimento urbano de Londrina não pode ser considerado um caso isolado, mas ligado às transformações do cenário nacional decorrentes das condições políticas e econômicas do país. Além disso, os processos de expansão da urbanização e valorização da terra urbana também advém de conjunturas ideológicas incentivadas pelo próprio Estado.

O texto a seguir apresenta aspectos da evolução urbana de Londrina com destaque para formação e redefinição da centralidade do centro principal. As décadas de 1930 e 1940 correspondem ao momento de centralização com a formação do centro, tendo em vista a implantação da cidade com os primeiros bairros e vilas. Nas décadas de 1950 e 1960, a expansão urbana passa a ser polarizada por obras que influenciaram no crescimento da cidade, ao mesmo tempo em que se tem a consolidação do centro com o início da verticalização. A partir dos anos de 1970, as novas áreas de centralidade marcam o início do processo de descentralização que se amplia nas próximas décadas, e que passou a redirecionar o centro como principal, assumindo o papel de uma centralidade funcional, mas também indicativos de uma centralidade representativa.

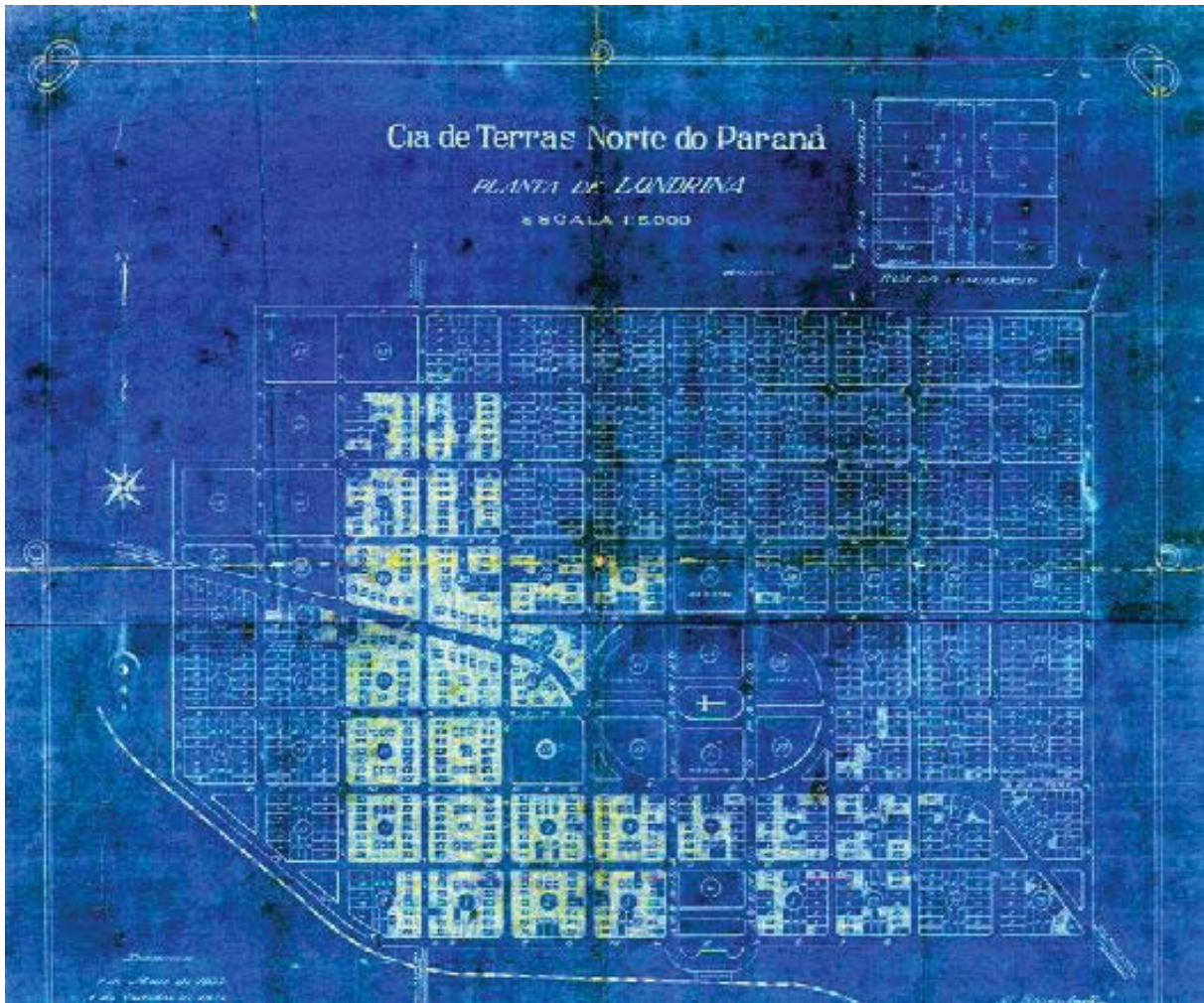
4.1.1 Centralização e a Formação do Centro

O primeiro momento de estruturação da cidade está ligado ao núcleo de origem, passando pelo processo de centralização nas décadas de 1930 e 1940 a partir do crescimento da malha inicial com a implantação de vilas abaixo da linha férrea na direção norte, e depois outros loteamentos a leste e ao sul. Neyde Prandini (2007, p. 93) em seu artigo *Aspectos da geografia urbana de Londrina*, publicado originalmente em 1954 nos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, destaca que “desde 1936, além do perímetro urbano, começam a surgir as vilas, sendo a primeira delas a Vila Agari na saída para Cambé. Entre 1937 e 1939, criam-se outras: Vila Casoni, Nova, Conceição, etc..., todas ao norte da área urbana”.

A *Planta de Londrina* de 1932 (Figura 6) é considerada o primeiro registro existente do parcelamento inicial de Londrina. Nesta, o traçado quadrangular é predominante, exceto por uma via em diagonal (Avenida Paraná) e a elipse ajustada as linhas da topografia do relevo, denotando ali um marco espacial. Do mesmo modo, Yamaki (2003, p. 11) explica que “o traçado de Londrina, apresenta malha regular, que tem no centro uma elipse tangenciada pela avenida, que por sua vez se projeta em diagonal pelo espigão”. Em posição paralela a rodovia, já se pode identificar a previsão do eixo ferroviário no sentido leste-oeste em linha tracejada na parte inferior da imagem.

Nota-se que nessa planta da cidade há a marcação dos lotes ocupados e concentrados ao longo da atual Avenida Duque de Caxias até a Rua Espírito Santo; imediações com a igreja e ao longo da Avenida Paraná; Rua Sergipe e atual Rua Benjamin Constant (antiga *Rua do Comercio*) no trecho entre a Rua Pernambuco e Rua Brasil. Na planta não se vêem indicações de cursos hídricos nas proximidades, haja visto que a cidade foi assentada inicialmente sobre áreas altas do relevo. Ainda, o cemitério foi posicionado no lado oposto à estação ferroviária, porém, sem demarcação do terreno neste documento. A figura 6 mostra a *Planta de Londrina* que data de 1932 e que foi projetada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) para acompanhamento das construções e ocupação da cidade.

Figura 6 – *Planta de Londrina de 1932 com o parcelamento inicial da cidade.*



Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Fonte: BORTOLOTTI, 2007, p. 74

Inicialmente, a rodovia passa a ser o elemento de referência em razão da infraestrutura e das atividades que começam a ser instaladas. Outros acessos secundários para povoados próximos também foram utilizados pela população, como a estrada para o Heimtal que além da conexão norte-sul, continuava como via pela antiga Rua Heimtal no núcleo de origem, depois denominada Rua Marechal Deodoro (atual Avenida Duque de Caxias). De certo modo, tais acessos já eram bastante usados em decorrência da ocupação da região por um grande contingente de brasileiros de várias localidades, bem como pessoas de diferentes culturas e etnias que serviram de mão de obra para a produção agrícola. Prandini (2007) relata que estes acessos dentro da cidade motivaram a construção das primeiras casas e estabelecimentos comerciais.

As primeiras construções foram feitas no cruzamento da Av. Paraná com a Marechal Deodoro, ambas vias de passagem, e por elas se estenderam. Primeiramente pela Marechal Deodoro, pois por ela se ia ter ao norte, ao patrimônio do Heimtal, fundado quase ao mesmo tempo que Londrina, e ao sul, devido à presença do único hotel então existente. Em seguida, pela Av. Paraná, em direção à praça principal W. Davids, e continuando mais tarde por ela, até a sua saída da cidade; era o caminho para o Oeste a ser colonizado. (PRANDINI, 2007, p. 91).

Nos anos de 1930, a cidade era praticamente tomada pelo seu centro que passou a ser o local da realização de negócios e do fornecimento de produtos no atacado e no varejo para atender a demanda local e da região que crescia com a frente agrícola. Para Linardi (1995) a circulação de capital era significativa, o que também envolvia diferentes ramos de atividades.

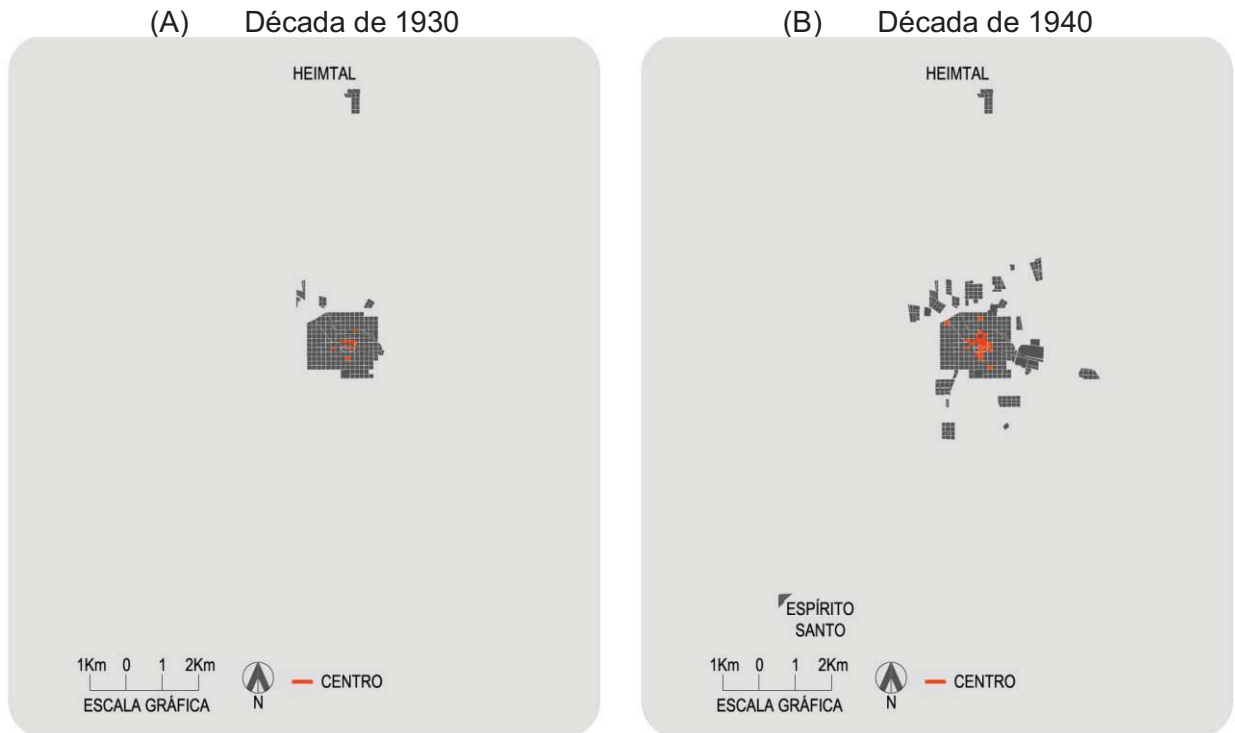
Era inegável neste momento, o extraordinário volume de transações de compra e venda de imóveis, de comercialização de produtos, enfim de circulação de capital, conseqüentemente, trazendo necessidade de serviços especializados, como advogados, escritório de contabilidade, corretores, topógrafos, companhia de seguros, etc. (LINARDI, 1995, p. 147).

Com a chegada do trem em 1935, a ferrovia passou a representar maiores garantias de escoamento da produção, como também amplia o acesso a região pelo transporte de mais pessoas e mercadorias. Havia um intenso fluxo, principalmente nas imediações da Rua Maranhão, Avenida Paraná e Praça Willie Davids, devido a localidade dos primeiros estabelecimentos e a procura de compra terras comercializadas na sede da CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná). Prandini (2007, p. 91) descreve que Londrina em 1935 “tinha aproximadamente 700 casas” e estendia-se “entre a Av. Paraná e a estrada de ferro”.

Comparado aos limites da planta de 1932, a evolução da mancha urbana de Londrina na década de 1930 mostra, neste primeiro momento, que a expansão da cidade ocorre praticamente de modo coeso, reproduzindo a forma do parcelamento inicial, o que, porém, na década de 1940 os novos loteamentos já seguem descontínuos ao núcleo de origem. Fresca (2007, p. 151) destaca que a “construção da área central deve ser entendida como um duplo percurso: o primeiro de construir fisicamente a cidade [...] e o segundo diz respeito aos processos que gerariam a centralidade e a conformação da área central”.

Nesse sentido, as décadas de 1930 e 1940 representam uma estrutura urbana semelhante pela conformação do centro pelo estabelecimento das primeiras funções de apoio. A figura 7 mostra a evolução da mancha urbana com destaque para o centro.

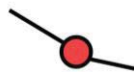
Figura 7 – Evolução urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1930 e 1940.



Fonte: Base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

A figura 8 traz de modo esquemático a estrutura urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1930 e 1940, organizada em um centro simples e as principais vias de acesso, sendo a rodovia que cruza a cidade no sentido leste-oeste com o nome de Avenida Paraná.

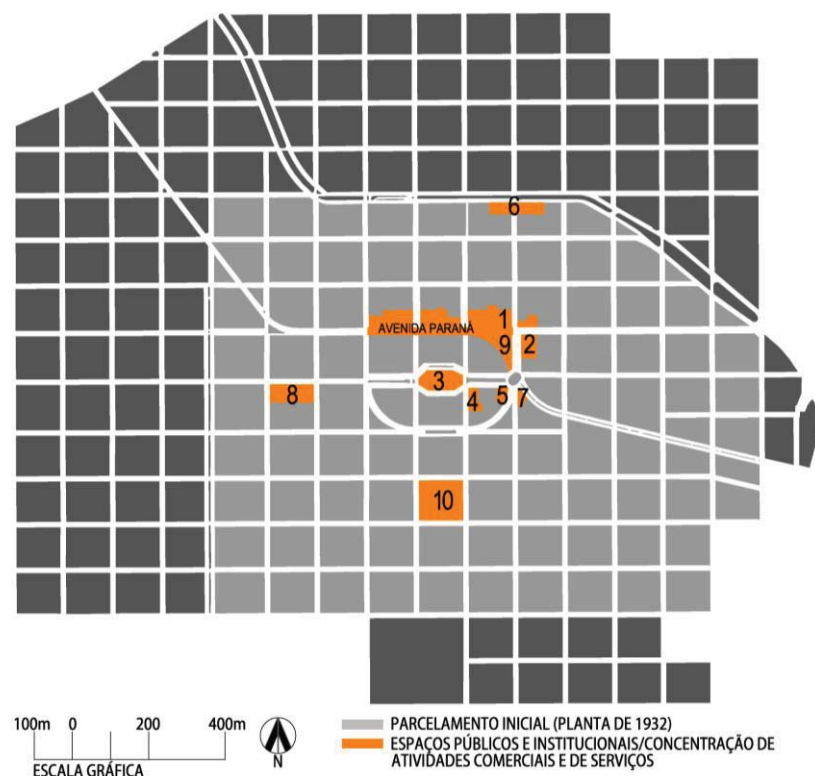
Figura 8 – Estrutura urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1930 e 1940.



Fonte: da autora.

Nestas duas primeiras décadas, o centro representa o conjunto de atividades ligadas ao atendimento da população quanto à saúde, educação, demais setores da administração pública e compra de artigos de necessidades essenciais, além dos espaços religiosos como igrejas e templos. De acordo com Castelnou (2002, p. 43) a Praça Willie Davids, juntamente com a esquina das ruas Maranhão e Minas Gerais, poderia ser então “considerada o centro da cidade, por nela se localizarem a *Prefeitura Municipal*, o *Escritório da CTNP*, a *Associação Comercial* e a *Estação Rodoviária*”. A figura 9 mostra a malha urbana na década de 1930, com destaque para o parcelamento inicial (Planta de 1932) e as edificações que representam o centro de Londrina nesse período.

Figura 9 – Centro de Londrina na década de 1930.



Centro da cidade na década de 1930

- 1- Edificação (sede) da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).
- 2- Primeira Estação Rodoviária (Rua Maranhão).
- 3- Igreja do Sagrado Coração de Jesus (edificação em madeira posicionada no ponto mais alto e central da cidade), conhecida popularmente como igreja (1934).
- 4- Quadra de Tênis dos Ingleses (1934).
- 5- Hospitalzinho.
- 6- Primeira Estação Ferroviária (1935).

- 7- Primeira Escola Pública (1936), no local do atual Edifício Comendador Júlio Fuganti.
 - 8- Grupo Escolar Hugo Simas (1936-1937).
 - 9- Segunda Estação Rodoviária (Praça Willie Davids).
 - 10- Colégio Mãe de Deus (1938).
- Primeira Agência dos Correios (1934-1935), na Rua Benjamin Constant, próxima à Estação Ferroviária.
 - Agências bancárias: Caixa Econômica Federal do Paraná (1936); Banco Noroeste do Estado de São Paulo (1938).
 - Trecho da Avenida Paraná.

Fonte: Mapa base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

A figura 10 mostra vistas da cidade e exemplos de edificações tidas como referência para a população, sendo que a proximidade entre estas já conformava um primeiro centro.

Figura 10 – Vistas da cidade de Londrina com destaque para algumas edificações na década de 1930.

(A) Escritório da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), 1935.



Foto: José Juliani. Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Fonte: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA; MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA, 2011, p. 95

(B) Vista da Primeira Estação Rodoviária, década de 1930.



Foto: Georg Craig Smith. Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Fonte: BORTOLOTTI, 2007, p. 96

(C) Inauguração da Primeira Igreja Católica de Londrina, 19/08/1934



Foto: José Juliani. Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Fonte: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA; MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA, 2011, p. 97

(D) Vista da Alameda Manoel Ribas em 1934 e o antigo acesso pela rodovia e Avenida Paraná.



Foto: José Juliani. Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Fonte: BORTOLOTTI, 2007, p. 84

Na década de 1940, as atividades que configuram o centro da cidade se ampliam, principalmente após a emancipação política em 1934, resultando na construção de prédios da administração pública, como o Paço Municipal, primeiramente localizado na Rua Minas Gerais confluyente com a Avenida Paraná, como também o Fórum, na Avenida Rio de Janeiro, onde hoje funciona a Biblioteca Pública Municipal. Com relação a década anterior, poucos edifícios de referência permaneceram, pois o desenvolvimento da cidade rapidamente substituiu o porte e o material das edificações mediante o acesso aos produtos que passaram a chegar com o trem. As atividades comercial e de prestação de serviços relatadas por Bortolotti (2007) são incrementadas pelos viajantes que usam a infraestrutura disponível em Londrina como suporte para atender a região. Tal demanda levou a instalação de vários hotéis nas proximidades da segunda Estação Ferroviária, construída na segunda metade da década de 1940 e concluída em 1949.

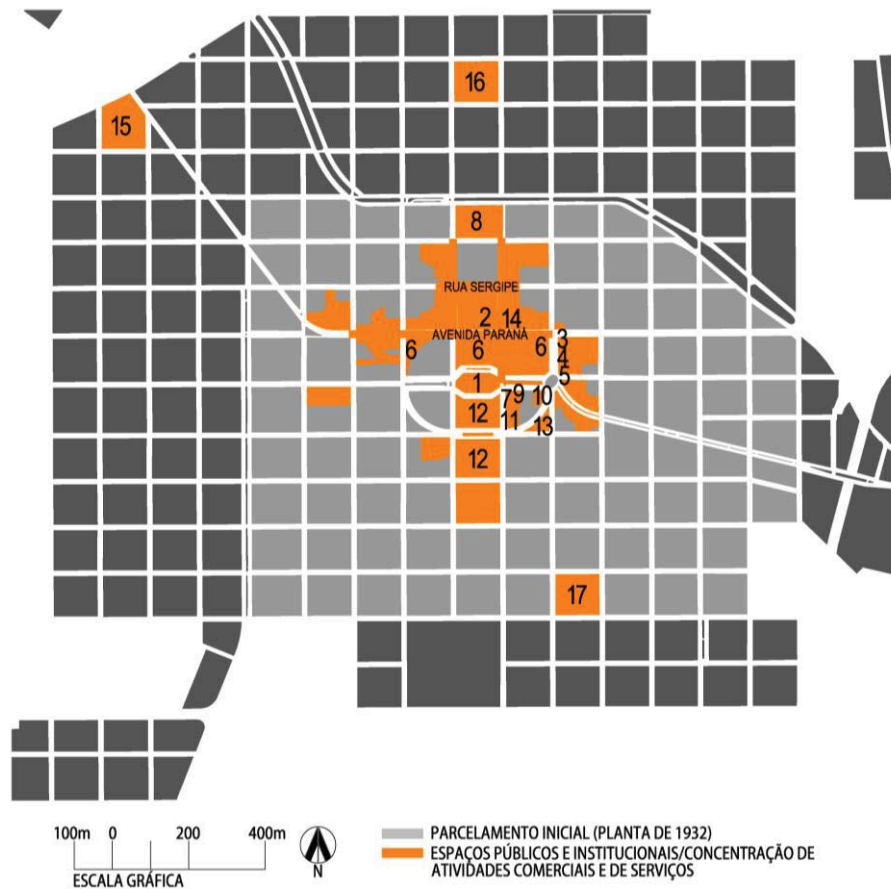
Londrina era a porta de entrada da frente agrícola que se formava nesta região. Oferecia condições de grande prestadora de serviços com boa infraestrutura hoteleira. Os viajantes partiam no início da semana para outras cidades e retornavam ao final, lotados de pedidos de mercadorias [...] Londrina tornou-se um grande centro atacadista e de distribuição de mercadorias para todo norte novo do Paraná. (BORTOLOTTI, 2007, p. 101).

Logo acima da Estação Ferroviária, a localidade da Avenida Paraná e suas imediações passaram a representar o centro da cidade na década de 1940, com atividades de referência, marcando ali o lugar do encontro social, onde ocorriam os desfiles escolares, apresentações carnavalescas, comícios políticos, os encontros para ir ao cinema e as caminhadas de lazer, também conhecido como *footing*.

A *Avenida Paraná*, sem dúvida, consistia no centro nervoso de Londrina nas suas primeiras décadas. Principal artéria de sua vida urbana, tinha em seu trecho entre a Avenida Rio de Janeiro e a Rua Professor João Cândido, a grande concentração de endereços importantes na época, como a *Casa Castro*, a *Casa Brasil*, a *Relojoaria Cyma*, o *Bar e Restaurante Brasserie*, a *Casa Bonfim*, a *Drogaria e Farmácia Maria Isabel*, a *Ótica Londrina*, a *Loja Avenida* e o *Banco do Brasil*. Aí também está a *Praça Floriano Peixoto*, também conhecida como a *Praça da Bandeira*. (CASTELNOU, 2002, p. 47).

A figura 11 mostra um recorte da urbanização de Londrina na década de 1940 com destaque para a delimitação da planta inicial e as edificações que representam o centro da cidade nesse período.

Figura 11 – Centro de Londrina na década de 1940.



O centro da cidade na década de 1940

- | | |
|--|--|
| <p>1- Igreja Matriz (substituição da edificação em madeira posicionada no ponto central), construída em alvenaria entre 1938 e 1943.</p> <p>2- Banco do Brasil (1940).</p> <p>3- Edificação (nova sede) da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) em 1940.</p> <p>4- Prédio da Associação Comercial de Londrina (1942).</p> <p>5- Paço Municipal (1940-1942).</p> <p>6- Construção das praças Willie Davids, Gabriel Martins, Marechal Floriano Peixoto (1943).</p> <p>7- Fórum (1940-1950).</p> <p>8- Segunda Estação Ferroviária (1946-1950).</p> <p>9- Cia Telefônica Nacional (CTN) inaugurada em 1947.</p> <p>10- Centro de Saúde de Londrina (1949).</p> <p>11- Agência Central dos Correios e Telégrafos (1949-1950).</p> | <p>12- Construção da Praça Marechal Rondon (Passeio Público).</p> <p>13- Terceira Estação Rodoviária (Praça 1º de Maio).</p> <p>14- Pedra do Café, localizada na esquina da Avenida Paraná com a Avenida Rio de Janeiro.</p> <p>15- Ginásio Londrinense (1942), localizado inicialmente na Rua Quintino Bocaiúva.</p> <p>16- Colégio Vicente Rijo (atual Colégio M. Champagnat).</p> <p>17- Santa Casa de Londrina (1941-1944).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trecho da Avenida Paraná. - Trecho da Rua Sergipe. - Trecho da Avenida Rio de Janeiro. - Trecho da Avenida São Paulo. - Hotéis próximos a Estação Ferroviária: Hotel Berlim (1944), Hotel Aliança, Hotel Varsóvia (Montreal e depois Village), Hotel dos Viajantes (1943). |
|--|--|

Fonte: Mapa base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

A figura 12 mostra fotos da cidade de Londrina na década de 1940 e algumas edificações que representaram o centro da cidade. Nota-se na foto (A) de 1945 que a localidade da igrejinha de madeira foi substituída por outra construção de alvenaria de maior porte. Também o prédio da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), antes em madeira, é transferido para outra quadra ainda na Rua Maranhão, numa grande construção que se destacava na paisagem, como mostra a foto (B). Na foto (C) tem-se o prédio do Paço Municipal e na foto (D) a segunda estação ferroviária, pronta em 1949 e inaugurada no ano seguinte em substituição a primeira localizada nas proximidades da Rua Minas Gerais.

Figura 12 – Vistas da cidade de Londrina na década de 1940.

(A) Vista da Igreja Matriz, 1945.



Foto: Divino Bortolotto.

Fonte: BORTOLOTTI, 2007, p. 34

(B) Vista da Rua Maranhão e o Escritório da (CTNP), 1948.



Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

(C) Paço Municipal de Londrina, 1945.



Fonte: CASTELNOU, 2002, p. 70. Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

(D) Vista da segunda Estação Ferroviária de Londrina, década de 1950.



Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss – Coleção Foto Estrela.

Ao final da década de 1940, o Centro já possuía certo destaque pela concentração de atividades e pela referência do local dos empregos, sede das instituições e transações comerciais, sendo que tais características se ampliam nas próximas duas décadas, com sua consolidação na organização intra-urbana.

4.1.2 Expansão Urbana e a Consolidação do Centro da Cidade

Nos anos de 1950, a prosperidade econômica advinda em grande parte da produção agrícola é acompanhada pela expansão urbana nas direções norte, noroeste e sul em relação ao núcleo de origem. A rodovia continua sendo um elemento atrativo para implantação de loteamentos a noroeste, como o Shangri-lá, porém, afastado do centro e com acesso, atualmente, pela Avenida Tiradentes. A construção da barragem no Ribeirão Cambé em 1959, com a formação do Lago Igapó ao sul, e a instalação do aeroporto em 1956 a sudeste, passam a ser elementos polarizadores do crescimento urbano de bairros estratificados para população de maior poder aquisitivo. Em contrapartida, a cidade também expandia com as vilas, que segundo Coutinho (1959, p. 42) formavam “um pitoresco conjunto” num total de 88 vilas desde o início da cidade. Archela e Barros (2009, p. 67) destacam que nos anos de 1950 foram implantados 67 novos loteamentos, sendo “alguns distantes do núcleo urbano, como Aeroporto e Shangri-lá”.

A população urbana mais que dobrou em relação ao ano de 1950 do Censo Demográfico com 34.230 habitantes para 77.382 em 1960, passando a ser, desde então, maior que a população rural e constituindo a parcela preponderante da população do município, de acordo com a Revista Perfil do município (LONDRINA, 2013a) e com base no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Na tabela 1 pode-se ver a inversão da população rural para a população urbana nos censos demográficos dos anos de 1950 para 1960.

Tabela 1 – Evolução da população residente do Município de Londrina – 1940/2010.

| Ano | População Urbana | | População Rural | | População Total | |
|-------------|------------------|---------------|-----------------|---------------|-----------------|-------------|
| | N. Absoluto | N. Relativo | N. Absoluto | N. Relativo | N. Absoluto | N. Relativo |
| 1940 | 1.175 | 36,90% | 19.103 | 63,09% | 30.278 | 100% |
| 1950 | 34.230 | 47,93% | 37.182 | 52,07% | 71.412 | 100% |
| 1960 | 77.382 | 57,40% | 57.439 | 42,60% | 134.821 | 100% |
| 1970 | 163.528 | 71,69% | 64.573 | 28,31% | 228.101 | 100% |
| 1980 | 266.940 | 88,48% | 34.771 | 11,52% | 301.711 | 100% |
| 1991 | 366.676 | 94,00% | 23.424 | 6,00% | 390.100 | 100% |
| 2000 | 433.369 | 96,94% | 13.696 | 3,06% | 447.065 | 100% |
| 2010 | 493.520 | 97,40% | 13.181 | 2,60% | 506.701 | 100% |

Fonte: LONDRINA, 2013a, p. 74. (Grifo nosso).

Também na década de 1950, a urbanização passa por regulamentações mais específicas. Pouco antes de 1950, segundo Prandini (2007), o decreto de 2 de janeiro de 1948 passou a proibir a construção de novos loteamentos nas adjacências da cidade a espera de um plano urbanístico que ordenasse o crescimento urbano, o que, conseqüentemente, resultou numa valorização imobiliária, principalmente nos terrenos localizados no centro. Para tanto, Prandini (2007, p. 94), afirma que “esse decreto veio servir para o adensamento da cidade, valorizar os terrenos urbanos e, ao mesmo tempo, impedir o crescimento desordenado da cidade”.

O Plano Urbanístico de fato foi elaborado para Londrina por Prestes Maia, o que resultou basicamente na aprovação da Lei Municipal nº133 de 1951 e na implementação parcial de algumas propostas. De acordo com Mendonça (2012a, p. 61-62), a lei municipal “dispõe sobre novos loteamentos, arruamentos e zoneamento, além de critérios para a implantação dos edifícios”. Francisco Prestes Maia foi engenheiro arquiteto, responsável pelo Plano de Avenidas de São Paulo, dentre outros projetos. Para Lima (2000, p. 138), a configuração da lei por Prestes Maia para Londrina “introduziu na cidade novos conceitos de produção e apropriação do espaço urbano”.

Devem ser destacados: os percentuais para áreas públicas; a hierarquia viária; a unidade de vizinhança; o bairro-jardim; a proteção à natureza e o cuidado com a paisagem; o zoneamento – zonas por tipo de uso desde a verticalização do centro, até a industrial; e um programa para habitação popular. (LIMA, 2000, p. 138).

Atendendo as exigências dos parâmetros urbanísticos da lei, tem-se um tipo de zoneamento das atividades para cada parte da cidade, sendo definido o bairro jardim para as áreas residenciais. De acordo com Yamaki (2006, p. 70) “o primeiro loteamento aprovado sob as novas diretrizes foi o Jardim Shangri-lá, projeto do arquiteto Leo Ribeiro de Moraes (SP)”. Somado a estes parâmetros de uso e ocupação do solo urbano, havia também a proposta a adequação do sistema viário de ruas periféricas do centro, formando um contorno de avenidas radiais, o que, no entanto, é implementado parcialmente com a construção da Avenida Juscelino Kubitschek.

[...] há uma proposta de anel viário em torno do núcleo inicial e a abertura de avenidas radiais para a configuração de novas áreas de expansão. O Plano também estabelece a definição de zonas a partir dos usos: ao centro fica destinado o uso misto e comercial e os bairros residenciais devem apresentar um novo aspecto baseado no ideário do *bairro-jardim* a serem implantados em áreas de expansão. (MENDONÇA, 2012b, p. 212)

Todavia, a lei também alargou a produção espacial das desigualdades sociais, pois, de acordo com Razente (2011), ao mesmo tempo que a regulamentação inibe a urbanização sem infraestrutura, esta serve de argumento para os detentores do capital imobiliário para não atenderem as “exigências infraestruturais para os espaços direcionados aos segmentos de baixa renda”, prevalecendo no centro a oferta para classes de maior poder aquisitivo e, conseqüentemente, esta passa a ser a porção da cidade de maior valor da terra urbana.

Apesar de editar normas técnicas que agiam a favor do interesse coletivo, a referida lei consagra a distinção espacial das classes sociais. Ela divide Londrina em zonas de uso e ocupação urbana em acordo com as classes sendo que a zona destinada a abrigar as “classes superiores” é o centro da cidade. Nela proíbe-se a construção de casas de madeira consideradas como símbolos do atraso. (RAZENTE, 2011).

Tais condições para expansão da cidade se ampliam na década de 1960 com o acréscimo de novos loteamentos de grandes proporções e de modo descontínuo da malha urbana existente. A expansão da urbanização passa a ser viabilizada não só mediante capital privado, mas também sob a influência de fatores políticos e econômicos de ordem governamental. A política de Estado promoveu o programa de erradicação do café associado ao esforço de incremento da indústria local para absorver a mão de obra advinda de processos migratórios do campo. Nesse sentido, a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná), criada em 1962 como aparato do Estado, concedeu por um breve período o suporte institucional aos municípios para a instalação de indústrias, no sentido de inserir o Paraná no desenvolvimento com a produção industrial e deixar a condição de fornecedor de matéria prima e importador de bens fabricados. Naquele momento, o cenário nacional vivia os tempos da “industrialização pesada”, o que Mello (1998) destaca pelos altos investimentos feitos em infraestrutura pelo governo federal através do Plano de Metas (Governo de Juscelino Kubitschek), resultando numa

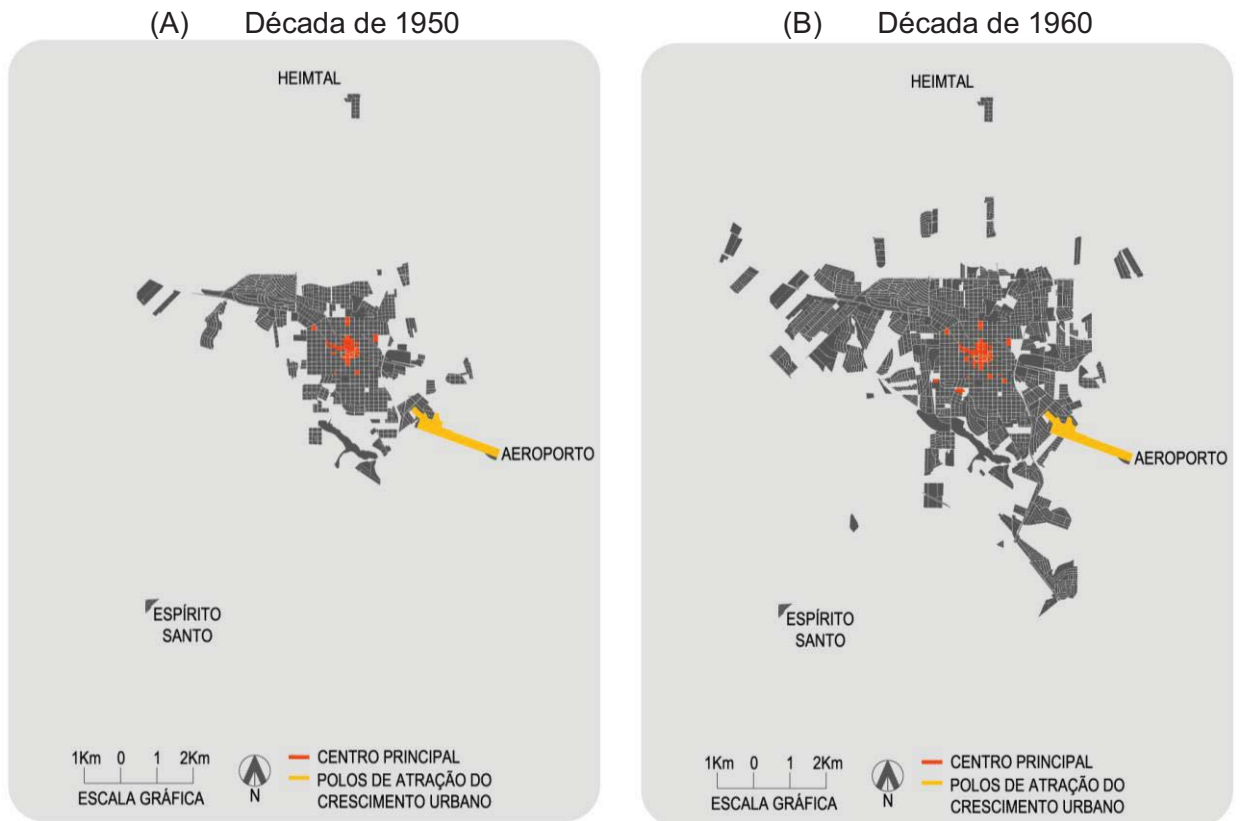
forte expansão industrial nacional, porém, concentrada em algumas regiões do país. Em Londrina, a Rodovia Federal Mello Peixoto (BR-369), localizada na porção norte do núcleo inicial, passou a ser um elemento de atratividade para instalação de indústrias, configurando mais tarde, também uma área para expansão da cidade no acesso pela Avenida Brasília. Por outro lado, de acordo com Fresca (2004), esse conjunto de medidas governamentais na década de 1960 que buscaram inserir o Estado do Paraná na produção nacional, ao mesmo tempo geraram crises locais, principalmente pelas mudanças na produção agrícola e a brusca redução da mão de obra empregada na cafeicultura.

Essa década configurou-se como o ponto de inflexão de uma série de medidas na órbita estatal, que procuravam dar suporte à inserção do Paraná em outro papel no cenário nacional. A partir da ascensão de Ney Braga à governança em 1961, emergiu com mais vigor a consciência política de eminentes crises locais, face as sucessivas alterações na cafeicultura, tanto pelo esgotamento das frentes pioneiras como a perda, dentre outros, de obtenção de impostos. (FRESCA, 2004, p. 168)

Dentre as conjunturas políticas, a transferência de população do campo para as cidades provocou não só uma demanda por emprego, mas também habitacional, o que em Londrina, repercutiu num crescimento segregado espacial e socialmente com a construção de conjuntos habitacionais promovidos pelos governos local com a COHAB-LD (Companhia de Habitação de Londrina) criada em 1965, estadual com a COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) também de 1965 e federal com o SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) de 1964.

Nesse sentido, as décadas de 1950 e 1960 apresentam uma estrutura urbana similar pela preponderância do centro monopolizador ao mesmo tempo em que a urbanização se estende principalmente nas direções leste e oeste e com menor frequência na direção sul. As atratividades criadas pelo aeroporto a sudeste nos anos de 1950 e o prolongamento do acesso da Avenida Paraná pela atual Avenida Tiradentes a oeste promoveram a extensão da infraestrutura urbana, constituindo-se como elementos polarizadores do crescimento urbano. A figura 13 mostra o crescimento urbano da cidade de Londrina nas décadas de 1950 e 1960, com destaque para o centro.

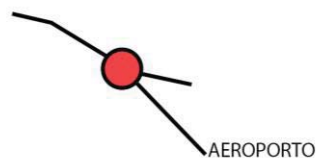
Figura 13 – Evolução urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1950 e 1960.



Fonte: Base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

A figura 14 apresenta de modo esquemático a estrutura urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1950 e 1960, conformada pelo centro e a polarização do crescimento urbano nas imediações do aeroporto e ao longo da Avenida Tiradentes, como um vetor de crescimento na direção oeste.

Figura 14 – Estrutura urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1950 e 1960.



Fonte: da autora.

O centro de Londrina nos anos de 1950 fica mais evidente com maior número de instituições e atividades de apoio e de comércio para a população. Somado a estes, as ruas do centro, próximas as estações ferroviária e rodoviária passaram a concentrar atividades específicas, ligadas ao comércio, hotéis, restaurantes e prestação de serviços, como a Rua Sergipe, uma via de comércio popular que desde o início da cidade confirmou sua vocação por estar localizada entre os percursos da Avenida Paraná e a Estação Ferroviária. O setor financeiro de compra e venda como a pedra do café e outras negociações consolidaram-se na Avenida Paraná, como afirma Fresca (2007), sendo que este trecho da rodovia dentro da cidade passou a ser a via principal também utilizada para as manifestações sociais e culturais da população.

Nesse momento, a Avenida Paraná foi tornada a localização privilegiada do setor financeiro (antes na atual Benjamin Constant) e do comércio e serviços mais sofisticados. A rua Benjamin Constant concentrou atividades ligadas a comercialização da produção agrícola, enquanto o comércio popular ficou na rua Sergipe. (FRESCA, 2007, p. 156).

Além disso, os ares de modernidade são deflagrados pelo início da verticalização com a substituição da paisagem das edificações de pequeno porte. Sobre a mudança da fisionomia da cidade, Prandini (2007, p. 95) destaca que “não é raro encontrar-se, mesmo nas ruas comerciais do centro, ao lado de uma pequena casa de madeira, um edifício de construção moderna, num contraste flagrante”. Interessante que Casaril (2008) trata esse início da verticalização em Londrina como um processo precoce, já que a cidade tinha pouco mais de duas décadas desde sua fundação em 1929. De certo modo, a verticalização também ocorre pelo aporte econômico e financeiro que a cidade de Londrina representa para a região e a frente pioneira a oeste que ainda estava em ocupação na década de 1950.

[...] sua rápida evolução urbana, imprimiu marcos da modernidade, sendo o precoce processo de verticalização de suas edificações um dos responsáveis dessa postura de vanguarda, garantida e viabilizada pelo excedente oriundo da pequena produção mercantil agrária e urbana. (CASARIL, 2008, p. 86)

A verticalização está associada a viabilização econômica dos empreendimentos em relação a valorização da terra urbana no centro e o interesse das classes de maior renda, como também as possibilidades de acesso às tecnologias da construção civil, comum em cidades capitais. Souza (1994) destaca a ascensão das 'cidades altas' no Brasil como um fato particular do século XX, ligada ao adensamento populacional e à racionalidade construtiva.

[...] o processo de crescimento da cidade, com o progressivo aumento da população, implica uma exigência maior com relação aos equipamentos e serviços públicos, destacando-se os de consumo coletivo (transporte e comunicação). Emerge daí uma racionalidade maior no processo construtivo, manifestado também no processo de verticalização. (SOUZA, 1994, p. 76).

De acordo com Suzuki (2011)¹, em seu estudo sobre a modernidade e a arquitetura dos primeiros edifícios verticais em Londrina, vários destes prédios localizados no centro foram construídos ou foram iniciados na década de 1950, sendo estes: Edifício Santo Antonio (1949-1954), Edifício Autolon (1950-1951), Conjunto Sahão Palace Hotel (1950-1952) e Edifício Sahão (1950-1954), Hotel Monções (1950-1953), Edifício Meton (1958-1961), Edifício Tóquio (1951-1960), Edifício América (1958-1961), Edifício Manella (1951-1953), Centro Comercial (1953 – projeto de Américo Sato e conclusão em 1963), Edifício Bosque (1953-1955), Edifício Denes (1958-1969), Edifício União (1958-1963), Edifício Alvorada (1958-1964), Edifício Drogasil (1953-1961), Hotel Bandeirantes (1959-1961), Edifício Júlio Fuganti (1959-1962).

Nesse sentido, a verticalização em Londrina torna-se um elemento marcante na paisagem urbana a partir da década de 1950, tendo iniciado no centro pelas condições que promoveram sua multiplicação do solo. Nota-se que esse processo não é exclusivo de Londrina, sendo que a verticalização iniciada no centro também ocorreu em outras cidades no Brasil, como apontado por Casaril (2008).

¹ De acordo com Suzuki (2011), as datas dos prédios são referentes ao período de construção a partir da pesquisa realizada no Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Londrina, tendo como referência os documentos de alvará de licença para construção e habite-se.

Essa gênese da verticalização na área central das cidades é uma espécie de padrão repetitivo [...], pois além de alocar as melhores infraestruturas urbanas era a localização privilegiada da cidade e local em que a classe de maior poder aquisitivo tinha como melhor opção de moradias para grande parte das cidades brasileiras, inclusive Londrina. (CASARIL, 2008, p. 112).

A figura 15 mostra uma vista panorâmica da cidade na década de 1950 com o início da verticalização no centro.

Figura 15 – Vista panorâmica do centro da cidade de Londrina na década de 1950.



Acervo: Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss – Coleção Foto Estrela.

Fonte: BORTOLOTTI, 2007, p. 98

Além da verticalização, a ideologia de progresso nos anos de 1950 também se tornou expressiva com os projetos de arquitetura moderna de Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi em que foram construídos o prédio da antiga Estação Rodoviária (1948-1952), Cine Ouro Verde (1950-1952) como parte do conjunto com o Edifício Autolon (1950-1951), e a Casa da Criança (1950-1955), todos localizados no centro.

A arquitetura de Artigas e Cascaldi em Londrina possibilita a análise de um impressionante e coeso conjunto arquitetônico, seja do ponto de vista físico, uma vez que as obras distam apenas algumas dezenas de metros entre si, seja de linguagem, que consolida sua adesão ao movimento moderno racionalista. (SUZUKI, 2003, p. 24).

De certo modo, a construção do centro da cidade já na década de 1950 com destaque para obras modernas e outros ícones contribuiu para a criação de valores culturais, o que posteriormente, tornaram-se elementos de apropriação do capital. Após aproximadamente sessenta anos, mesmo que alguns destes prédios estejam desgastados ou mesmo pouco conservados, esse conjunto arquitetônico tem sido enaltecido por pertencer ao patrimônio da arquitetura moderna brasileira. Por este fato, Londrina se coloca em importância entre as demais cidades, geralmente capitais, que concentram tais obras.

É notável que a produção de arquitetos consagrados fora do eixo das cidades capitais, como em Londrina, tenha estabelecido uma presença marcante, seja pelas obras emblemáticas de Vilanova Artigas (1915-1985) e Carlos Cascaldi (1918-2010), como igualmente por outras correlacionadas. A atuação desses profissionais possibilitou uma reflexão de alcance nacional, o que compõem um universo de reconhecimento fundamental para orientar ações de preservação do patrimônio moderno. (ZANON; MAGALHÃES, 2012a, p. 70).

Do conjunto construído pelos arquitetos Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi na década de 1950, o Teatro Ouro Verde (antigo cinema) e o Museu de Arte de Londrina (antiga Estação Rodoviária) já possuem reconhecimento no nível estadual, com tombamentos pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria da Cultura do Paraná. Atualmente, de acordo com Meneghel (2009), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Ministério da Cultura abriu processo para avaliar o tombamento no âmbito federal, especificamente destas duas obras em Londrina (Teatro Ouro Verde e Museu de Arte de Londrina), o que, de certo modo, poderá atribuir à cidade maior visibilidade nacional.

A figura 16 mostra a localização de espaços públicos e institucionais da década de 1950, como também a concentração das atividades comerciais e de serviços no centro da cidade. Acrescenta-se neste momento a espacialidade dos primeiros edifícios verticais que passaram a ressaltar a imagem do centro da cidade.

Figura 16 – Centro de Londrina na década de 1950.



Centro de Londrina na década de 1950

- 1- Quarta Estação Rodoviária (1948-1952) adjacente a Praça Rocha Pombo (1950-1954).
- 2- Conjunto Edifício Autolon (1950-1951) e Cine Ouro Verde (1950-1952).
- 3- Casa da Criança (1950-1954) inaugurado em 1955;
- 4- Construção da Praça Primeiro de Maio e Concha Acústica (1957).
- 5- Caixa d'água Municipal (1955).
- 6- Construção da Praça 7 de Setembro, inaugurada em 08/12/1954.
- 7- Hospital Evangélico (1950-1965).
- 8- Estádio Vitorino Gonçalves Dias (VGD), inaugurado em 1956.
- 9- SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) inaugurado em 11 de agosto de 1950.

- Trecho da Avenida Paraná – extensão com a Rua Quintino Bocaiúva.
- Cinemas na Avenida Paraná e imediações: Cine Londrina, Cine Jóia e Cine Brasília.
- Primeiros arranhacéus: Edifício Autolon (1950-1951), Edifício Santo Antonio (1949-1954), Conjunto Sahão Palace Hotel (1950-1952) e Edifício Sahão (1950-1954), Hotel Monções (1950-1953), Edifício Meton (1958-1961), Edifício Tóquio (1951-1960), Edifício América (1958-1961), Edifício Manella (1951-1953), Centro Comercial (1953 – projeto de Américo Sato e conclusão em 1963), Edifício Bosque (1953-1955), Edifício Denes (1958-1969), Edifício União (1958-1963), Edifício Alvorada (1958-1964), Edifício Drogasil (1953-1961), Hotel Bandeirantes (1959-1961), Edifício Júlio Fuganti (1959-1962).

Fonte: Mapa base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

Na figura 17 tem-se fotos de alguns exemplares da produção arquitetônica nesse período da década de 1950.

Figura 17 – Vistas da cidade de Londrina com destaque para algumas edificações na década de 1950.

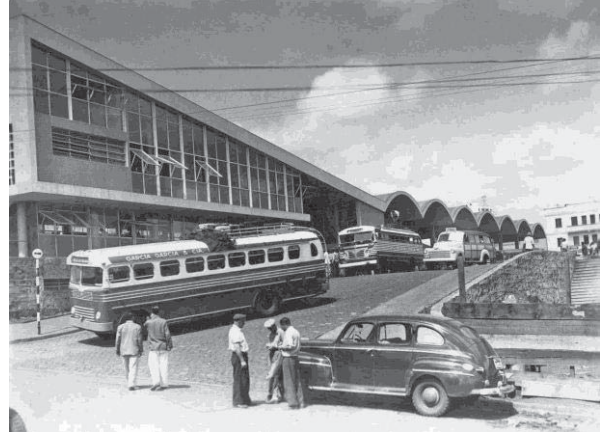
(A) Vista do Conjunto Cine Ouro Verde e Edifício Autolon. Ao fundo a construção do Edifício América, final da década de 1950.



Acervo: Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Fonte: BORTOLOTTI, 2007, p. 104

(B) Vista Externa do Terminal Rodoviário de Londrina, década de 1950.



Acervo: Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Fonte: BORTOLOTTI, 2007, p. 97

(C) Vista da Casa da Criança, 1955.

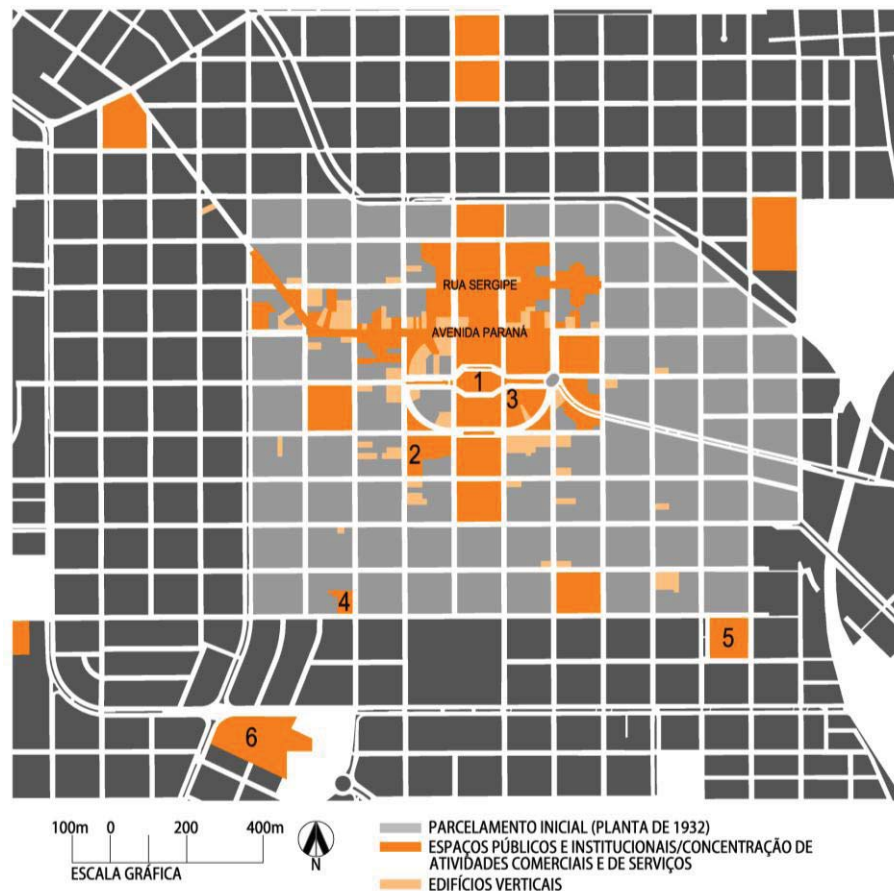


Foto: Oswaldo Leite. Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Fonte: BORTOLOTTI, 2007, p. 105

No centro de Londrina dos anos de 1960, a verticalização torna-se mais presente na Avenida Paraná e imediações das praças Willie Davids, Gabriel Martins e Primeiro de Maio. A antiga igreja de linhas neogóticas dos anos de 1940 foi substituída por outra versão no final da década de 1960, colocando ali naquele lugar a catedral como um novo elemento na paisagem. Também se destacam nessa década as instalações do prédio do Sercomtel (Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina) em 1964 e a ampliação do Fórum (atual Biblioteca Pública Municipal) em 1966. Na figura 18 tem-se a localização dos espaços públicos e institucionais, além da área comercial acrescentados nos anos de 1960.

Figura 18 – Centro de Londrina nos anos de 1960.



Centro de Londrina na década de 1960

- 1- Construção da Catedral Metropolitana (1966-1968).
- 2- SERCOMTEL – Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina (1964).
- 3- Ampliação do Fórum (1966).
- 4- COHAB-LD – Companhia de Habitação de Londrina (1965).
- 5- Prédio do IEEL (Instituto de Educação Estadual de Londrina).
- 6- Colégio Estadual Vicente Rijo.

- Verticalização: Edifício Miguel Bernaldo de Siqueira (1961-1969), Edifício Alaska (1961-1968), Edifício Santa Helena (1961-1963), Edifício Cíntia (1961-1966), Conjunto Panorama e Regina (1964-1968), Edifício Metrópole (1962-1966), Edifício Comendador Caminhoto (1961-1967), Conjunto Folha de Londrina (1962-1967), Edifício Santa Mônica (1962-1966), Edifício Ribeiro Pena (1967-1968), Edifício Arthur Thomas (1965-1970), Edifício Tuparandi (1963-1969) e outros.

- IPOLON – Instituto Politécnico de Londrina (1969-1970).

Fonte: Mapa base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

Na figura 19 os exemplos das edificações são apresentados a partir de espaços públicos, prédios institucionais e a verticalização no centro concentrada na Avenida Paraná e imediações da Catedral.

Figura 19 – Vistas da cidade de Londrina com destaque para algumas edificações na década de 1960.

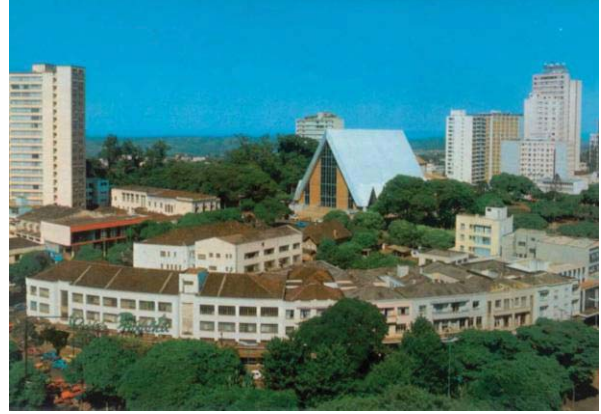
(A) Vista panorâmica do centro de Londrina e sua verticalização na década de 1960.



Acervo Londrina Histórica

Fonte: LIASH, Jonas. Londrina Histórica.

(B) Vista panorâmica da catedral metropolitana após sua conclusão, início década de 1970.



Acervo Londrina Histórica

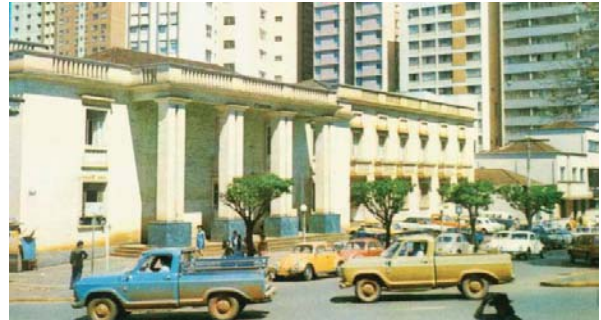
Fonte: LIASH, Jonas. Londrina Histórica.

(C) Vista do prédio da Sercomtel, década de 1970.



Fonte: SERCOMTEL.

(D) Vista do Fórum e o Tribunal do Júri, no início da década de 1970.



Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Fonte: CASTELNOU, 2002, p. 99

No final da década de 1960, a expansão urbana da cidade passa a ser estimulada por outras áreas fora do centro, configurando na década seguinte um momento diferente, caracterizado pela descentralização com a formação de novas áreas de centralidade.

4.2 DESCENTRALIZAÇÃO E O PAPEL DO CENTRO PRINCIPAL DA CIDADE DE LONDRINA

A década de 1970 marca o início de um segundo momento de estruturação da cidade de Londrina. Nas primeiras décadas, o processo de crescimento urbano foi fortemente caracterizado pela centralização e consolidação do centro. No entanto, outras áreas de centralidade estabeleceram com a descentralização novos modos de organização do espaço intra-urbano, sendo que a produção destas novas áreas está associada as vias comerciais e de prestação de serviços, como Avenida Tiradentes, Avenida Inglaterra, Avenida Saul Elkind, como também, a instalação de *shopping centers*, inicialmente com o *Com-Tour Shopping Center* na década de 1970 e depois outros, como o *Catuaí Shopping Center* e o *Royal Plaza Shopping* na década de 1990 e recentemente *Boulevard Londrina Shopping* e *Londrina Norte Shopping*. Além destes, a expansão urbana também tem sido polarizada pela implantação de equipamentos de abrangência setorial e regional, como ocorreu com a Universidade Estadual de Londrina na porção oeste, inaugurada em 1971; posteriormente, a mudança das atividades da administração pública com a instalação do Centro Cívico no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, na porção sul da cidade, próximo a barragem do Lago Igapó; e recentemente o câmpus da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) na Avenida dos Pioneiros que abriu novas possibilidades de ocupação na porção leste da cidade.

Por outro lado, a paisagem atual de Londrina está ligada às transformações espaciais dos anos de 1970, seja pela extensão territorial que a cidade passa a abranger com os loteamentos e conjuntos habitacionais, seja pela fisionomia vertical que se inicia no centro e se estende para outras localidades.

4.2.1 O Centro Principal da Cidade

O crescimento urbano nos anos de 1970 é incrementado com atividades ligadas a indústria, em que são criados os CILOS (Centros Industriais de Londrina) localizados nos acessos regionais e em cinco tipos pelo nível de impacto, indo de leve a indústrias poluentes. Além da diversificação dos usos, a década

também é marcada pela elaboração de planos para regulação do solo urbano. Nesse período é emblemático o *Termo de Referência* elaborado em 1971 que avaliou o *PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano)* de 1968 da empresa paulista ASPLAN S/A (Associação em Planejamento). O *Termo de Referência* tinha como intuito direcionar a proposição de um novo Plano Diretor para a cidade de Londrina, o que serviu de base para o *PDDIL (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Londrina)*, elaborado por uma equipe do Governo do Estado como prerrogativa do SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) que desenvolveu para todo o Brasil uma política de Plano Diretor Local e Integrado com financiamento pelo BNH (Banco Nacional de Habitação). Em 1974, houve a elaboração do *PDTU (Plano Diretor de Transporte Urbano) de Londrina* pela empresa paulista SERETE S.A. Engenharia, Desenvolvimento e Sistemas S.A. Consultores com proposições de hierarquização do sistema viário para a cidade. Já em 1979 é elaborado o *PDU (Plano de Desenvolvimento Urbano) de Londrina – Situação 79* através do Programa de Investimentos Urbanos para Cidades de Porte Médio do Estado do Paraná, no qual as condições de industrialização do município são mais enfatizadas, porém, ainda para atendimento das demandas da agroindústria. Para Bortolotti (2007, p. 162) “as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por vários planos e intervenções urbanas. Na década de 1970 realizaram-se obras estruturais com a implantação de propostas e planos”. Entretanto, os diversos planos da década de 1970 resultaram apenas, a maioria das vezes, na discussão da lei de zoneamento do uso do solo urbano com a aprovação de leis substitutivas àquela instituída em 1969.

Por outro lado, o crescimento da cidade nos anos de 1970 toma outros rumos, com o início do processo de descentralização e a formação de novos polos de atratividade fora do centro. Na Avenida Tiradentes, antigo trecho da rodovia traçada pela CTNP, a inauguração do *Com-Tour Shopping Center* em 1973 reflete numa valorização imobiliária da área, como também traz novas possibilidades de consumo, conformando ali uma centralidade.

[...] o crescimento e importância da Avenida Tiradentes e sua expansão a oeste, já que o que era estrada aos poucos foi se tornando avenida e seu caráter regional de abrangência, foi catalisado com a construção do segundo *shopping Center* do Brasil e o primeiro *shopping Center* da cidade de Londrina e do Paraná [...]. (CARVALHO, 2010, p. 67).

A centralidade criada pelo *shopping* passou a ter um alcance local e de caráter regional, haja visto que Carvalho (2010, p. 68) destaca que a construção de um *shopping* “desencadeia a implementação de outros segmentos de comércio e serviços para tal área, em busca de uma escala de abrangência maior que a local”. Na verdade, a Avenida Tiradentes já era uma referência pelas atividades de atendimento, pois no passado era o antigo trecho de rodovia que passava pela Avenida Paraná na porção central da cidade de Londrina e extensão da Rua Quintino Bocaiúva. A construção do *shopping* incrementou a vocação daquela localidade e estabeleceu um novo arranjo na estrutura urbana da cidade.

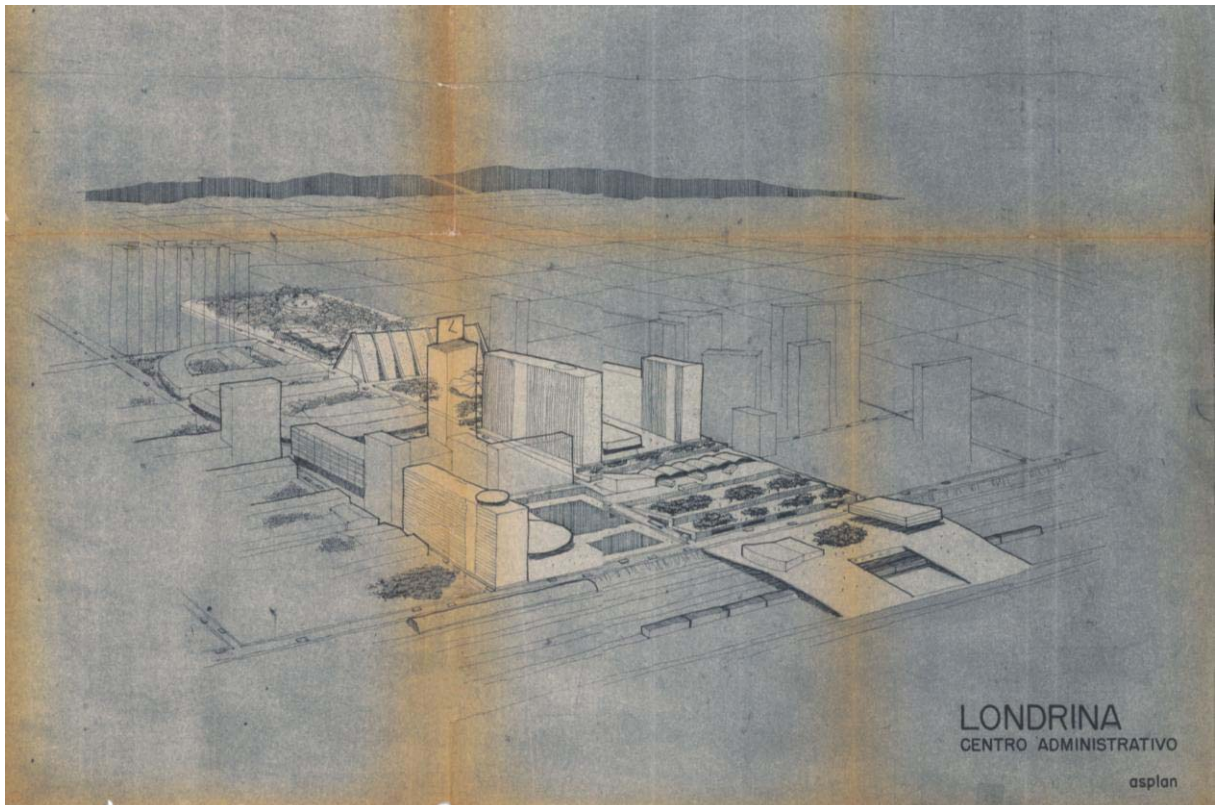
Além deste, outro fator que contribuiu para a reorganização do centro e da cidade de Londrina nessa década de 1970 foi o início da construção do *Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto* na porção sul, localizado na Avenida Duque de Caxias, nas proximidades do Lago Igapó. A saída das principais atividades do governo municipal do centro representa um momento de inflexão e de contradição no planejamento da cidade, haja visto que, no *PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano)* de 1968 as propostas visavam fortalecer a estrutura monocêntrica com a diretriz de construção de um “eixo cívico-administrativo” (LONDRINA, 1968), que contemplaria a transposição da via férrea e o novo Paço Municipal sob uma plataforma. Esta proposta de criação de um paço municipal no centro conjugado aos meios de transporte da ferrovia aparece no documento do *PDDU de Londrina* (1968), como mostra um trecho do texto do plano.

6) Transposição da ferrovia por uma plataforma para passagem de pedestres, que poderá abrigar sob ela a estação ferroviária e sobre a mesma outras funções, inclusive administrativas.

7) Criação de um Paço Municipal: como alternativas para a sua localização encontram-se a plataforma sobre a via férrea e a quadra a leste da praça da estação; utilizada atualmente para estacionamento. (LONDRINA, 1968, p. 85)

A figura 20, a seguir, mostra uma perspectiva do Centro Administrativo proposto pela Asplan S.A. no *PDDU de Londrina*. Na imagem é fácil reconhecer algumas edificações do Centro da cidade, como a catedral e outros prédios verticais e ao fundo o Lago Igapó. A intervenção do Centro Administrativo teria início na Praça Rocha Pombo, logo abaixo da antiga Estação Rodoviária, estendendo-se numa plataforma sobre o leito ferroviário.

Figura 20 – Perspectiva do Centro Administrativo proposto no *PDDU de Londrina*.



Fonte: LONDRINA, 1968.

Todavia, a postura do governo local foi inversamente oposta, com a construção do centro cívico-administrativo em área destinada originalmente pelo *PDDU de Londrina* (LONDRINA, 1968) para equipamentos de recreação e lazer da população. Torna-se oportuno citar que antes da decisão política de deslocar o centro cívico para fora do centro, havia de fato intenções de seguir as recomendações do *PDDU de Londrina* quanto à valorização da paisagem dos fundos de vale e área do Lago Igapó. De acordo Yamaki (2008) foi elaborada em 1972 a proposta para o Parque da Cidade de Londrina para as margens do Lago Igapó por Burle Marx e os arquitetos José Tabacow e Haruyoshi Ono, porém, o projeto de paisagismo integrado a área de recreação foi executado apenas em algumas partes, sendo substituído pelo Projeto Novo Igapó. Yamaki (2008, p. 69) destaca que “pouco foi executado do projeto que utilizava 123 espécies vegetais e onde era marcante a presença de conjuntos de Araucárias”. As mudanças de decisão quanto às diretrizes apresentadas no *PDDU de Londrina* mostram um outro modo de entendimento da cidade, apesar de gastos públicos na elaboração de projetos e planos pouco aproveitados.

No *Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto* foram construídos a Câmara de Vereadores de Londrina em 1976-1977, a Prefeitura Municipal em 1982-1983 e por último, o Fórum nos anos de 1982-1983. Além destes, citam-se outras grandes obras de destaque fora do centro e algumas nas suas imediações na década de 1970: Ginásio de Esportes do Moringão de 1972; a área de lazer Luís Borges junto com o anfiteatro, próximos ao Lago Igapó, que também incluiu a urbanização do fundo de vale do Córrego do Leme, sendo esta localidade popularmente chamada de Zerão; o Estádio do Café construído 1975-1976 na porção norte; e a construção da Via Expressa de 1976, no sentido Norte-Sul da cidade, inaugurada em 1977. Nesse sentido, a expansão da cidade, os investimentos em obras públicas fora do centro e a formação de outras áreas de centralidade acabaram por alterar a configuração da estrutura urbana que se tinha anteriormente, ao mesmo tempo em que se identifica uma nova configuração assumida pelo centro no decorrer dos anos de 1970, como afirma Takeda (2004).

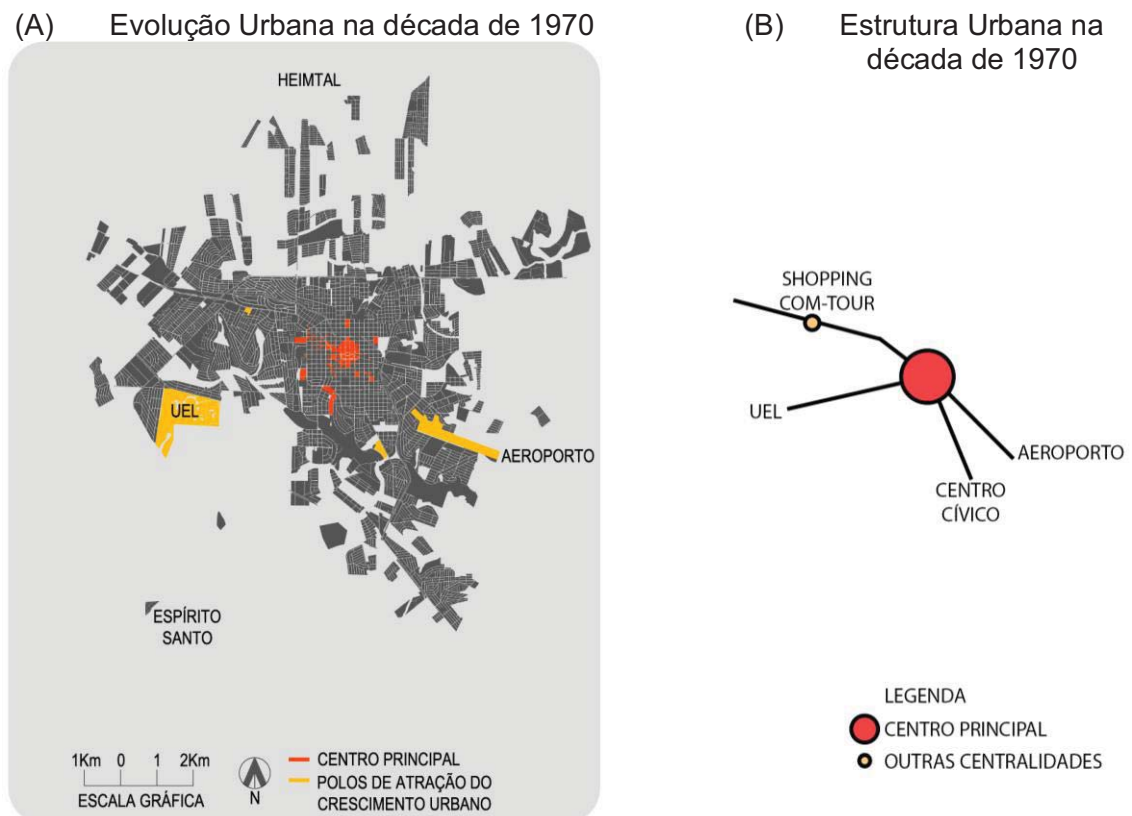
De certa forma, nos primeiros anos da década de 1970, a área central permaneceu em uma aparente inércia no que diz respeito à modificação de sua estrutura. No entanto, as transformações do quadro sócio-econômico, tornaram eminente a necessidade de modificações estruturais na área central. (TAKEDA, 2004, p. 114).

Este novo arranjo da estrutura urbana de Londrina e do centro na década de 1970 também é constatado por Ribeiro (2008) que chama de “redefinição da centralidade” ao passo que o centro também desempenha uma centralidade, porém, diferente das demais no processo de descentralização que se abre. Nesse sentido, Ribeiro (2008) enfatiza que a “redefinição da centralidade é acompanhada por processos de descentralização e de recentralização, que movimentam fixos e fluxos e atribuem novas dinâmicas ao espaço urbano”.

A evolução da mancha urbana de Londrina na década de 1970 tende ao preenchimento de áreas próximas ao centro, mas também o crescimento descontínuo na porção norte com a implantação de conjuntos habitacionais e a leste com acesso pela Avenida Brasília. Na porção oeste, tem-se destaque a construção do câmpus da Universidade Estadual de Londrina iniciado em 1968 e inaugurado em 1971, com uma área cerca de 235 hectares, sendo que seu acesso regional foi facilitado posteriormente com a construção da Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445).

Nesse sentido, a figura 21 mostra a mancha da cidade e o esquema correspondente da estrutura urbana, contendo o centro principal, a centralidade do *Com-Tour Shopping Center* de 1973 e a polarização do crescimento urbano pelo Aeroporto (década de 1950), UEL (década de 1970) e pelo Centro Cívico no final dos anos de 1970, este concluído na década seguinte.

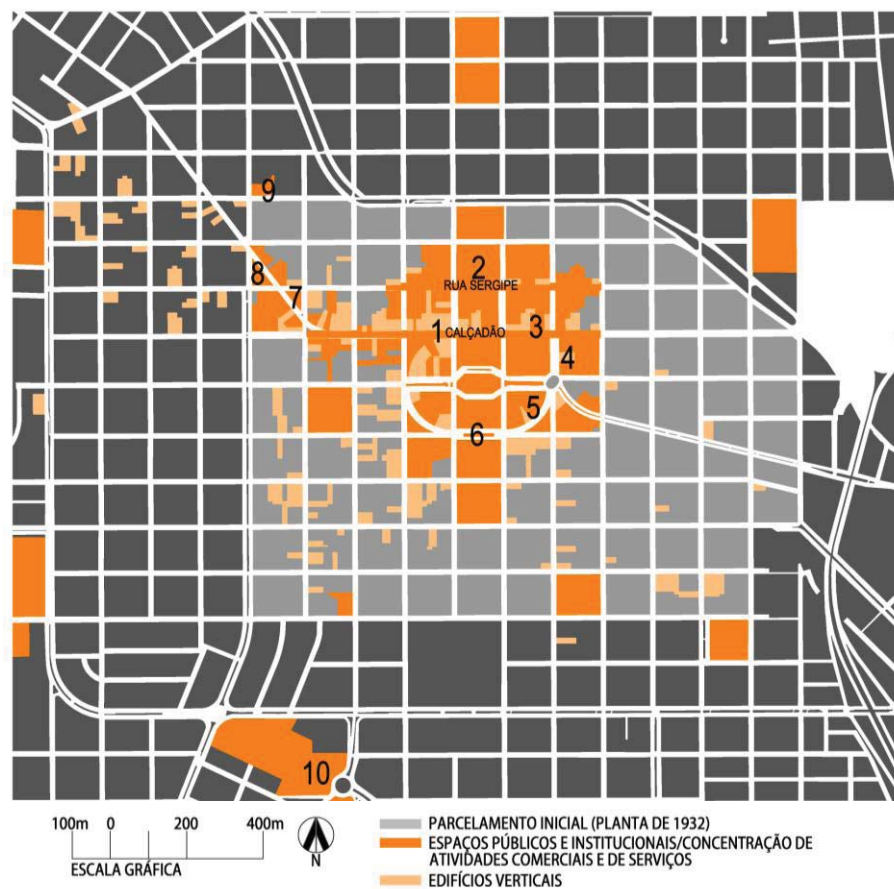
Figura 21 – Evolução urbana da cidade de Londrina na década de 1970 e o esquema da estrutura urbana correspondente.



Fonte: Base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

Ainda, na década de 1970, o centro principal vivencia o início de um novo processo, seja pela sua reorganização já que as principais atividades administrativas do governo local foram transferidas para outra região da cidade, seja pela sua referência comercial de prestadora de serviços e valorização imobiliária com a verticalização que se torna mais intensa na Avenida Paraná e em direção a área entre a Rua Quintino Bocaiúva e Avenida Juscelino Kubitschek. A figura 22 mostra o recorte da urbanização de Londrina com destaque para o centro principal da cidade.

Figura 22 – Centro Principal de Londrina nos anos de 1970.



Centro de Londrina na década de 1970

1- Calçadão (1977) em trecho da Avenida Paraná para uso exclusivo de pedestres;
2- Quarta Estação Rodoviária: tombamento pela Coordenadoria do patrimônio Cultural do Estado do Paraná (1974);
3- Aquisição do Cine Ouro Verde em 1978 pela UEL – Universidade Estadual de Londrina;
4- Edifício Palácio do Comércio (1976);

5- Biblioteca Pública Municipal instalada de 1970 a 1983 no prédio construído para a Casa da Criança (1950-1955);
6- Terminal Urbano localizado na Praça Marechal Rondon (Bosque), funcionou entre 1971 e 1978;
7- Urbanização da Praça Presidente Vargas inaugurada em 05/10/1970;
8 – Urbanização da Praça XV de Novembro.
9- Sesc Londrina
10- Ginásio de Esportes Moringão (1972)

Fonte: Mapa base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

De todos os planos elaborados na década de 1970 haviam propostas de qualificação do centro, sendo emblemática a implantação do primeiro trecho do Calçadão em 1977 que compreendia três quadras entre a Rua Pernambuco e Avenida Rio de Janeiro. O projeto elaborado por Jaime Lerner para o Calçadão de Londrina seguia os moldes da Rua XV de Novembro em Curitiba, configurando uma via exclusiva para pedestres e atividades comerciais.

Sobre o Calçadão de Londrina, Bortolotti (2007, p. 152) conta que “inicialmente foi previsto o fechamento da rua por 15 dias. Aos poucos, os pedestres apropriaram-se do espaço”. A figura 23 mostra a construção do Calçadão de Londrina na década de 1970 no primeiro trecho.

Figura 23 – Calçadão de Londrina antes e durante a construção na década de 1970.

(A) Trecho da Avenida Paraná destinado para Calçadão, antes das obras.



Foto: Folha de Londrina em 28/09/1976. Acervo Secretaria Municipal de Planejamento de Londrina

Fonte: BORTOLOTTI, 2007, p. 152.

(B) Trecho da Avenida Paraná em obras para Calçadão.



Foto: Oswaldo Leite. Acervo Secretaria Municipal de Planejamento.

Fonte: BORTOLOTTI, 2007, p. 156.

As grandes distâncias criadas pelo crescimento horizontal motivaram a instalação do transporte coletivo para atender os deslocamentos, principalmente com destino ao centro principal que concentrava grande parte da oferta de produtos e empregos nos setores de comércio e prestação de serviços. No trecho da Rua Tupi, que hoje se encontra dentro do Bosque, foi instalada uma área de parada dos ônibus de transporte coletivo, depois transferida na década de 1980 para o Terminal Urbano, entre a Rua Benjamin Constant e Avenida Leste-Oeste.

A figura 24 mostra algumas vistas da cidade na década de 1970, com destaque para a verticalização que envolve a catedral na foto (A). Na foto (B) tem-se o ponto de parada de ônibus na Rua Tupi, junto ao Bosque.

Figura 24 – Vistas da cidade de Londrina com destaque para algumas edificações na década de 1970.

(A) Vista panorâmica de Londrina, 1979. Verticalização no entorno da Catedral e o prédio do Palácio do Comércio.



Acervo Londrina Histórica
Fonte: LIASH, Jonas. Londrina Histórica.

(B) Vista do ponto de ônibus localizado no Bosque, década de 1970.



Acervo Londrina Histórica
Fonte: LIASH, Jonas. Londrina Histórica.

Para tanto, se a década de 1970 marca o início da descentralização da cidade e sua reestruturação urbana evidenciando um centro principal, as décadas seguintes ampliam estes processos.

4.2.2 Redefinição do Centro Principal da Cidade

Os anos de 1980 caracterizam mais um processo de reestruturação na dinâmica urbana de Londrina com a formação de duas novas centralidades: uma na zona norte da cidade, na Avenida Saul Elkind que passa a atender os conjuntos habitacionais e a outra na Avenida Inglaterra ao sul, polarizada pela construção do Centro Cívico. Nesse sentido, o centro principal deixa de ter uma característica monopolizadora e passa a desempenhar um papel de articulação com as outras áreas de centralidade.

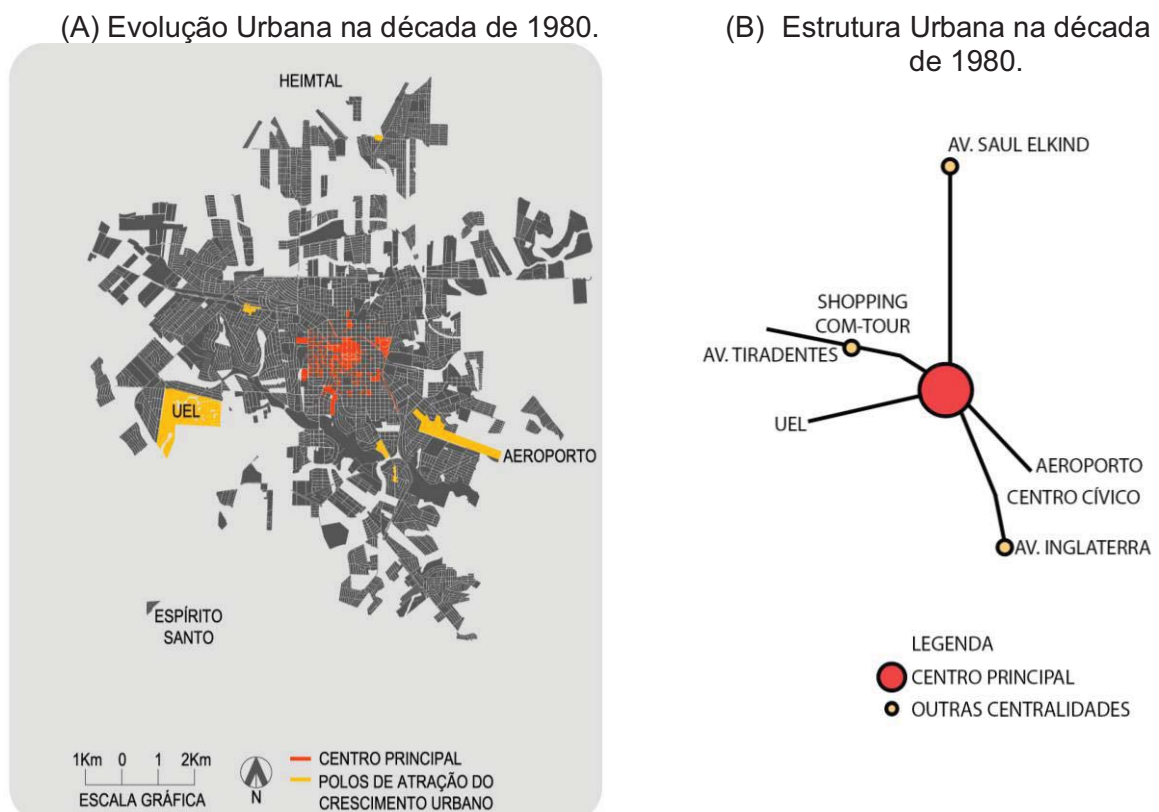
A concentração de comércios e serviços na Avenida Saul Elkind, na porção norte da cidade, surge em detrimento da distância do centro e para atender a população instalada nos primeiros conjuntos habitacionais da localidade, construídos nos anos de 1970: Jácomo Violin, Semíramis de Barros Braga, Luiz de Sá, Vivi Xavier, Parigot de Souza, Engenheiro João Paz, e outros implantados posteriormente. A Avenida Saul Elkind nos anos de 1980 já é um embrião de subcentro que se constitui de fato na decorrer das próximas décadas.

Da condição de uma avenida onde foram implantadas por moradores da área, atividades comerciais para o atendimento das mais básicas necessidades [...] tornou-se hoje um importante sub-centro onde se encontram os mais variados tipos de comércio e serviços, incluindo filiais de redes nacionais [...]. (FRESCA, 2007, p. 163).

Na porção sul, o Centro Cívico iniciado na década de 1970 torna-se um elemento de forte polarização por agrupar atividades correlacionadas como cartórios, prestação de serviços de advocacia, contabilidade e outros, como também usos comerciais de suporte, o que indiretamente também impulsionou a construção de edifícios verticais e bairros residenciais nas proximidades da barragem do Lago Igapó e na extensão da Avenida Inglaterra. Ribeiro (2002, p. 87) também considera que distância da Avenida Inglaterra em relação ao centro principal promoveu a formação de centralidade para os bairros do entorno, pois “consegue atrair esta população para alguns tipos de consumo”.

A figura 25 mostra a evolução urbana de Londrina nos anos de 1980 e o esquema da estrutura urbana em que se vê o centro principal articulado às centralidades das avenidas Saul Elkind e Inglaterra e o *Shopping Com-Tour* (1973).

Figura 25 – Evolução e estrutura urbana da cidade de Londrina na década de 1980.



Fonte: Base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

Para o centro de Londrina, de fato a década de 1980 representa uma intensa verticalização, ainda que naquele momento o contexto brasileiro fosse de forte inflação, elevação das taxas de juros e instabilidade econômica. De acordo com Passos (2007, p. 96-104), o estudo da verticalização de Londrina entre 1970 e 2000 mostra que o período de 1981 a 1990 marca o “acentuado processo de verticalização” com 459 edifícios construídos, que, embora nem todos tenham sido no centro, a grande maioria foi nesta localidade, principalmente com a construção de condomínios verticais na parte oeste do centro entre as avenidas Higienópolis e J.K. Para Somekh (1997), o fenômeno da verticalização está relacionado ao zoneamento, no qual sua aplicação depende da ação dos governos municipais. Eis as contradições do espaço urbano, pois o zoneamento aparentemente surge para controlar também a cidade que cresce para cima, ao mesmo tempo em que se torna um estímulo ao mecanismo de atribuição de valor do preço da terra.

O capital imobiliário, em fase de constituição, exige a multiplicação do solo urbano (verticalização), muito mais em função de uma nova estratégia de valorização, que se compõe com a subdivisão do solo urbano (loteamento), do que efetivamente pela valorização fundiária. (SOMEKH, 1997, p.65).

Além da verticalização, pode-se elencar obras que reconfiguraram o centro na década de 1980. A retirada dos trilhos da linha férrea (desativada em 1982) deu lugar a Avenida Leste-Oeste, com o objetivo de se constituir numa via rápida de estruturação da cidade conjugada à Via Expressa Norte-Sul (Avenida Dez de Dezembro). De certo modo, a instalação dessa via rápida dá maiores condições de acesso ao centro, principalmente com a instalação do Terminal Urbano de Transporte Coletivo em 1988, ao lado da antiga estação ferroviária, e estando próximo ao Calçadão em duas quadras.

Por outro lado, lentamente o centro principal se reafirma na condição de setor financeiro, oferta de atividades terciárias e na reutilização de edificações e espaços de outrora. Estando o centro administrativo fora do *core* (coração), a ausência das principais funções administrativas e a obsolescência de algumas atividades criou no centro, em parte, o senso de reuso das edificações para outras ocupações ligadas às repartições públicas de cunho cultural. Citam-se exemplos expressivos como o caso do antigo prédio do Fórum cedido para a Biblioteca Pública Municipal desde 1983, a antiga Estação Ferroviária desativada em 1982 que passou

por reuso adaptativo para abrigar o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss em 1984, como também o prédio da antiga Estação Rodoviária, localizada na Rua Sergipe, que teve suas atividades encerradas em 1988 devido ao grande fluxo de ônibus e passageiros que não comportava, sendo que anos mais tarde, em 1993, serviu para a instalação do Museu de Arte de Londrina. Cita-se como exceção, o antigo paço municipal que foi demolido para dar lugar a uma agência bancária.

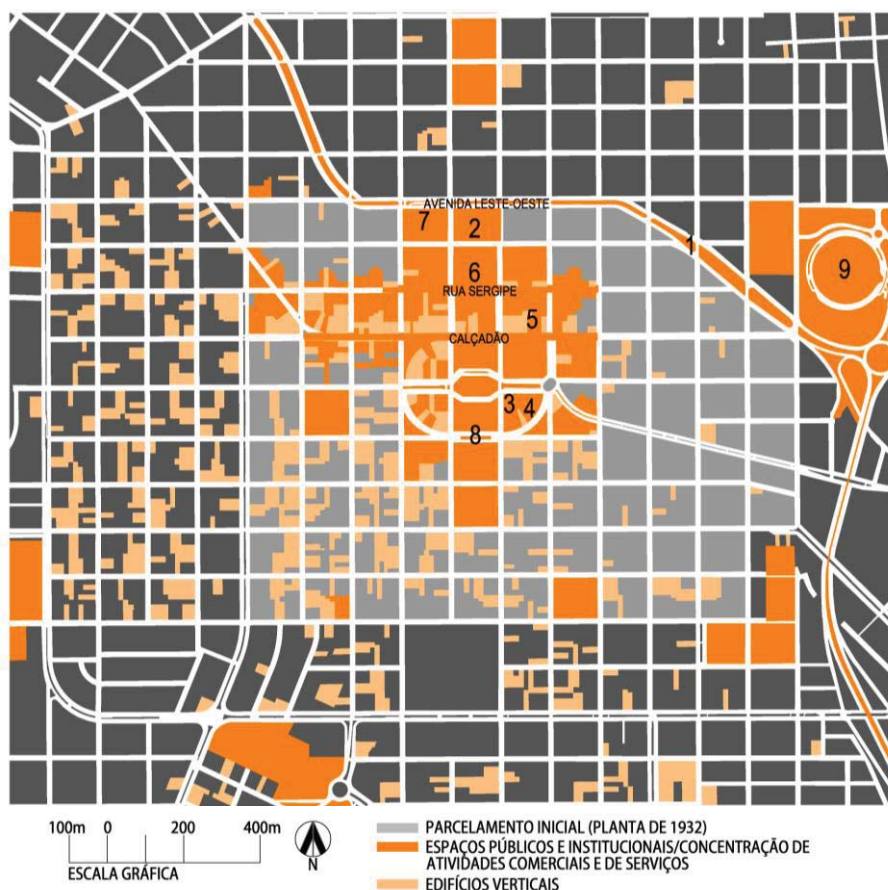
Nesse sentido, a década de 1980 também representa para o centro principal o início da construção de sua imagem frente as demais centralidades, tendo como base sua história decodificada como valor simbólico. Nota-se também que tal redefinição do centro principal na estrutura urbana da cidade é promovida exclusivamente pelo poder público, enquanto que os agentes imobiliários se ocupam do centro por razões locacionais de maior renda, o que Villaça (2001, p. 250) chama de “centro da cidade tipicamente capitalista”. Na verdade, por esse ponto de vista, a intensa verticalização do centro principal na década de 1980, o torna por certo tempo este esteriótipo da cidade capitalista, numa imagem impressionante, o que, no entanto, o surgimento de novas centralidades com intensa verticalização em períodos posteriores, rapidamente lhe tomam a cena. De certo modo, o arranhacéu simboliza o moderno, a ideia de progresso, mas Villaça (2001, p. 251) afirma que esta “carga simbólica é relativamente fraca” se comparada aos aspectos históricos de construção da cidade. E ainda, se Villaça (2001, p. 251) distingue que os valores do capitalismo são “o lucro, o dinheiro, a mercadoria, o trabalho assalariado e a iniciativa privada”, estes são, portanto, valores divergentes entre as classes sociais.

Todavia, a representação de algo ou mesmo do que vem a ser o centro principal na estrutura urbana da cidade está baseada muito mais em aspectos sociais que aqueles definidos por parâmetros quantitativos. No artigo *As representações e o possível*, Lufti, Sochaczewski e Jahnel (1996, p. 92) afirmam que “a força das representações vem do fato de estas dissimularem sua base social”. Entretanto, estas representações também se tornam manipuláveis pela mesma ideologia que as cria.

O estudo das representações destina-se a entender o processo pelo qual a força do representado se esvai, suplantada por seu representante por meio da representação, e como essa representação distancia-se do *vivido* e se multiplica, manipulando o *vivido*. As representações interpretam e, ao mesmo tempo, interferem na prática social, fazem parte da vida e dela só se distinguem pela análise. (LUFTI, SOCHACZEWSKI, JAHNEL, 1996, p. 89).

A figura 26 mostra o mapeamento dos espaços públicos e institucionais e a concentração do setor terciário, bem como a construção do novo Terminal Rodoviário José Garcia Villar (1979-1988) e as edificações com reuso adaptativo para a criação de instituições públicas e culturais no centro principal.

Figura 26 – Centro Principal de Londrina nos anos de 1980.



Centro de Londrina na década de 1980

1- Linha férrea desativada na área central da cidade em 1982 – início do macro parcelamento e ocupação do antigo pátio ferroviário com equipamentos sociais e implantação da Avenida Leste-Oeste;
 2- Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss instalado em 1984 no prédio da segunda Estação Ferroviária de Londrina (1946-1950);
 3- Biblioteca Pública Municipal instalada em 1983 no prédio do Fórum (1940-1950);

4- Secretaria Municipal de Cultura (1984) instalada no prédio construído para a Casa da Criança (1950-1955);
 5- Cine Teatro Ouro Verde – adaptações em 1986;
 6- Quarta Estação Rodoviária desativada em 1988;
 7- Construção do Terminal Urbano de Transporte Coletivo (1988);
 8- Construção de equipamentos de lazer na Praça Marechal Rondon (Bosque), como o “zerinho”;
 9- Construção da Quinta Estação Rodoviária José Garcia Villar (1979-1988).

Fonte: Mapa base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

A foto (A) da figura 27 mostra uma vista panorâmica da cidade na década de 1980, em que se vê a frente o novo Terminal Rodoviário José Garcia Villar e ao fundo a intensa verticalização no centro. Já a foto (B) traz o antigo pátio ferroviário sem os trilhos da ferrovia transferida para a porção ao norte do centro.

Figura 27 – Vistas da cidade de Londrina na década de 1980.

(A) Vista panorâmica de Londrina, década de 1980. Na parte inferior está o Terminal Rodoviário José Garcia Villar.



Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, década de 1980.

(B) Pátio ferroviário após a retirada dos trilhos, década de 1980. Ao fundo a antiga Estação Ferroviária.



Foto: Oswaldo Leite. Acervo Secretaria Municipal de Planejamento.

Fonte: BORTOLOTTI, 2007, p. 171.

Para tanto, as tendências de crescimento da cidade na década de 1980 evidenciam o centro como elemento principal na estrutura urbana, mesmo que as tensões geradas neste estejam relacionadas à substituição das funções da administração pública e à redefinição de seu papel na escala da cidade.

4.2.3 O Centro Principal e as Outras Centralidades da Cidade de Londrina

Nos anos de 1990 e 2000, a implantação de outras centralidades reconfiguram mais uma vez a articulação do centro principal com a estrutura urbana da cidade. A construção do *Catuaí Shopping Center* (1986-1990) na porção oeste da cidade, com acesso pela Rodovia PR-445 e próximo a Universidade Estadual de Londrina, vai constituir sua centralidade de fato na sequência das duas próximas décadas com a expansão da infraestrutura urbana em sua direção.

A princípio, o *shopping* aparenta ser um centro de lojas de departamentos para atendimento de compras da população local e das cidades vizinhas, o que explica sua localização, porém, este se torna também um elemento de forte polarização do crescimento urbano de Londrina pelo provimento posterior de infraestrutura como afirma Ribeiro (2002), sendo que seu consumo é voltado especificamente para as faixas de renda de maior poder aquisitivo.

É, portanto, um empreendimento de grande porte que foi construído numa área onde, antes de sua construção, produzia-se soja. Havia poucas condições favoráveis aos fluxos entre essa área e o Centro Principal de Londrina, ou seja, era um setor do entorno urbano de difícil acessibilidade. Para a viabilidade de tal empreendimento, foi necessária a resolução de tal problema, com a duplicação de uma via de acesso, a Avenida Madre Leônia Milito e a construção de um viaduto que facilitou a conexão com a PR-445 [...] (RIBEIRO, 2002, p. 131).

Comparado ao *Shopping Com-Tour*, que foi implantado na década de 1970 em uma área já atendida pela infraestrutura urbana, o *Shopping Catuaí* além do porte e da abrangência serem maiores, este se apropriou do acesso pela Rodovia PR-445. A sua polarização para o crescimento urbano influenciou a ocupação ao longo da Rodovia Mábio Palhano com a construção de condomínios e loteamentos fechados, ao passo que em direção ao centro principal tem-se também na década de 2000 o início da ocupação da verticalização residencial na chamada Gleba Palhano, localizada às margens do Lago Igapó 2.

Na verdade, todo esse processo de expansão urbana influenciado pelo *Shopping Catuaí* é considerado uma prática de antecipação espacial que visa ganhos futuros com a segmentação socioespacial, no qual Corrêa (2007, p. 70) define esta prática “pela localização de uma atividade em local antes que as condições favoráveis tenham sido satisfeitas”. Nesse sentido, Zanatta (2010) exemplifica a antecipação espacial em Londrina com o *Shopping Catuaí* que conseqüentemente levou a constituição da localidade da Gleba Palhano, com edifícios de médio e alto padrão e a implantação de condomínios horizontais na porção sudoeste da cidade.

A zona da Gleba Palhano e dos grandes condomínios em Londrina é um exemplo da prática de antecipação, com a instalação do Shopping Catuaí e dos primeiros grandes condomínios, que ajudaram a transformar a área de local de chácaras de lazer em uma região nobre. (ZANATTA, 2010, p. 34)

Já a centralidade da Avenida Saul Elkind passa a ser tratada de fato como subcentro a partir da década de 1990 em razão da distância do centro principal e por ali configurar, o que Sposito (1991, p. 10) explica sobre os subcentros que são “caracterizados como áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de atividades especializadas”. Villaça (2001, p. 293) acrescenta que o subcentro “consiste numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte, sem, entretanto, a ele se igualar”, ou seja, o subcentro desempenha centralidade para uma parte da cidade, enquanto que o centro principal abarca a cidade como um todo. Em que pese tais características, Ribeiro (2002) explica a constituição do subcentro da Avenida Saul Elkind em Londrina.

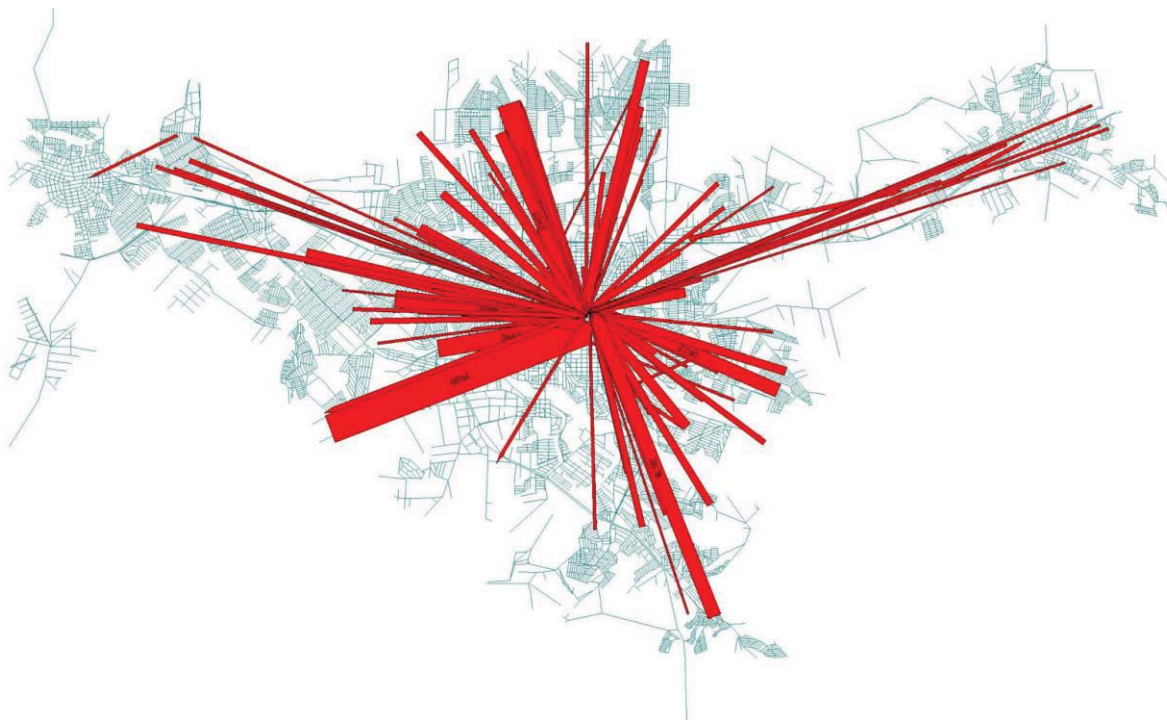
Uma área distante, aproximadamente, sete quilômetros do Centro Principal de Londrina, formada por uma política habitacional popular/ populista nos anos de 1970 e na qual implantaram-se meios de consumo coletivo, lentamente, por reivindicações populares. Esta área possui uma grande variedade de equipamentos urbanos, de comércio, prestação de serviços, vias rápidas de acesso ao Centro Principal [...] a qual se pode denominar de subcentro. (RIBEIRO, 2002, p. 86).

A Zona Norte de Londrina ganha grandes dimensões em poucas décadas, principalmente com a concentração de conjuntos habitacionais e loteamentos populares. Na pesquisa de Beidak (2009, p. 150), do total de 35.666 unidades habitacionais construídas no período de 1970 a 2007 em Londrina, “56% foram produzidas na zona norte da cidade”; o que também, do total de 142 conjuntos habitacionais em Londrina, 44% foram implantados na zona norte. No Censo Demográfico de 2000 (IBGE), a zona norte já era a região da cidade com maior população, contando com 106.759 habitantes. Entretanto, a valorização da zona norte dentro da cidade é um fato recente. Vale lembrar que os primeiros conjuntos habitacionais foram implantados em uma área desprovida de infraestrutura e que, ao se considerar novamente a prática da antecipação espacial como definido por Corrêa (2007), o principal agente produtor desse espaço foi o próprio Estado, ao contrário do que ocorreu com a implantação do *Shopping Catuaí*, o que evidencia uma desigual produção socioespacial na cidade associada aos processos de descentralização.

Na dinâmica urbana, as conexões das áreas de centralidade nos anos de 1990 e 2000 estão diretamente relacionadas com o centro principal, por este desempenhar o papel hegemônico na estrutura urbana, como também ser a localidade de referência para as atividades terciárias, serviços, instituições e o emprego, inclusive para as cidades vizinhas. De acordo com Cambé (2008), a pesquisa realizada pela Longitrans no período de 2005 a 2007 mostra que os motivos dos deslocamentos (origem e destino) dos usuários do transporte coletivo para o centro principal de Londrina foi de 69,40% de base domiciliar para o trabalho (CAMBÉ, 2008, p. 180). O deslocamento base domiciliar significa o percurso da casa para o trabalho, estudos e outros. Na pesquisa também foram computados os deslocamentos de base não domiciliar, porém, com baixo percentual.

A figura 28 mostra as principais linhas de desejo de deslocamento durante o dia dos usuários do transporte coletivo, originadas nas cidades de Ibiporã e Cambé e de regiões diversas em Londrina direcionadas ao centro principal de Londrina.

Figura 28 – Principais linhas de desejo durante o dia na cidade de Londrina e entre as cidades de Londrina, Cambé e Ibiporã.



Levantamento realizado no período de 2005 a 2007 pela LONGITRANS para o Programa de Sistemas de Transporte Urbano Sustentável no Paraná e o Plano de Transporte de Londrina.

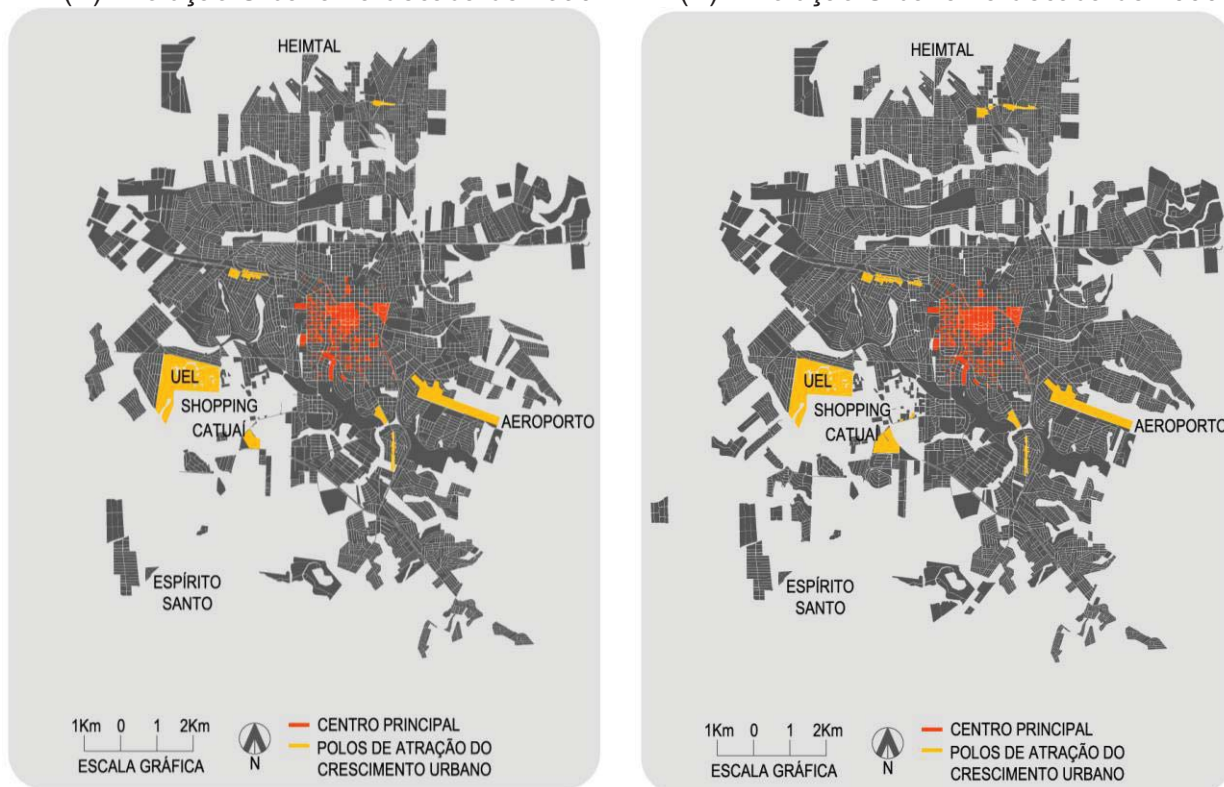
Fonte: CAMBÉ, 2008, p.184.

De tal modo, as décadas de 1990 e 2000 se mostram similares na estrutura urbana da cidade de Londrina, pois os processos de descentralização, iniciados nas décadas de 1980, têm levado a afirmação do subcentro da Avenida Saul Elkind e a ampliação da centralidade do *Shopping Catuaí* associado a expansão da cidade na porção sul com inúmeros empreendimentos, tanto de condomínios e loteamentos horizontais como também pelo intenso processo de verticalização da Gleba Palhano. Portanto, as novas centralidades do subcentro da Avenida Saul Elkind e *Shopping Catuaí* se somam às centralidades do Centro Cívico-Avenida Inglaterra nos anos de 1980 e *Shopping Com-Tour* (década de 1970). A figura 29 mostra a evolução urbana da cidade de Londrina com destaque para o centro principal e as demais áreas de centralidade.

Figura 29 – Evolução urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1990 e 2000.

(A) Evolução Urbana na década de 1990

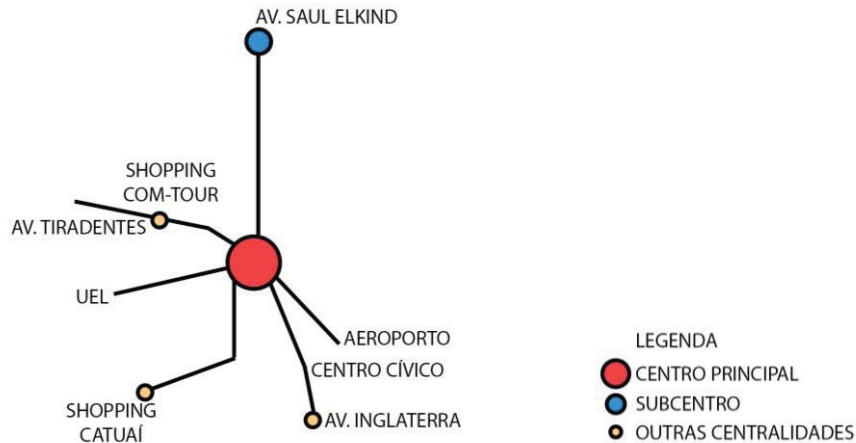
(B) Evolução Urbana na década de 2000



Fonte: Base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

A figura 30 apresenta de modo esquemático a estrutura urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1990 e 2000. As vias de ligação com o centro evidenciam a sua posição hierárquica na estrutura urbana desse período.

Figura 30 – Estrutura urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1990 e 2000.



Fonte: da autora.

Já na dinâmica do centro, a construção de edifícios verticais ocorre de modo menos intenso a partir da década de 1990, ao mesmo tempo em que começa ser mais frequente em outras localidades como na região norte da cidade e Avenida Saul Elkind, como também nas regiões oeste e sul, como afirma Passos (2007). O período de 1991 a 2000 corresponde ao que Passos (2007, p. 115-121) chama de “desaceleração da verticalização” em que foram construídos 319 edifícios na cidade, um número menor que na década de 1980, sendo este um reflexo do contexto nacional decorrente dos planos econômicos, como o Plano Collor de 1990 que “confiscou ativos monetários disponíveis em instituições financeiras” e que afetou bruscamente o setor da construção civil. Mesmo assim, podem ser apontados no centro de Londrina a construção de grandes edifícios empresariais e de serviços como o Complexo Oscar Fuganti com mais de trinta pavimentos e o Edifício Londrina Trade Center no alto da Avenida Higienópolis.

De certo modo, a verticalização no centro da cidade, se comparada aos períodos anteriores, torna-se expressiva nas décadas de 1980 e 1990, com a convergência de edifícios de condomínios residenciais de médio e alto padrão na porção oeste do centro, principalmente na área entre as avenidas Higienópolis e Juscelino Kubitschek. A Avenida Higienópolis teve papel importante nesta configuração, pois quando aberta em 1936, a rua passou a concentrar as casas da elite, que aos poucos foram substituídas por prédios altos, restando alguns exemplares das primeiras décadas para o uso de instituições financeiras, como o

Palacete da Família Garcia construído em 1947. Takeda (2004) descreve as mudanças ocorridas no comércio do centro da cidade, no qual, no decorrer dos anos de 1990 abriu-se um segmento de “lojas sofisticadas” junto a área residencial do público consumidor de maior renda.

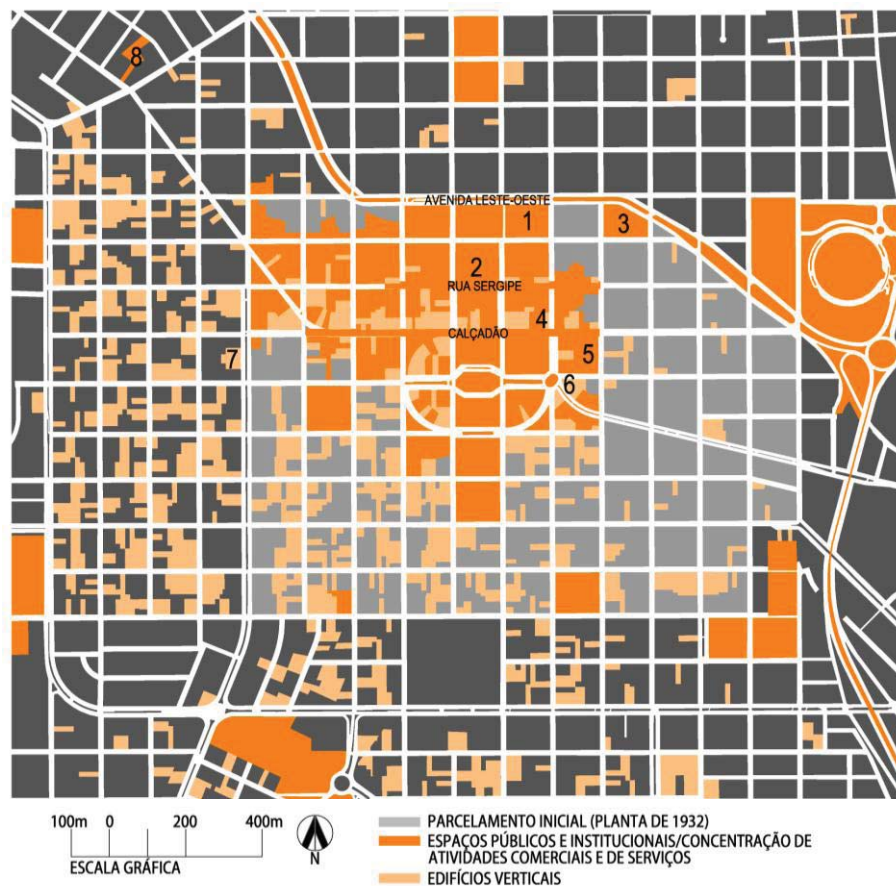
[...] várias lojas sofisticadas instalaram-se ao longo da Avenida Higienópolis, antiga rua residencial da elite londrinense, ocupando os antigos palacetes e os novos edifícios comerciais de vários andares, construídos nesta avenida. Outro local de instalação deste tipo de comércio foi ao longo das ruas Belo Horizonte, Santos e Paranaguá, que concentram uma grande quantidade de condomínio verticais de alto padrão. (TAKEDA, 2004, p. 145)

Na direção oposta, na Rua Maranhão, a inauguração do *Royal Plaza Shopping* em 1999 incrementou a atividade comercial no centro, ampliando a área de influência na continuidade do Calçadão a leste. Castelnou (2002, p. 305) destaca que o “*shopping* não possui lojas-âncoras, considerando seu maior atrativo sua localização na área central de Londrina”. Por outro viés, Ribeiro (2006, p. 122) destaca a importância do *shopping* para a revalorização do centro de Londrina, uma vez que este “torna o processo ainda mais dinâmico, pois atribui novos papéis ao Centro Principal, traz novos investimentos e faz um apelo mercadológico”. Outro ponto interessante na pesquisa de Ribeiro (2006, p. 280) é que o *Shopping Royal* aparece em terceiro lugar em um questionário aplicado para frequentadores do centro principal no ano de 2004, com a seguinte pergunta: “o que é considerado como o ‘centro’”. Neste mesmo questionário o Calçadão aparece em primeiro lugar.

Além disso, ao mesmo tempo em que outras áreas de centralidade dividem os consumidores, a grande concentração de atividades terciárias no centro direciona o poder público local e a associação de comerciantes para projetos de revitalização, o que, no entanto, as propostas geralmente ficam restritas as áreas de maior fluxo de pessoas, sem uma diretriz de estruturação dessa área. Takeda (2004, p. 144) comenta que, “durante a década de 1990, a área central de Londrina sofreu muito mais mudanças qualitativas do ponto de vista funcional que físico-estrutural” e que a única exceção seria mais um Projeto de Revitalização da Área Central, porém, este “ficou restrito ao Calçadão, que visou nada mais que a troca da iluminação, do mobiliário urbano e jardinagem do local”.

No que se refere a construção de obras públicas no centro, o antigo pátio ferroviário desativado na década anterior foi aproveitado para a construção da Cidade da Criança e o planetário de 1992 e o PAI (Pronto Atendimento Infantil) de 1999, atualmente denominado PAM (Pronto Atendimento Municipal), localizado entre a Avenida Leste-Oeste e Rua Benjamin Constant. A figura 31 mostra o recorte da urbanização de Londrina com destaque para o centro.

Figura 31 – Centro Principal de Londrina nos anos de 1990.



Centro de Londrina na década de 1990

1- Cidade da Criança, chamada de Super Creche (1992) construída no antigo pátio ferroviário;
 2- Museu de Arte de Londrina instalado em 1993 no prédio da antiga Estação Rodoviária (1948-1952);
 3- Pronto Atendimento Infantil (1999) construído no antigo pátio ferroviário/ atual PAM (Pronto Atendimento Municipal);

4- Cine Teatro Ouro Verde: tombamento pela Coordenadoria do patrimônio Cultural do Estado do Paraná (1999);
 5- *Royal Plaza Shopping* (1997-1999);
 6- Complexo Empresarial Oscar Fuganti (1986-1998);
 7- Alto da Avenida Higienópolis com torres empresariais: Edifício Londrina Trade Center;
 8- *Shopping Quintino*.

Fonte: Mapa base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

A figura 32 mostra vistas da cidade de Londrina com destaque para edificações e espaços construídos no centro na década de 1990. A foto (A) mostra o Complexo Empresarial Oscar Fuganti e na foto (B) tem-se o planetário que foi construído no conjunto da Cidade da Criança (Super Creche).

Figura 32 – Vistas da cidade de Londrina com destaque para algumas edificações na década de 1990.

(A) Verticalização: Complexo Empresarial Oscar Fuganti.



Foto: Carlos Bozelli, 2000.
Fonte: CASTELNOU, 2002, p. 312

(B) Planetário da Cidade da Criança (Super Creche).



Foto: Carlos Bozelli, início da década de 2000.
Fonte: CASTELNOU, 2002, p. 279

(D) Pronto Atendimento Infantil (PAI).



Foto: Carlos Bozelli, início da década de 2000.
Fonte: CASTELNOU, 2002, p. 318

(C) Vista do *Royal Plaza Shopping*.



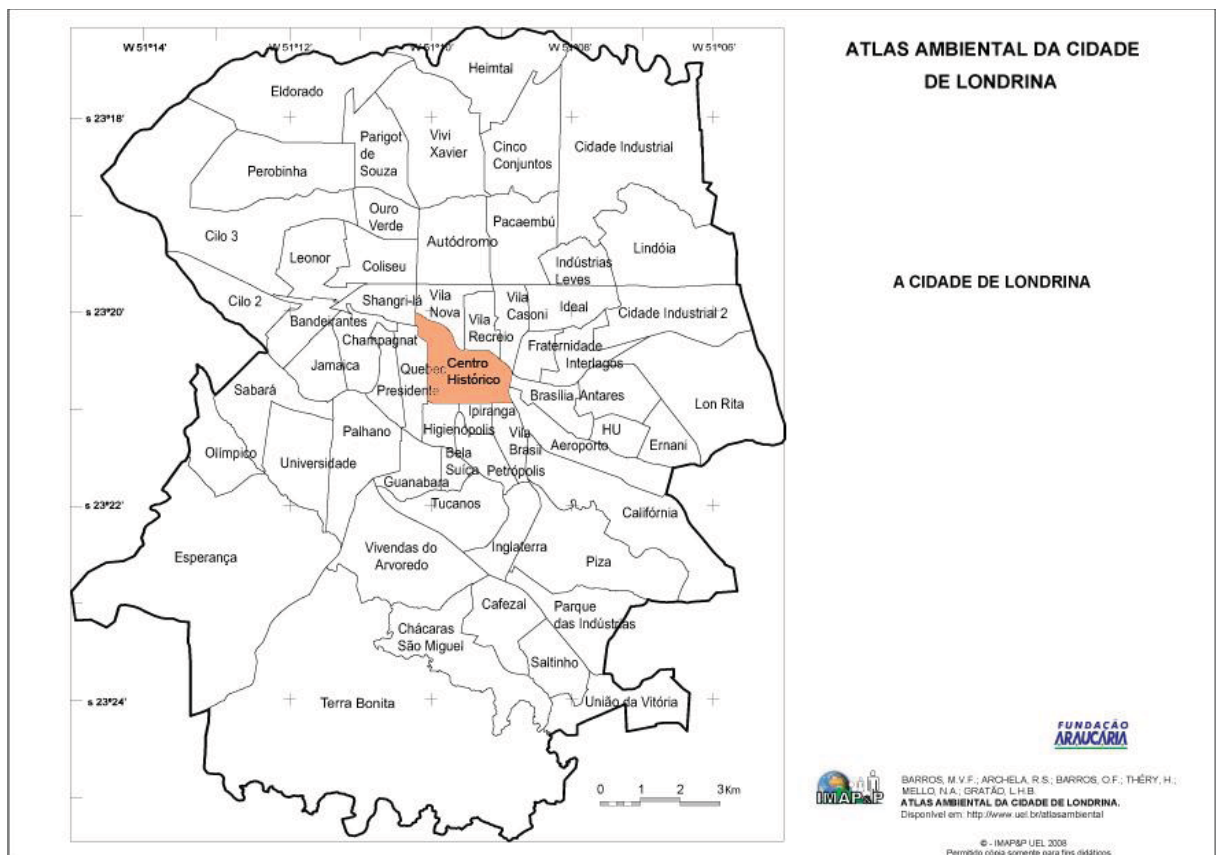
Foto: Carlos Bozelli, início da década de 2000.
Fonte: CASTELNOU, 2002, p. 306

A dinâmica da cidade nos anos 2000 já mostra com mais evidência as tensões e redefinições do centro. De acordo com Archela e Barros (2009), a divisão oficial da cidade em bairros é uma necessidade para o planejamento urbano e que o IPPUL (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina) estabelece o centro principal na cidade como o bairro “Centro Histórico”.

O IPPUL vem estudando uma proposta de organização da cidade em bairros, desde 1996, com o objetivo de facilitar o planejamento e a identificação de cada lugar na cidade. Com base nessa proposta e na divisão estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Censo Demográfico de 2000 em 391 setores censitários, foi adotada [...] uma divisão de bairros que respeita, sempre que possível, a estruturação conhecida e aceita pelos londrinenses. (ARCHELA; BARROS, 2009, p. 23).

A figura 33 mostra a divisão oficial de bairros em Londrina, com base no Censo Demográfico de 2000 (IBGE) e destaque para o bairro centro histórico.

Figura 33 – Divisão de bairros em Londrina com destaque para o Centro Histórico.



Fonte: ARCHELA; BARROS (2009). Centro Histórico destacado pela autora.

Convencionalmente, alguns autores também chamam o centro principal de Londrina de histórico por ser o espaço da gênese urbana, embora saiba-se que o termo “centro histórico”, geralmente, é atribuído pelo poder público para se referir a delimitação de áreas que destina para uma nova especulação imobiliária sobre o pretexto de preservação histórica, o que seria, na verdade, uma representação ideológica, como bem observado pelo geógrafo Lucio Gambi (1984) ao tratar dos processos de metabolismo do capital engendrado por projetos de renovação urbana nas cidades italianas.

O centro histórico de Londrina, definido a partir do plano reticulado dos ingleses, consiste em um dos elementos primários mais importantes de sua paisagem urbana e, sem dúvida, um dos condicionantes fundamentais da sua arquitetura no decorrer do tempo. Embora tenham ocorrido alterações espaciais, suas feições originais ainda permanecem, arrematadas pelos edifícios que sobrevivem ao *boom* da verticalização e que, de alguma forma, testemunham o passado. (CASTELNOU, 2002, p. 334).

Na elaboração do PDPML (Plano Diretor Participativo do Município de Londrina) nos anos de 2006 a 2008 (LONDRINA, 2008), o centro principal também foi instituído como “centro histórico”, sendo inclusive tomado como ação estratégica do plano na proposta de estruturação urbana da cidade, juntamente com as diretrizes para outros centros: Centro Norte, Centro Sul e Novo Centro, este último ao lado do centro histórico. O inciso IV do artigo 101 traz a seguinte proposta: “manter o centro histórico com a preservação da memória histórica, cultural e arquitetônica” (LONDRINA, 2008), e ainda outra proposta no inciso V do mesmo artigo: “criar condições para a implementação de um centro multifuncional, de forma a possibilitar a extensão das atividades econômicas características da área central, sem a descaracterização do centro histórico”.

Art. 104. Fica instituído o Macrozoneamento Urbano do Distrito Sede de Londrina que institui:

[...]

III. a Macrozona Urbana do Centro Histórico, que corresponde ao núcleo histórico central da cidade de Londrina e tem como objetivo a preservação da memória histórica, cultural e arquitetônica e a utilização daquele espaço para as atividades de lazer e turismo, além das atualmente instaladas. (LONDRINA, 2008, p. 40).

Todavia, tal postura do poder público municipal tem conduzido o centro principal a certos arquétipos como o que ocorre em outras cidades brasileiras, geralmente metrópoles, antecipando no caso de Londrina um direcionamento do centro principal ao mesmo tempo em que cria um centro imbuído de capital simbólico. Ao contrário das justificativas da degradação como se vê, são os processos de descentralização da cidade que têm conduzido a redefinição do papel do centro principal de Londrina. Aliado a essas prerrogativas do governo municipal e às demais áreas que desempenham outras centralidades, o centro principal ainda é visto como útil, podendo ser aproveitado pelo seu valor estratégico, no que tange a visão imobiliária que apropria de sua imagem.

Tourinho (2007, p. 11) em seu trabalho sobre São Paulo *Do Centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais* defende a necessidade de novas definições para velhos termos, pois “nesta proliferação de centros se consuma o fato de a centralidade ter deixado de ser atributo exclusivo do centro”, uma vez que este foi a própria cidade durante certo tempo. A situação atual é mais complexa, pois Tourinho (2007, p.12) afirma que estas novas centralidades são “espaços urbanos que podem atuar de forma similar àqueles centros funcionalmente” com uma concentração de atividades semelhantes àquelas ditas centrais, “sem, no entanto, apresentarem outros componentes de identidade do Centro”, como sua característica histórica.

Por outro lado, os processos de descentralização também têm ampliado as diferenças sociais com a criação de outras oportunidades de ganhos de capital, voltados para determinadas classes sociais, segmentadas espacialmente. O centro principal por ser o local mais frequentado, principalmente pelas camadas populares que trabalham nesta porção da cidade, tornou-se o lugar emergente de uma forte tendência da oferta do comércio popular. Ribeiro (2010, p. 73) comenta que “o comércio de Londrina passou por várias mudanças desde sua fase inicial de desenvolvimento (década de 1940)”, e que embora existam outras áreas comerciais, o centro é a porção da cidade com maior diversidade comercial e número de estabelecimentos, mas que também concentra as atividades informais.

Paralelo ao desenvolvimento do comércio formal ocorre, também no centro, o desenvolvimento das atividades comerciais informais. O comércio informal, representado pelos camelôs, é, muitas vezes, uma alternativa ao desemprego. [...] Tem-se, então, um dilema complexo envolvendo o desemprego e a ilegalidade. (RIBEIRO, 2010, p. 114-115)

O Camelódromo, também chamado de “shopping popular” como afirma Chiliga (2004), foi instalado em 2003, localizado na Rua Sergipe esquina com a Rua Mato Grosso. Ribeiro (2010, p. 46) destaca que a criação de um espaço para os camelôs “suruiu como uma solução para a retirada dos trabalhadores informais que ocupavam as ruas da região central da cidade”, o que deu “origem a vários outros empreendimentos similares espalhados por todo centro de Londrina”. Nesse sentido, logo após a instalação do Camelódromo, Chiliga (2004) chama a atenção para pequenos agrupamentos de lojas também foram instalados nas proximidades do *Royal Plaza Shopping*, além dos trechos da Rua Sergipe, Rua Mato Grosso, Avenida São Paulo, Avenida Rio de Janeiro e em outras vias.

Com a criação do Shopping Popular, começou surgir em Londrina as galerias, que possuem estrutura muito parecidas com o mesmo. Com a transferência dos camelôs da avenida São Paulo para o Shopping, houve a criação da galeria São Vicente, na rua São Vicente próximo ao terminal urbano. Atualmente, já foram criadas a galeria Mato Grosso na rua Mato Grosso, ao lado do Shopping Popular e está sendo construída na a Galeria Canaã na rua Sergipe em frente ao mesmo. Nas galerias que já estão funcionando pudemos observar que a maioria das mercadorias comercializadas são falsificações de marcas famosas, assim como no Shopping Popular. (CHILIGA, 2004, p. 78)

Em várias cidades brasileiras tem sido comum atribuir o senso de decadência do centro principal pela incidência do comércio popular em razão da aplicação de menores investimentos a localidade, o que, no entanto, Villaça (2001) entende essa condição como uma distorção ideológica.

Aquilo que se chama ideologicamente de “decadência” do centro é tão somente sua tomada pelas classes populares, justamente sua tomada pela maioria da população. Nessas condições, sendo o centro realmente da maioria, ele é o centro *da cidade*. (VILLAÇA, 2001, p. 283).

A figura 34 mostra a movimentação de pessoas na área comercial do centro, na esquina da Rua Sergipe com a Avenida São Paulo.

Figura 34 – Comércio popular na Rua Sergipe esquina com a Avenida São Paulo.



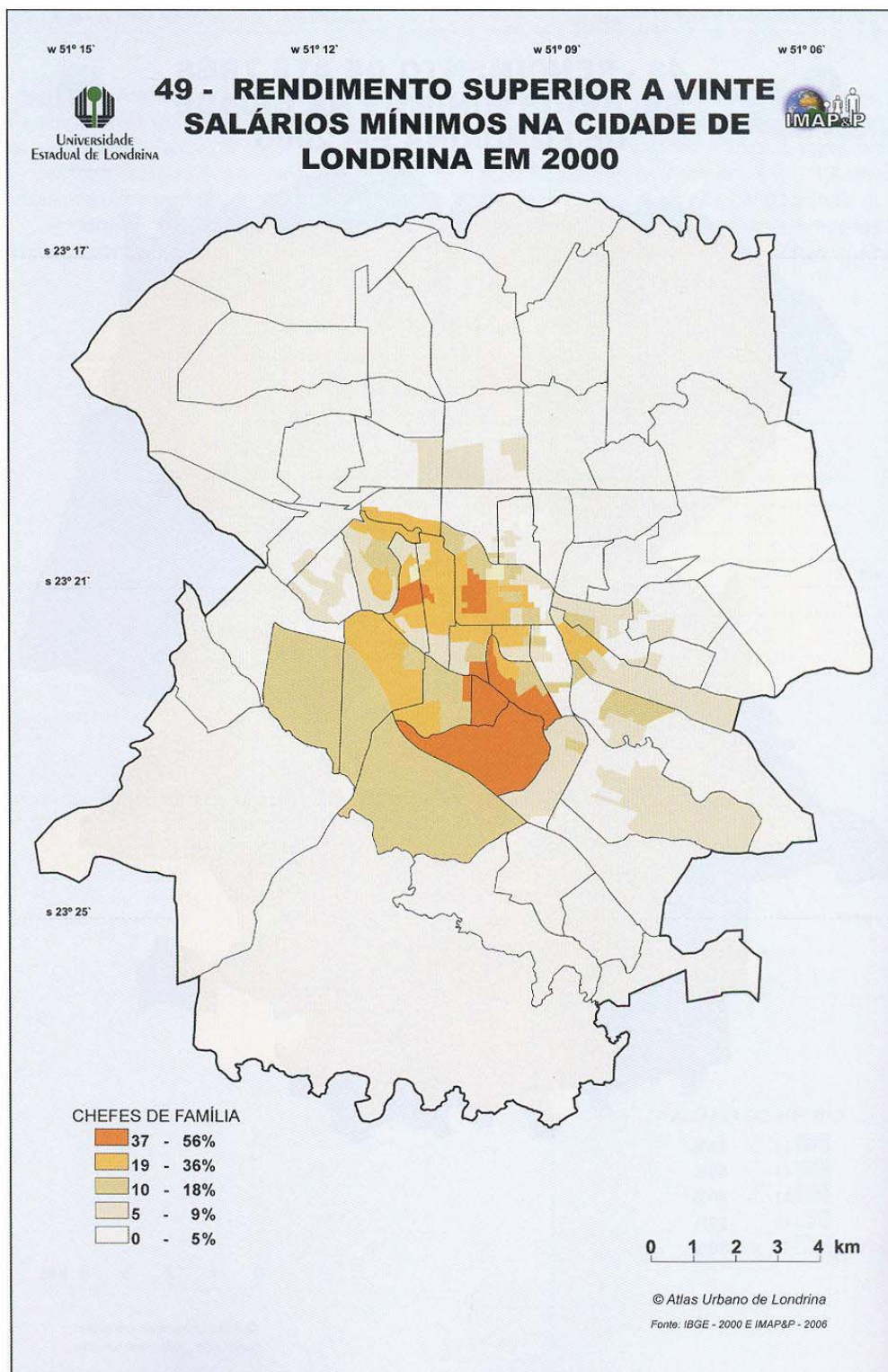
Foto: Rei Santos.

Fonte: ZANON, 2012b, p. 28.

Para além dos aspectos que envolvem a ideologia da ocupação do espaço urbano, outros termos como abandono também não se justificam no caso do centro de Londrina nos anos 2000, pois ainda grande parte da população urbana mora no centro, principalmente na área entre as avenidas Higienópolis e Juscelino Kubitschek em que há uma grande concentração de condomínios residenciais verticais. De acordo com Archela e Barros (2009, p. 120), no Atlas Urbano de Londrina com base no Censo Demográfico do IBGE para o ano de 2000, o bairro “Centro Histórico apresenta os maiores valores de densidade demográfica e é circundado por uma semicoroa bem definida, de oeste para leste”. Também no mesmo Atlas, parte dos setores censitários do bairro Centro Histórico concentrava chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos (figura 35), de acordo com o Censo Demográfico no ano de 2000, embora outras localidades em Londrina já demonstrassem maior incidência dessa concentração salarial, como apontado por Archela e Barros (2009).

Com o estabelecimento de vários condomínios residenciais fechados e loteamentos e áreas de uso agrícola em parte da região sul-sudoeste, como nos bairros Esperança, Palhano, Vivendas do Arvoredo e Chácaras São Miguel, a situação atual (2006) é diferenciada em relação aos dados coletados pelo Censo em 2000. (ARCHELA; BARROS, p. 2009, p. 129).

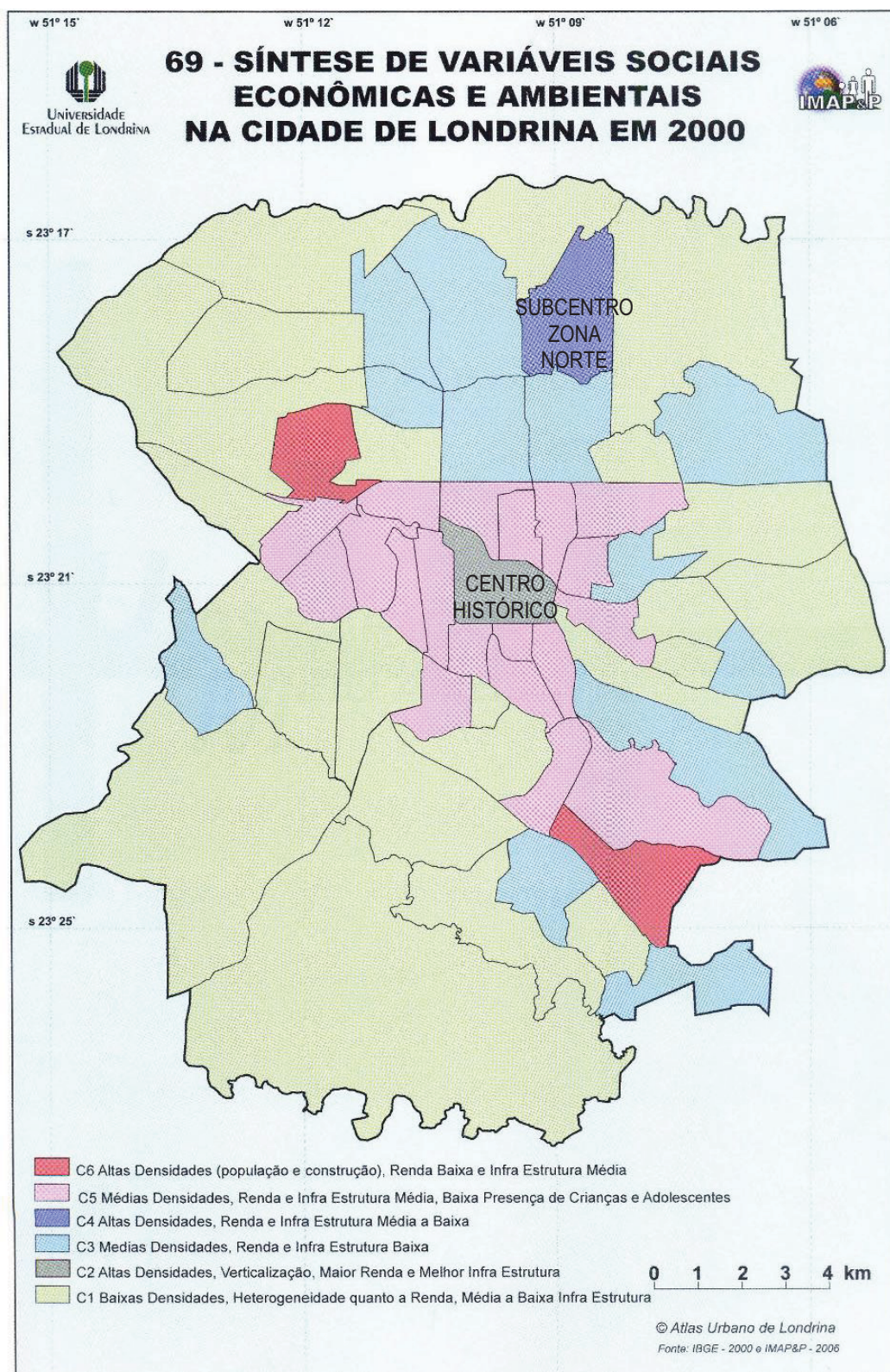
Figura 35 – Rendimento superior a vinte salários mínimos na cidade de Londrina.



Fonte: ARCHELA; BARROS, 2009, p.132.

No Atlas, a síntese de variáveis sociais, econômicas e ambientais caracterizam o centro histórico de Londrina para o ano de 2000 como a localidade de altas densidades, verticalização, maior renda e melhor infraestrutura (figura 36).

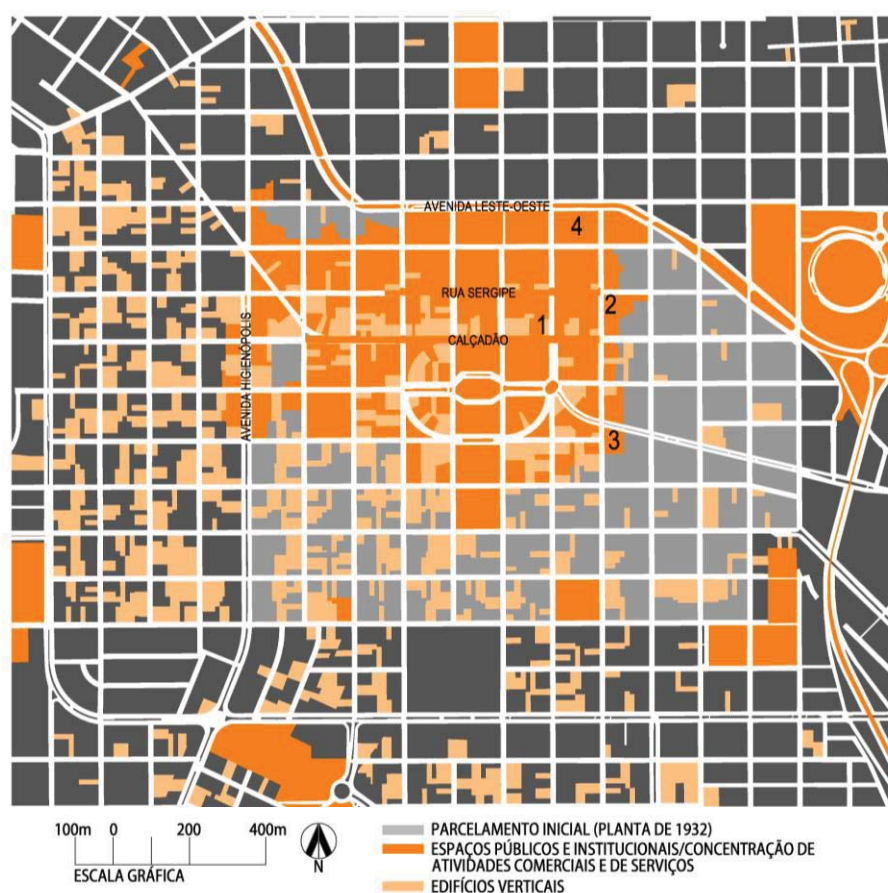
Figura 36 – Síntese das variáveis sociais, econômicas e ambientais na cidade de Londrina.



Fonte: ARCHELA; BARROS, 2009, p.163.

A figura 37, a seguir, mostra o centro na década de 2000, já bastante verticalizado embora com poucos edifícios construídos neste decênio, além disso, há também o acréscimo de áreas comerciais como o *Shopping Popular* (Camelódromo) e a Praça Tomi Nakagawa que preencheu a parcela restante do antigo pátio ferroviário desativado na década de 1980.

Figura 37 – Centro Principal de Londrina na década de 2000.



Centro de Londrina na década de 2000

1- Teatro Ouro Verde: reforma e adaptação total para funções de teatro – reinauguração em 28/12/2002;
2- Camelódromo, também chamado de “*Shopping Popular*” inaugurado em 18/01/2003;
3- Sede da Casa de Cultura da UEL com funcionamento entre 2004 e 2012;

4- Construção da Praça Tomi Nakagawa no antigo pátio ferroviário e inaugurada em 22 de junho de 2008 em comemoração aos 100 anos da imigração japonesa no Brasil.

Fonte: Mapa base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

A figura 38 traz algumas vistas de edificações e espaços públicos que se destacam na década de 2000 no centro principal da cidade.

Figura 38 – Vistas da cidade de Londrina com destaque para algumas edificações na década de 2000.

(A) Teatro Ouro Verde



Fonte: da autora, 2005

(B) Camelódromo de Londrina



Foto: Paulo Wolfgang, 04/09/2004
Fonte: WOLFGANG, 2004, p.3

(C) Praça Tomi Nakagawa.



Foto: Claudio Seidi Nonaca, 2008
Fonte: NONACA, 2014.

A semelhança na estruturação urbana da cidade de Londrina nas décadas de 1990 e 2000 refere-se a articulação ainda hierárquica do centro principal com as demais centralidades que se constituem e que se somam de períodos anteriores. O centro permanece preponderante com o incremento de atividades no setor terciário e sedes do setor financeiro, sendo que os transportes também reforçam sua centralidade pela referência dos empregos e pela diversidade de funções que o centro agrupa. Entretanto, o início da década de 2010 mostra o início de processo de complexificação da estrutura urbana da cidade, com a formação de novas áreas de centralidade.

4.3 EVIDÊNCIAS DA CENTRALIDADE REPRESENTATIVA DO CENTRO PRINCIPAL

No início da década de 2010 a expansão urbana de Londrina torna bastante evidente a tendência de dispersão e de descentralização com a criação de mais novas áreas de centralidade. Ao traçar um comparativo entre os censos demográficos de 2000 e 2010, nota-se claramente o aumento significativo da população residente nas demais regiões, enquanto a região centro teve um pequeno acréscimo. No Censo Demográfico do ano de 2000, a região centro, que possuía 84.733 habitantes, a segunda mais ocupada após a região norte com 106.759, passa para quarta posição no Censo Demográfico de 2010, com 86.114 habitantes, como mostra a tabela 2.

Tabela 2 – População por Regiões da Área Urbana da cidade de Londrina.

| Regiões da área urbana | Censo 2000 | Censo 2010 | Crescimento |
|------------------------|----------------|----------------|---------------|
| Norte | 106.759 | 126.305 | 18,31% |
| Leste | 80.247 | 94.407 | 17,65% |
| Oeste | 82.723 | 88.578 | 7,08% |
| Centro | 84.733 | 86.114 | 1,63% |
| Sul | 70.234 | 84.308 | 20,04% |
| Entorno das regiões | 0 | 4.744 | 100,00% |
| TOTAL | 424.696 | 484.456 | 14,07% |

Fonte: Censo Demográfico de 2000 organizado por LONDRINA, 2009, 14. Censo Demográfico de 2010 organizado por LONDRINA, 2013a, p. 75.

De certo modo, o aumento de população nas regiões urbanas de Londrina está correlacionado ao processo de urbanização, seja com a ocupação de novas áreas ou mesmo reocupação daquelas existentes. Nesse processo de expansão também fica nítida a emergência de novos polos de atração, o que Sposito (1991, p. 7) destaca que o centro principal e cada um dos outros ‘centros’ “desempenha um papel de concentricidade, ou seja, para diferentes setores da cidade e para diferentes escalas de atuação/ atração, é uma área de interesse de convergência”. Em Londrina, além das áreas de centralidade existentes, somam-se, no início da década de 2010, o empreendimento do *Londrina Norte Shopping* na zona norte da cidade, o *Boulevard Londrina Shopping* como parte do Complexo Marco Zero, nas proximidades do centro principal e a polarização urbana com a instalação da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) a leste.

O *Londrina Norte Shopping* foi inaugurado em novembro de 2012 em terreno próximo ao Terminal Urbano Milton Gavetti. O empreendimento se instalou em uma área de vazio urbano com acesso facilitado por vias estruturais que se interligam o centro principal e o subcentro da zona norte na Avenida Saul Elkind. O shopping conta com “33 mil metros m² de Área Bruta Locável (ABL), 8 âncoras e 01 megaloja, 150 lojas satélites e 23 operações de alimentação, 06 salas de cinema, sendo 3 salas 3D, Games, 01 hipermercado e 1500 vagas de estacionamento” (LONDRINA NORTE SHOPPING). A figura 39 mostra a construção do *Londrina Norte Shopping* no ano de 2012. Ao fundo vê-se o centro principal de Londrina, característico pela verticalização concentrada.

Figura 39 – Construção do *Londrina Norte Shopping* na zona norte da cidade.



Fonte: LONDRINENSE1934, 2012.

Todavia, a construção do *shopping* incrementou a valorização imobiliária da região que já passava por este processo proveniente da formação de vazios urbanos, principalmente entre a zona norte e o centro principal. Beidack (2009, p. 145) contextualiza que o poder público ao implantar os conjuntos habitacionais deixou grandes áreas vazias que, depois de serem dotadas de infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo, passaram por um “processo de intensa especulação imobiliária e forte expectativa de valorização, o que permitiu elevada renda para os que negociam com o solo urbano”.

Já o empreendimento do Complexo Marco Zero, ao lado do Terminal Rodoviário José Garcia Villar, tem trazido influências de mudanças diretamente na dinâmica do centro principal. O empreendimento do Complexo Marco Zero ocupa o terreno da antiga indústria Anderson & Clayton, depois Indústria Coimbra, localizada em área considerada periférica ao centro nas primeiras décadas da cidade, sendo atendida pela linha férrea. Com a transferência da ferrovia na década de 1980 e a expansão urbana, a atividade industrial tornou-se incompatível nesta parte da cidade, sendo que as grandes dimensões do terreno tornaram-se ponto estratégico para uma nova ocupação.

A referência histórica da área está também no antigo acesso da rodovia vindo do município de Ibiporã pela Estrada dos Pioneiros que continuava pela Avenida Paraná e, ao primeiro acampamento da expedição de implantação de Londrina pela CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná), no final da década de 1920, localizado nas proximidades do Córrego Água das Pedras. Bortolotti (2007) descreve o relato do Sr. Erwin Frölich, publicado na revista *A Pioneira* de 1949 sobre o acampamento.

O local 'Flor d'água' é a nascente do rio das Pedras, também chamado de Três Bocas, pelas três nascentes do rio, onde hoje está o monumento do marco zero, localizado na Avenida Theodoro Victorelli próximo à rodoviária. Acampados ali, partiam para a derrubada dos primeiros 10 alqueires que estavam à distância de 2 quilômetros do atual centro da cidade. (BORTOLOTTI, 2007, p. 71).

No entanto, essa região que hoje está ao lado do centro principal, cresceu de modo desordenado sem uma diretriz de expansão, principalmente nas proximidades do Córrego Água das Pedras que passou a ter uma concentração de população de renda média e baixa que se instalou inclusive nas áreas de fundo de vale, com acesso pela Avenida Theodoro Victorelli e Avenida Santa Mônica. Na verdade, se num primeiro momento essa porção da cidade não era vista com interesse, no momento posterior se torna valorizada por conta do empreendimento do Complexo Marco Zero, o que de certo modo, também repercutiu em um impacto social, gerando uma espécie de "gentrificação" (RIGOL, 2010) pela ação imobiliária.

O complexo, ainda em construção, conta com lojas de departamento, o *Boulevard Londrina Shopping* inaugurado em maio de 2013, e a previsão de um centro de convenções, torres residenciais e comerciais, além da ação do poder público com a construção do Teatro Municipal, a partir do projeto realizado mediante concurso nacional no ano de 2007.

Segundo o empresário Raul Fulgêncio, além do shopping, há ainda uma filial já em funcionamento da Leroy Merlin, projeto da sede do almejado Teatro Municipal e ainda uma área destinada à construção de 18 edifícios, que devem ser erguidos pela A.Yoshii. “Estamos pensando no conceito de que a pessoa pode ter tudo perto de casa, ganhando tempo, por exemplo, com deslocamentos”, diz. A expectativa é de que o investimento total, só no complexo, chegue à casa de R\$ 1 bilhão. (RECH, 2013).

A figura 40 mostra a proposta do Complexo Marco Zero. No canto superior esquerdo da imagem, tem-se um remanescente de mata do Marco Zero com acesso pela Avenida Theodoro Victorelli, e logo atrás, o bairro popular como testemunho dos contrastes de ocupação na região. Na porção inferior da imagem pode-se ver a proposta de implantação do Teatro Municipal.

Figura 40 – Projeto do Complexo Marco Zero em Londrina.



Fonte: FELTRIN, 2010.

Na verdade, o projeto do Teatro Municipal, de cunho público, incrementa a proposta do Complexo Marco Zero, dando-lhe mais visibilidade e maior valorização imobiliária. Musilli (2007, p. 4) comenta que “o Teatro Municipal será construído num terreno de cerca de 20 mil metros quadrados no Condomínio Marco Zero, área histórica da zona Leste”. E ainda complementa que este “condomínio abrigará, também, uma série de empreendimentos de alto padrão”.

De certo modo o projeto do Teatro Municipal e do Complexo Marco Zero também se apropriam da relação histórica com o centro principal da cidade, sendo que ironicamente, o único elemento histórico que é aproveitado de fato é uma antiga chaminé incorporada pelo projeto do Teatro Municipal. A Figura 41 mostra uma perspectiva do projeto vencedor do concurso do Teatro Municipal de Londrina promovido pela Prefeitura Municipal de Londrina e organizado pelo IAB-PR (Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Paraná).

Figura 41 – Projeto vencedor do concurso para o Teatro Municipal em Londrina.



Fonte: NIEVES, 2007, p. 15

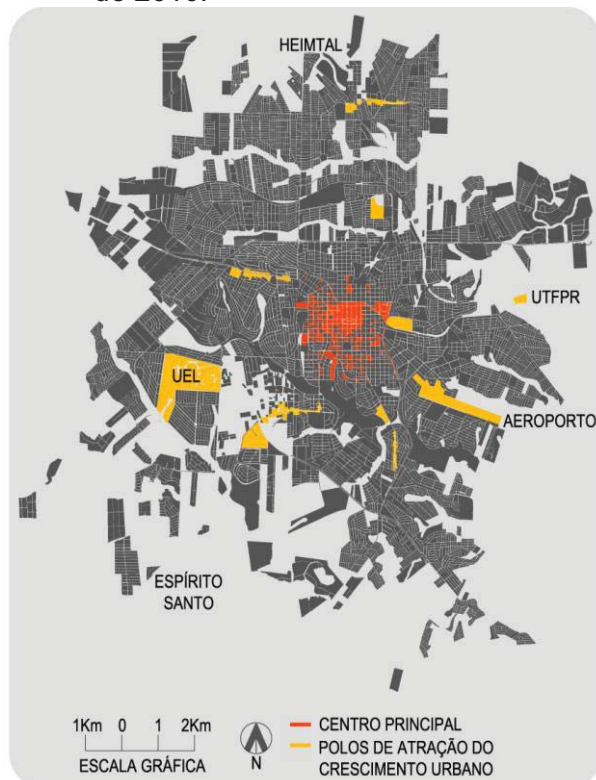
Não menos importante, mas aliado ao projeto do Complexo Marco Zero, o processo de valorização da terra na região leste de Londrina já havia sido iniciado anteriormente com a implantação do câmpus da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) na Avenida dos Pioneiros no ano de 2010. De acordo com a UTFPR-Londrina (2014), a instituição funcionou provisoriamente de 2007 a 2009, no prédio do IPOLON, com acesso pela Rua Alagoas, na área central da cidade. Atualmente, o câmpus Londrina oferta seis cursos de graduação, três

cursos de mestrado e cursos de especialização. Ainda a amarração do centro com a zona leste no acesso pela Avenida dos Pioneiros e continuidade pela Avenida Leste-oeste tende a ser mais intensa com a previsão de implantação do sistema de BRT (*Bus Rapid Transit*) ou Transporte Rápido por Ônibus em canaletas específicas nesse eixo, o que, também tende a incidir sobre a alteração do uso e ocupação do solo, principalmente no entorno das estações desse sistema de mobilidade urbana.

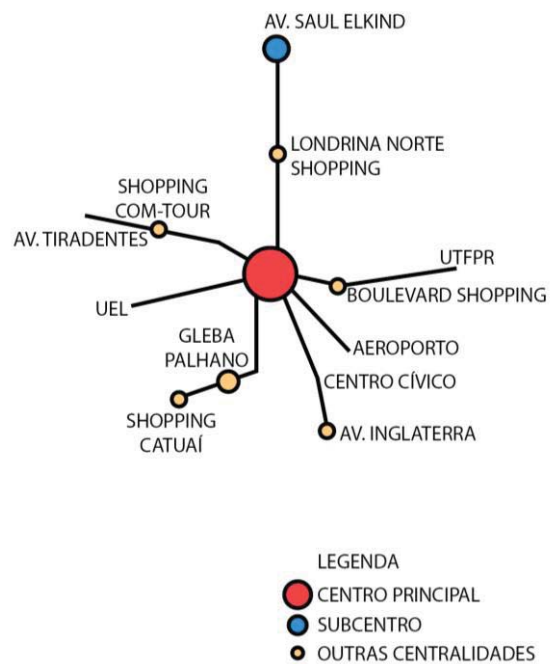
De modo geral, a estrutura urbana de Londrina no início da década de 2010 já se mostra mais complexa pelo processo de descentralização com o acréscimo de outras centralidades mais recentes, além da constituição do subcentro na zona norte da cidade e a formação de uma forte centralidade na região da Gleba Palhano. Enquanto isso, o centro continua sendo principal no processo de estruturação urbana, pois até então, nenhuma das outras áreas de centralidade substitui o Centro em seus atributos. A figura 42 traz a estrutura urbana de Londrina no início da década de 2010.

Figura 42 – Evolução urbana da cidade de Londrina no início da década de 2010 e o esquema da estrutura urbana correspondente.

(A) Evolução Urbana no início da década de 2010.



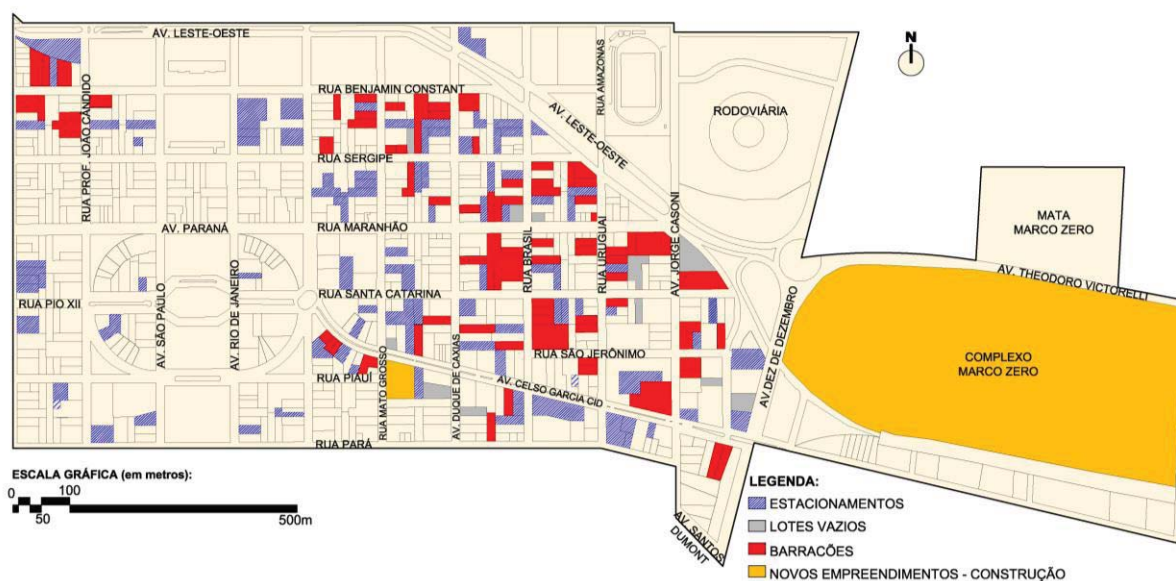
(B) Estrutura Urbana no início da década de 2010.



Fonte: Base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

No centro, o processo de apropriação do valor histórico e pelas vantagens locacionais iniciado em décadas anteriores fica mais evidente, principalmente pela possibilidade de substituição de usos de prestação de serviços em barracões e áreas de estacionamento com novos empreendimentos. No trabalho de Shigeharu (2011)², o levantamento realizado no ano de 2011 (figura 43), mostra que grande parte da porção leste do quadrilátero do centro principal possui edificações ou espaços de fácil substituição, como estacionamentos, barracões ou mesmo terrenos vazios. Até então, essa área representa um baixo índice de ocupação por população residente como no restante do centro e pouco visada pelo capital.

Figura 43 – Usos de barracões, estacionamentos e lotes vazios presentes no quadrilátero central.



Fonte: SHIGEHARU, 2011, p. 212.

Com o empreendimento do Complexo Marco Zero, esse intervalo criado entre a localidade do Calçadão com o *Royal Plaza Shopping* se torna revalorizada, pois as dimensões dos terrenos ainda favorecem empreendimentos de grande porte, inclusive os verticais devido aos parâmetros urbanísticos da lei de zoneamento do uso e ocupação do solo urbano em vigor (LONDRINA, 1998). Já na nova proposta da lei de zoneamento, de acordo com o Projeto de Lei nº. 228/2013

² Trabalho Final de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifil orientado por Elisa Roberta Zanon no ano de 2011.

(LONDRINA, 2013b), os índices são menores, mas ainda incentivam a verticalização. Também, retomando a lei do PDPML (Plano Diretor Participativo do Município de Londrina) aprovado em 2008, esta área entre o Complexo Marco Zero e o Calçadão é instituída como “Macrozona Urbana do Novo Centro” no inciso IV do artigo 104 (LONDRINA, 2008), atendendo a uma espécie de expansão das atividades do centro, a fim de manter os investimentos nessa porção da cidade.

a Macrozona Urbana do Novo Centro, que corresponde às áreas situadas entre o Centro Histórico, a Avenida Dez de Dezembro, a Avenida Celso Garcia Cid, a Avenida Leste-Oeste e o Terminal Rodoviário e tem por objetivo a criação de uma nova centralidade de atividades comerciais, empresariais e de entretenimento, assim como residenciais, permitindo a expansão da área central, **garantindo a vitalidade do Centro Histórico**. (LONDRINA, 2008, p. 41, grifo nosso).

Ainda, na mesma lei de Londrina (2008, p. 59), o artigo 146 trata das finalidades das Operações Urbanas Consorciadas que são “o conjunto de intervenções coordenadas pelo Município, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados” para promover “transformações urbanísticas estruturais”, além de melhorias sociais, sendo que, de acordo com Londrina (2008, p. 59, grifo nosso), o inciso II do artigo 147 especifica a operação urbana consorciada em Londrina para “otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de porte e reciclagem de áreas consideradas subutilizadas, anel do emprego e **novo centro**”. Nesse sentido, em que pese os marcos regulatórios de instância relevante para organização das cidades como é o Plano Diretor Municipal, esta área do centro, ocupada em grande parte pelo uso de barracões e estacionamentos, tende a passar por transformações espaciais, o que possivelmente trará uma nova fisionomia a esta parte do centro.

Nessa lógica de ocupação da porção leste do centro principal, cita-se o *Smartcity Mayrink Góes*, um empreendimento residencial localizado no terreno da antiga Concessionária de Carros Ford – Mayrink Góes, depois Casa de Cultura da Universidade Estadual de Londrina no período entre 2002 e 2010. A figura 44 a seguir mostram propagandas do empreendimento *Smartcity Mayrink Góes* que incorpora o nome da antiga concessionária e o apelo chamativo às vantagens de se morar no centro principal de Londrina. O empreendimento, de acordo com a Bascol (2014), lista as seguintes condições favoráveis do centro: Mix de lojas, *shopping*

centers, supermercados e serviços, proximidade com aeroporto e terminal rodoviário, centros de eventos, convenções e negócios, centro comercial e financeiro, e ainda pontos turísticos e históricos como museus, igrejas, bibliotecas e teatros.

Figura 44 – Exemplo de propaganda de novos empreendimentos no centro principal de Londrina: *Smartcity Mayrink Góes*.



Por que morar no CENTRO?

- Mix de lojas, shopping centers, supermercados e serviços.
- Os melhores bares e restaurantes da cidade.
- Aeroporto e Rodoviária próximos ao Centro.
- Centro comercial-financeiro de Londrina.
- Hoteleira, Centros de Eventos, Convenções e Negócios.
- Pontos turísticos e históricos como Museus, Igrejas, Bibliotecas, Teatros, entre outros.




Av. Celso Garcia Cid, 198 (esquina com Mato Grosso)

MAPA ILUSTRADO



VEJA NO GOOGLE MAPS

VIVER NO CENTRO É TUDO

O centro de Londrina é o coração do novo. Uma região onde a vida pulsa com toda intensidade e a cidade oferece o que tem de melhor. É neste cenário marcante e completo que a Bascol apresenta o Smartcity Mayrink Góes.



Supermercado Musamar



Catedral de Londrina



Restaurante Dã Licença



Calçadão

| | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> 01 - Ed. Mayrink Góes 02 - Rodoviária 03 - Complexo Marco Zero 04 - Shopping Royal Plaza 05 - Ed. Júlio Fuganti 06 - Supermercado Musamar 07 - Teatro Ouro Verde 08 - Ed. do Relógio 09 - HSBC | <ul style="list-style-type: none"> 10 - BB 11 - Caixa 12 - Biblioteca 13 - Correios 14 - Pernambuco 15 - Catedral 16 - Colégio Mãe de Deus 17 - Hotel Bourbon |
|--|---|

Fonte: BASCOL BRASIL, 2014.

Outro exemplo que se apropria das vantagens do centro principal é da construtora Quadra para o lançamento de um empreendimento residencial na esquina das ruas Benjamin Constant e Rua Hugo Cabral, nas proximidades do Terminal Urbano, numa área antes ocupada por estacionamento de carros. A figura 45 mostra a propoganda do empreendimento residencial Aquajardim, com o chamativo “Morar no centro é tudo de bom!”.

Figura 45 – Exemplo da propaganda de novos empreendimentos no centro.

Um bellissimo projeto com a leveza do verde só para combinar com a proposta do projeto Aqua da Quadra, que é o maior sucesso imobiliário do mercado regional.


O Aquajardim reúne uma fachada contemporânea, espaços bem distribuídos, lazer completo com mini quadra poliesportiva, piscina adulto e infantil, academia, gourmet festas, brinquedoteca, grill e muito mais. Não é sempre que surge um empreendimento tão completo e tão bem localizado como o Aquajardim.

Sua próxima moradia será perfeita porque já vem com a marca da Quadra, uma das melhores e mais respeitadas construtoras do sul do país. O novo projeto da linha Aqua, que é o maior sucesso imobiliário, fica em um endereço dos mais recomendados para moradia: Rua Prefeito Hugo Cabral.

Com tantas coisas boas, a vida, que já é boa, certamente será ainda melhor no Aquajardim.

Morar no centro é tudo de bom!

Plantão
(43) 3371-3070

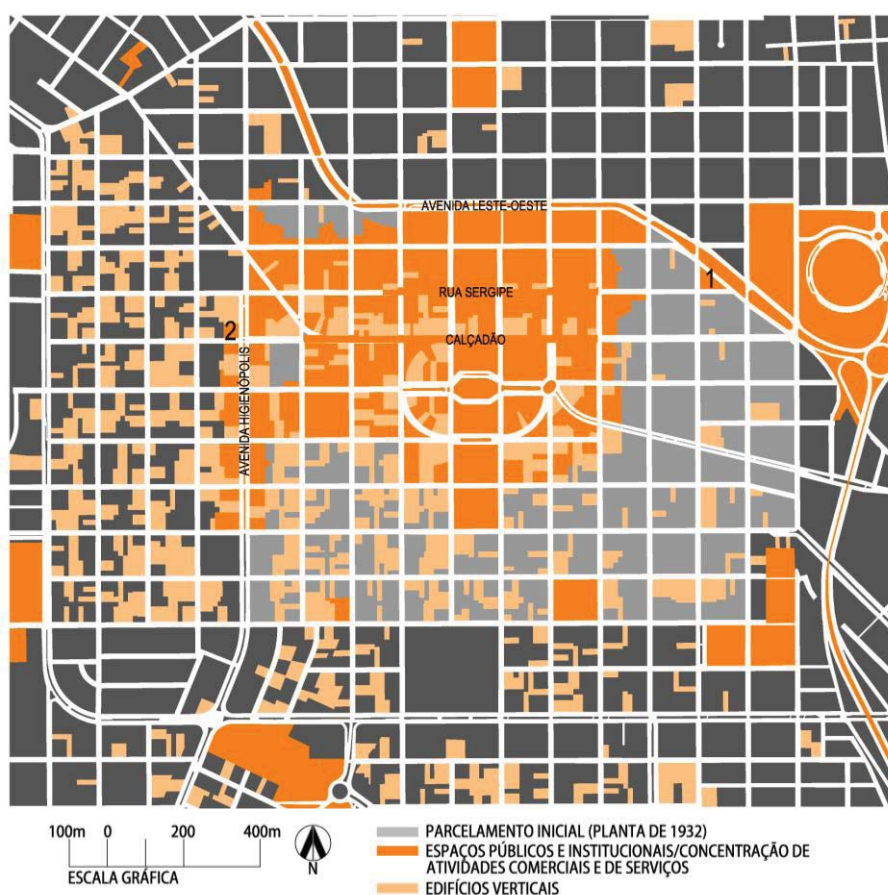


Fonte: QUADRA, 2014.

No centro propriamente dito, no início da década de 2010, poucos são os acréscimos em relação ao período anterior. Somam-se, portanto, alguns edifícios verticais residenciais e a instalação do Centro Cultural do Sesc no prédio do antigo cadeião construído na década de 1940, localizado na Rua Sergipe e próximo ao Terminal Rodoviário. Interessante observar que a localidade do antigo cadeião antes era considerada uma área periférica da cidade, próxima a linha férrea e às indústrias (Mortari, Anderson & Clayton e outras), nas vistas da zona do meretrício da Vila Matos substituída pelo Terminal Rodoviário José Garcia Villar nos anos de 1980. Hoje o cadeião está no centro principal, na área de valorização entre o Calçadão e o Complexo Marco Zero.

Ainda nesta proposta de preservação do patrimônio cultural, cita-se o tombamento do Palacete da Família Garcia pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural do Paraná (CEPHA-PR), no ano de 2011. A edificação foi construída em 1947 no alto da Avenida Higienópolis e tornou-se emblemática com o passar das décadas por representar o tempo áureo da economia local pela produção do café. Na verdade, o palacete também remete a um exemplar do conjunto das casas de elite que ocupavam a avenida, sendo que, a grande maioria foi substituída por prédios de grande porte. A figura 46 mostra o centro principal no início da década de 2010.

Figura 46 – Centro Principal de Londrina no início da década de 2010.



Centro de Londrina no início da década de 2010

1- Centro Cultural do SESC no antigo cadeião de Londrina construído na década de 1940.

2- Tombamento do Palacete da Família Garcia pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural do Paraná (CEPHA-PR) no ano de 2011.

Fonte: Mapa base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

Figura 47 – Vistas da cidade de Londrina com destaque para algumas edificações no início da década de 2010.

(A) Reuso adaptativo do antigo cadeião para Centro Cultural do Sesc.



Fonte: da autora, 2014.

(B) Palacete da Família Garcia – tombamento Estadual no ano de 2011.

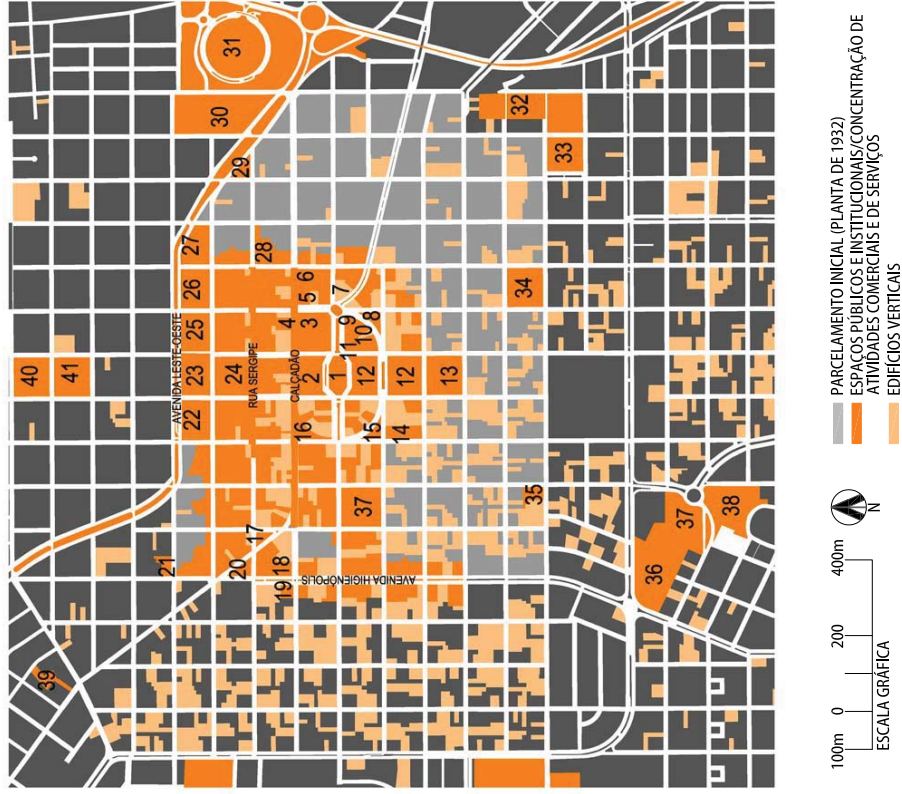


Fonte: da autora, 2014.

O início da década de 2010 mostra o centro principal de Londrina numa posição diferente de antes na estrutura urbana, frente ao processo de descentralização iniciado nas décadas anteriores. As condições de centro representativo se ampliam ao mesmo tempo em que sua utilidade e nodalidade na estrutura urbana ainda o fazem ser o centro principal. Também, pode-se entender que este centro principal não é homogêneo em suas características, sendo possível distinguir concentrações e predominâncias a partir de sua evolução urbana.

De modo geral, o Centro para a cidade de Londrina conformou-se, por certo tempo, em parte da Planta de 1932, na área da Avenida Paraná, e proximidades da Catedral e ruas adjacentes, como Rua Sergipe, Avenida Rio de Janeiro, Avenida São Paulo e outras. Com a verticalização, a instalação de instituições (públicas e privadas) e o crescimento da área comercial e de prestação de serviços, a ideia de Centro praticamente traz uma imagem ampliada. Ao se considerar uma concentração que abarca a pluralidade de atividades hoje, pode-se dizer que as avenidas perimetrais ao Centro são fortes elementos que o delimitam. A Avenida Juscelino Kubitschek, Avenida Leste-Oeste e Avenida Dez de Dezembro fecham este perímetro do centro com a Rua Manaus à oeste. Obviamente, há também as atividades terciárias tipicamente centrais se estendem como tentáculos ao longo de vias, porém, estas já envolvem outro processo que ocorre de modo especializado, e não como centro principal. A figura 48 mostra o Centro de Londrina.

Figura 48 - Centro Principal de Londrina no início da década de 2010 – principais espaços públicos e institucionais

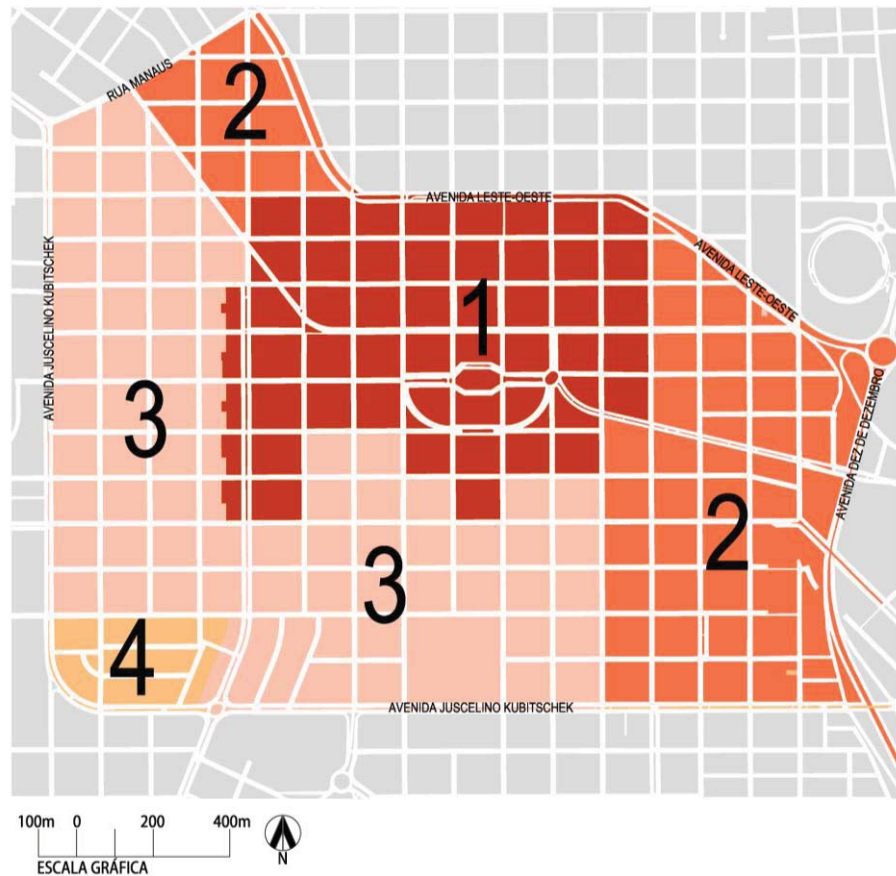


Fonte: Mapa base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

- 1 - Catedral Metropolitana de Londrina (inicialmente igreja de madeira em 1934, substituída pela versão em alvenaria de 1938 a 1943, e depois substituída pela terceira versão construída entre 1966 e 1968)
- 2- Praça Marechal Floriano Peixoto, construída em 1943 (Praça da Bandeira)
- 3- Praça Willie Davids, construída em 1943
- 4- Conjunto Teatro Ouro Verde e Autolôn (obras projetadas pelos arquitetos Vilanova Artigas e Carlos Cascaidi. Ouro Verde - cinema, construído entre 1950-1952 e tombado pelo Patrimônio Estadual em 1997)
- 5- ACLIL (Associação Comercial e Industrial de Londrina)
- 6- Royal Plaza Shopping (1997-1999)
- 7- Complexo Empresarial Oscar Fuganti (1986-1998)
- 8- Praça Primeiro de Maio e Concha Acústica (1957)
- 9- Centro de Saúde de Londrina (1949)
- 10- Secretaria Municipal de Cultura (1984) (prédio construído de 1950 a 1954 para ser a Casa da Criança, inaugurado em 1955)
- 11- Biblioteca Pública Municipal instalada em 1983 no antigo prédio do Fórum construído de 1940-1950
- 12- Praça Marechal Rondon (Bosque) (antigo Passeio Público construído na década de 1940)
- 13- Colégio Mãe de Deus (1938)
- 14- SERCOMTEL – Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina (1964)
- 15- Praça 7 de Setembro, inaugurada em 08 de dezembro de 1954
- 16- Praça Gabriel Martins (1943)
- 17- Praça Presidente Vargas inaugurada em 05 de outubro de 1970
- 18- Caixa d'água Municipal (1955)
- 19- Tombamento do Palacete da Família Garcia pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural do Paraná (CEPHA-PR) no ano de 2011
- 20- Praça XV de Novembro (década de 1970)
- 21- Sesc Londrina (década de 1970)
- 22- Construção do Terminal Urbano de Transporte Coletivo (1988)
- 23- Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss instalado em 1984 no prédio da segunda Estação Ferroviária de Londrina (1946-1950)
- 24- Museu de Arte de Londrina instalado em 1993 no prédio da antiga Estação Rodoviária construída entre 1948 e 1952 e desativada em 1988. Praça Rocha Pombo construída na década de 1950
- 25- Cidade da Criança, chamada de Super Creche (1992) construída no antigo pátio ferroviário (linha férrea desativada na área central da cidade em 1982 – início do macro parcelamento e ocupação do antigo pátio ferroviário com equipamentos sociais e implantação da Avenida Leste-Oeste)
- 26- Construção da Praça Tomi Nakagawa no antigo pátio ferroviário e inaugurada em 22 de junho de 2008 em comemoração aos 100 anos da imigração japonesa no Brasil
- 27- Pronto Atendimento Infantil (1999) construído no antigo pátio ferroviário/ atual PAM (Pronto Atendimento Municipal)
- 28- Camelódromo, também chamado de "Shopping Popular" inaugurado em 18 de janeiro de 2003
- 29- Centro Cultural do SESC no antigo cadeião de Londrina construído na década de 1940
- 30- Estádio Vitorino Gonçalves Dias (VGD), inaugurado em 1956
- 31- Quinta Estação Rodoviária José Garcia Villar construída entre 1979-1988
- 32- Sede da COPEL (Companhia Paranaense de Energia) - Década de 1980
- 33- IEEL (Instituto de Educação Estadual de Londrina) construído nesta localidade na década de 1980
- 34- Santa Casa de Londrina (1941-1944)
- 35- COHAB-LD – Companhia de Habitação de Londrina (1965)
- 36- Colégio Estadual Vicente Rijo, construído nesta localidade na década de 1960
- 37- Ginásio de Esportes do Moringão (1972)
- 38- Área de lazer Luis Borges e anfiteatro do Zerão, construídos próximos ao Lago Igapo na década de 1970, que também incluiu a urbanização do fundo de vale do Córrego do Leme
- 39- Shopping Quintino (década de 1990)
- 40- SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) inaugurado em 11 de agosto de 1950
- 41- Colégio Marcelino Champagnat, construído na década de 1940 para o Colégio Vicente Rijo (depois transferido)

Nesse sentido, dentro do centro principal, pode-se distinguir uma setorização com quatro tipos de atividades predominantes, como mostra a figura 49.

Figura 49 – Setorização e síntese da evolução do Centro Principal de Londrina.



SETORIZAÇÃO

1- Diversidade de atividades. Predominância de espaços públicos e institucionais conjugados ao comércio e serviços.

2- Existência de barracões, estacionamentos e edificações de baixo gabarito.

3- Predominância de edifícios verticais de uso residencial.

4- Predominância de residências unifamiliares, comércio e prestação de serviços.

Fonte: Mapa base IPPUL, dados trabalhados pela autora.

O Setor 1 é a área característica do centro principal pela diversidade que contém, mas com certa predominância de atividades comerciais e de prestação de serviços. Neste se encontra inclusive a prática do comércio informal, como também lojas de departamento, o *Shopping Royal* e o Calçadão. Também estão localizadas neste setor, aproximadamente 30 agências bancárias, além de empresas financiadoras, corretoras de seguros, sedes das superintendências regionais, sedes

de empresas, hotéis, ACIL (Associação Comercial e Industrial de Londrina), prédios empresariais (Complexo Empresarial Oscar Fuganti, Edifício Folha de Londrina, prédio da Acil, Londrina Trade Center, Centro Empresarial Newton Câmara, Center Irene Izabel e outros), cartórios, e atividades institucionais públicas educacionais e culturais como dois museus, espaços culturais (salas históricas do Colégio Mãe de Deus, Planetário e outros), Biblioteca Pública Municipal, Secretaria Municipal de Cultura e segmentos da Casa de Cultura da Universidade Estadual de Londrina. Além destes, é comum o uso misto nos edifícios verticais com o térreo e sobreloja de uso comercial e nos pavimentos superiores a atividade residencial. Somado a estes usos, o setor 1 é o que possui maior fluxo de pessoas, diante da acessibilidade das vias, infraestrutura e a oferta de transporte coletivo, tendo em vista que a localização do Terminal Urbano Central está nesta porção do centro. A figura 50 ilustra algumas atividades e espaços característicos do Centro neste setor de análise.

Figura 50 – Características do setor 1 do centro principal de Londrina.

(A) Calçada de Londrina.



(B) Centro Comercial – edifício multiuso.



(C) Comércio Popular na Rua Sergipe.



(D) Museu Histórico de Londrina.



Fonte: Da autora, 2014.

No setor 2, o centro revela uma área constituída predominantemente pela atividade comercial e de prestação de serviços em barracões, como garagens de carros e atendimentos automotivos, sendo que foram computados cerca de 40 estabelecimentos que usam o terreno para garagens de vendas de carros, como ocorre na foto (B) da figura 51, logo a seguir; além de casas de produtos agrícolas e até mesmo algumas atividades industriais como a Cooperativa Integrada, localizada na Avenida Celso Garcia Cid, como mostra na foto (A). Outras atividades também recorrentes são auto escolas, depósitos e sedes de sindicatos. Encontram-se também algumas atividades de atendimentos institucionais, como a Vila da Saúde, sede da Copel (Companhia Paranaense de Energia), Junta Comercial do Paraná, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), sede da Polícia Militar Rodoviária, Delegacia da Polícia Civil e a Receita Federal. Já o uso residencial é pouco frequente nesta área. A figura 51 mostra imagens da ocupação desse setor.

Figura 51 – Características do setor 2 do centro principal de Londrina.

(A) Cooperativa Integrada.



(B) Garagem e serviços automotivos.



(C) Barracão de serviços.



(D) Barracão de serviços.



Fonte: Da autora, 2014.

Já no setor 3 tem-se o predomínio da verticalização de uso residencial de médio e alto padrão, sendo que a atividade comercial e de prestação de serviços nesta parte do centro constitui-se de modo mais sofisticado para atender a população residente, como confeitarias, boutiques, lojas de objetos de decoração, academias, salões de beleza, restaurantes étnicos, pequenos mercados, escolas de línguas, escritórios de advocacia, agências de turismo, imobiliárias, sedes e *show-room* de construtoras, entre outros. Quanto às atividades institucionais, estas são poucas, podendo ser apontadas neste setor a sede da Cohab-LD (Companhia de Habitação de Londrina) na Rua Alagoas esquina com a Rua Pernambuco, Hospital Santa Casa de Londrina e o Cemitério São Pedro. Neste setor praticamente não há terrenos vazios, sendo comum a demolição de casas térreas para construção de edifícios verticais de uso residencial. Nas figuras 52 e 53 podem-se ver as características desse setor.

Figura 52 – Características do setor 3 do centro principal de Londrina.

(A) Condomínios verticais de uso residencial.



(B) Comércio e Serviços de apoio residencial.



Fonte: Da autora, 2014.

Figura 53 – Características do setor 3 do centro principal de Londrina.

(A) Comércio e Serviços de apoio residencial.



(B) Comércio e Serviços de apoio residencial.



Fonte: Da autora, 2014.

O setor 4 mostra-se como uma variação do setor 3, pois neste continua o uso residencial de alta renda, porém, de edificações térreas e sobrados. Também se encontram escritórios de advocacia, escolas de línguas, imobiliárias, consultórios, estúdios de fotografia, cursos universitários e inclusive a sede institucional do SEDU/Paranacidade (Secretaria do Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná), dentre outros. A localização do setor 4 relativamente distante em relação ao setor 1 e a proximidade com a Avenida Juscelino Kubitschek o faz parecer desconexo do centro, o que, no entanto, já se percebe uma dinâmica de mudanças na adequação das casas para atividades terciárias. Na figura 54 pode-se ver algumas fotos das edificações características deste setor, sendo que na foto (B) fica claro o contraste ao lado do setor 3 verticalizado.

Figura 54 – Características do setor 4 do centro principal de Londrina.

(A) Residência unifamiliar.



(B) Escritório de Advocacia.



(C) Sede de Setor Governamental.



(D) Instituição de Ensino Superior.



Fonte: Da autora, 2014.

O intuito de mostrar uma setorização do centro não implica em dizer que o centro é desprovido de uma característica unificadora, mas sim em revelar que seu espaço é heterogêneo. Ao supor um grau de diversidade de atividades, o setor 1 é o que mais se aproxima da ideia de centro e onde se encontram maiores indícios de uma centralidade representativa pela concentração de elementos simbólicos e úteis para apropriação do capital.

Os demais setores podem ser considerados como periféricos e justapostos ao centro, numa condição de adjacência ainda com atividades institucionais, porém, com fortes tendências de alterações, principalmente, no setor 2 pela concentração de barracões, áreas de estacionamentos que provocam sua fácil substituição, numa área de recente valorização por conta do empreendimento do Complexo Marco Zero, na porção leste, ao lado do centro.

Já no setor 3 a incidência de alterações em sua fisionomia é menor por já estar em sua maioria ocupado pela verticalização residencial. Nesse sentido, não se vêem grandes substituições, exceto pelo aproveitamento ainda de poucos terrenos com a demolição de edificações de pequeno porte para dar lugar aos condomínios residenciais verticais.

O setor 4 possui grandes terrenos ocupados por edificações térreas e sobrados de uso residencial, o que, no entanto, assiste-se nesta parte do centro o processo de expansão da diversidade do setor 1 com a adequação em parte das edificações para funções de serviços de profissionais liberais, como consultórios, escritórios, imobiliárias, escolas de línguas e cursos diversos.

CONCLUSÃO

Após estas reflexões sobre os processos que mudaram e redefiniram o centro principal de Londrina, cabe retomar alguns conceitos já abordados. Dizer que o centro de uma cidade é a localidade de vocação comercial, esta característica por si só não é suficiente para definir o Centro, haja visto que as demais centralidades também concentram atividades terciárias. Afirmar que o centro é o local da governança política, esta não se torna verdadeira, pois nem sempre o centro cívico é coincidente, como em Londrina a partir do final da década de 1970. Aceitar que todo centro de origem deve resultar na proposta de centro histórico, pode também suscitar uma representação parcial daquilo que é real, ou até mesmo ficar restrito a uma delimitação meramente estratégica à especulação imobiliária; generalizar que todo centro é uma área de planejamento da cidade, assim como as demais regiões norte, sul, leste e oeste também não traz em si a essência do centro. Na verdade, o Centro, além de espaço físico, concentra o atributo do social, da representação do todo, o nó da cidade. E mesmo que esta tenha vários outros centros, como afirma Villaça (2001), só existirá um centro principal, sendo aquele que abrange toda a cidade e não somente uma parte da cidade para uma classe específica. Tourinho (2007, p. 23) coloca que “o Centro continua Centro, uma vez que a centralidade do centro não é apenas uma centralidade operativa ou funcional”. É uma **centralidade representativa**. Por fim, coloca que o “centro caracteriza-se como espaço qualificado, não só do ponto de vista funcional, mas também pelos seus aspectos simbólicos e formais”.

No centro, a centralidade é superlativa porque se apresenta como o sinal distintivo de tudo aquilo que no inconsciente coletivo de uma sociedade se aceita como central. [...] É um processo de decantação simbólica, mas também física, com relação a uma área diferenciada e permanente que identifica e hierarquiza a cidade. Por essa razão, essa área nunca pode ser muito extensa, pois a economia de recursos prescinde da extensão e a visualização simbólica é simplificada. (TOURINHO, 2006, p. 287).

Do panorama das fisionomias do centro e da cidade de Londrina para sua organização intra-urbana torna-se possível identificar diferentes arranjos na estruturação urbana. Inicialmente, os processos de expansão da cidade e centralização nas décadas de 1930 e 1940 conduzem a formação do centro como o

local institucional, político e o suporte singular das atividades econômicas. A partir da década de 1970, a urbanização impulsionada por atividades polarizadoras pela expansão urbana tem resultado em processos de descentralização com a constituição de outras áreas de centralidades e a formação de subcentros. O centro por si só possui também uma centralidade ligada ao setor terciário e financeiro, o que, no entanto, essa centralidade também se constitui em outros centros, sendo que a centralidade do centro tende a ser mais representativa. É então, nesse contexto da evolução urbana de Londrina que se verifica as tensões do protagonismo de seu centro principal.

Os estudos aqui apresentados não têm a pretensão de afirmar que toda cidade com certo grau de policentrismo seja uma metrópole, mas também, não se pode dizer que as transformações espaciais desencadeadas por processos de descentralização em Londrina correspondam a estrutura urbana livre das relações de complexidade, como se vêem em outras cidades no contexto nacional ou mesmo em outras localidades.

Por fim, observa-se que até o início da década de 2010, nenhuma das outras áreas de centralidade e subcentro em Londrina superou ainda a centralidade representativa desempenhada pelo centro principal, cabendo no futuro novas pesquisas que possam identificar o curso dessa dinâmica urbana. Neste sentido, o centro ainda é centro.

REFERÊNCIAS

ARCHELA, Rosely Sampaio; BARROS, Mirian Vizintim Fernandes. **Atlas Urbano de Londrina**. 1. ed. Londrina: Eduel, 2009.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

BASCOL BRASIL. **Tudo de novo aqui**. 2014. Disponível em: <<http://www.tudodenovoaqui.com.br/localizacao.php>>. Acesso em: 14 maio 2014.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. 3. ed. Lisboa-Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

BEIDACK, Andréa Rodrigues dos Santos. **Análise da produção do espaço urbano de Londrina: de Cincão à Zona Norte: 1970-2007**. 2009. 260 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2009.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 4. ed. São Paulo: Perspetiva, 2005.

BORTOLOTTI, João Baptista. **Planejar é preciso: memórias do planejamento urbano de Londrina**. Londrina: Midiograf, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMBÉ, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Cambé-PR**. Cambé, 2008.

CAPEL, Horacio. **Filosofia y ciência em la Geografia Contemporanea**. Barcelona: Barcanova, 1983.

CARVALHO, Flávio Augusto de. **A centralidade da Avenida Tiradentes em Londrina**. 2010. 104 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2010.

CASARIL, Carlos Cassemiro. **Meio século de verticalização urbana em Londrina-pr e sua distribuição espacial: 1950-2000**. 2008. 266 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2008.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTELNOU, Antonio. **Arquitetura londrinense: expressões de intenção pioneira**. Londrina: Atrito Art, 2002.

CHILIGA, Dilza de Fátima. **Os reflexos da mudança do Camelódromo para o Shopping Popular**. 2004. 90 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**. Rio de Janeiro, v.4, n.6, p. 61-72, 2007.

COUTINHO, H. Puiggari. **Londrina, Estado do Paraná: 25 anos de sua história**. São Paulo: Edigraf, 1959.

CUNHA, Fábio César Alves da. **A Metrópole de Papel: A representação Londrina Metrópole na institucionalização da Região Metropolitana de Londrina**. 240 fls. 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente. 2005.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 2000.

FELTRIN, Marco. Marco Zero terá Centro de Convenções para 3 mil pessoas. **Bondenews**. Londrina, 13, set. 2010. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-39--118-20100913>. Acesso em: 19 jun. 2014.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. 2. ed São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRESCA, Tânia Maria. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

_____. A área central de Londrina: uma análise geográfica. **Geografia**, Londrina, v.16, n.2, jul/dez. 2007.

GAMBI, Lucio. Chiose alla definizione di centro Storico. **Storia Urbana**, Roma, n. 28, p. 93-99, jul-set. 1984.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**. 4.ed. Lisboa-Portugal: Editorial Presença, 1996. 230 p.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. A reapropriação de bairros da Cidade do México pelas classes médias: em direção a uma gentrificação? In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine. (coord.). **De Volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos.** São Paulo: Annablume, 2006, p. 229-264.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** 2. ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

JOHNSON, James H. **Geografia Urbana.** Barcelona (Espanha): Oikos-tau, 1974.

LABASSE, Jean. Signification et avenir des centres. **Urbanisme**, Paris, n. 120-121, p. 8-17, 1970.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 1. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A revolução urbana.** 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIASH, Jonas. **Londrina Histórica.** 2014. Disponível em: <<http://londrinahistorica.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

LIMA, Fausto C. de. **Prestes Maia em Londrina: Moderno em que sentido?** 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.

LINARDI, Maria Cecília N. **Pioneirismo e Modernidade: a urbanização de Londrina-PR.** 1995. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.

LONDRINA, Prefeitura do Município de. **Londrina: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.** Londrina: Secretaria Municipal de Planejamento/ ASPLAN S/A, 1968.

_____. Lei nº 7.485, de 20 de julho de 1998. Dispõe sobre Uso e a Ocupação do Solo na Zona Urbana e de Expansão Urbana de Londrina, e dá outras providências. **Jornal Oficial do Município de Londrina**, Londrina, 28 jul. 1998. Ano II, nº. 104, p. 14-37.

_____. Lei nº.10.637, de 24 de dezembro de 2008. Institui as diretrizes do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina – PDPML e dá outras providências. **Jornal Oficial do Município de Londrina**, Londrina, 29 dez. 2008. Ano XI, nº. 1.047, p. 18-44.

_____. **Perfil do Município de Londrina 2009.** Londrina: Prefeitura do Município de Londrina, 2009.

_____. **Perfil do Município de Londrina 2013**. Londrina: Prefeitura do Município de Londrina, 2013a.

_____. Projeto de Lei n.º. 228, de 10 de setembro de 2013. Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo no Município de Londrina e dá outras providências. **Câmara Municipal de Londrina**, Londrina, 2013b. Disponível em: <<http://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/projetodetalhe.xhtml?codigoproj=PL002282013&codigo=PL002282013>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

LONDRINENSE1934. **Flickr**. 2012. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/75412759@N06/8260448735/>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

LONDRINA NORTE SHOPPING. **O Shopping**. 2014. Disponível em: <<http://www.londrinanorteshopping.com.br/siteatuailondrinanorte/oShopping/>>. Acesso em 19 jun. 2014.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LUFTI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 87-97.

MELÉ, Patrice. (Re)investir nos espaços centrais das cidades mexicanas. In: BIDOZ-ZACHARIASEN, Catherine. (coord.). **De Volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 197-227.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MENDONÇA, Dafne Marques de. A legislação, o incentivo e limitação à nova arquitetura em Londrina. In: GNOATO, Salvador; MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Arquitetura Moderna em cidades de porte médio, 1940-70**. Londrina: UniFil, 2012a. p. 52-69.

_____. **Redesenho da cidade através da arquitetura: formas modernas em Londrina/PR**. 2012. 259 fls. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2012b.

MENEGHEL, Stella. Iphan estuda tombar obras de Vilanova Artigas em Londrina. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 jul. 2009. Vida e Cidadania . Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=906619>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno: Arquitetura da segunda metade do século XX**. Barcelona-Espanha: Gustavo Gili, 2001.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MUSILLI, Celia. Um teatro para a cidade-arte. In: NAVOLAR, Jeferson Dantas. **Teatro Municipal de Londrina: arquitetura é arte**. 1. ed. Londrina: Midiograf, 2007. p. 3-4.

NAKAGAWARA, Y. Londrina por dentro. **Revista Cartaz**. A História de Londrina 1934-1984, Londrina, n.6, p. 11-18, 1984.

NIEVES, Thiago. Teatro em cenário humano. In: NAVOLAR, Jeferson Dantas. **Teatro Municipal de Londrina: arquitetura é arte**. 1. ed. Londrina: Midiograf, 2007. p. 15-19.

NONACA, Claudio Seidi. Rotas e Destinos. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <http://www2.gazetadopovo.com.br/rotasedestinos/Indicacoes?filter=&pag=9&total_pag=9&city=>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

OSTROWETSKY, Sylvia. Les Centres Urbains. In: GHORRA-GOBIN, C. **Penser La ville de demain**. Qu'est-ce qui Institute la Ville. Paris: l'Harmattan, 1994, p. 41-49.

PASSOS, Viviane Rodrigues de Lima. **A Verticalização de Londrina: 1970/2000 – A ação dos promotores imobiliários**. 2007. 203 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2007.

PELLETIER, Philippe. A cidade e a geografia urbana em Élisée Reclus e sua época. In: RECLUS, Élisée. **Renovação de uma cidade, repartição dos homens**. São Paulo: Expressão & Arte/ Imaginário, 2010. p. 9-28.

PRANDINI, Neyde. Aspectos da geografia urbana de Londrina. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Vol. 2. Londrina: Humanidades, 2007. p. 87-113.

QUADRA, Construtora. **Lançamentos**. Disponível em: <<http://www.quadraconstrutora.com.br/>>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

RAGON, Michel. Centre et Architecture. **Urbanisme**, Paris, n. 120-121, p. 77-80, 1970.

RAZENTE, Nestor. Segregação socioespacial nas cidades da Região Metropolitana de Londrina – Paraná - Brasil. **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 137.06, Vitruvius, out. 2011. Disponível em: <[>](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.137/4099)>. Acesso em: 15 jun. 2014.

RECH, Gisele. Zona leste se transforma em novo reduto da classe média de Londrina. **Jornal de Londrina**. Londrina, 8, abr. 2013. Caderno Imóveis. Disponível em: <<http://www.jornaldelondrina.com.br/imoveis/conteudo.phtml?id=1360581>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

REIS, Luis Carlos Tosta dos. Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios em Vitória (ES). In: CARRERAS, Carles; PACHECO, Susana Mara Miranda. **Cidade e Comércio: a rua comercial na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009. p. 177-198.

RIBEIRO, Guilherme da Silva. **A influência do Camelódromo de Londrina sobre o comércio formal de seu entorno**. 2010. 130 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2010.

RIBEIRO, William da Silva. **Descentralização e redefinição da centralidade em e de Londrina**. 2002. 190 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP. 2002.

_____. **Para além das cidades: Centralidade e Estruturação Urbana – Londrina e Maringá**. 2006. 280 fls. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP. 2006.

_____. A redefinição da centralidade em cidades médias: Londrina e Maringá no contexto da reestruturação urbana e regional. In: X COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. 2008, Barcelona. **Anais...** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/37.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

RIGOL, Sergi Martínez. El centro histórico de la ciudad de Barcelona. In: _____. **La cuestión del Centro, el Centro en cuestión**. 1. ed. Lleida-Espanha: Milenio, 2010. p. 215-228.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SECCHI, Bernardo. **A cidade do século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SHIGE HARU, Mariana Alves. **Projeto urbano de integração: Centro Histórico e Marco Zero de Londrina**. 2011. 268 fls. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário Filadélfia – UNIFIL, Londrina. 2011.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia. **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, pp. 21 -71.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **Revista Espaço e Tempo**. São Paulo: GEOUSP, n. 21, p. 15-31, 2007.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOLÍS TRAPERO, Eloy; UREÑA FRANCÉS, José María; RUIZ-APILÁNEZ CORROCHANO, Borja. Transformación del sistema urbano-territorial en la región central de la España peninsular: la emergencia de la región metropolitana policéntrica madrileña. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XVI, n. 420. nov. 2012. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-420.htm>>. Acesso em: 11 maio 2014.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo 1920 – 1939**. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da MetrÓpole: a verticalização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec/ EDUSP, 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, n. 10, p. 1-18, 1991.

_____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A. C.; SEABRA, O. C. de L. (orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 83-99.

_____. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

SUZUKI, Juliana Harumi. **Artigas e Cascaldi: Arquitetura em Londrina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Idealizações de modernidade: arquitetura dos edifícios verticais em Londrina 1949-1969**. Londrina: Kan, 2011.

TAKEDA, Marcos. **As transformações da área central de Londrina: uma outra centralidade**. 2004. 166 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2004.

TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo: três cidades em um século**. 3. ed. São Paulo: Cosac & Naify, Duas Cidades, 2004.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. Centro e Centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, Ana Fani Alessadri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografias das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 277-299.

_____. Do Centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais. In: GITAHY, Maria Lúcia Caira; DE LIRA, José Tavares Correia (Orgs.). **Cidade: impasses e perspectivas**. São Paulo: FAU/Annablume/ FUPAM, 2007. p. 11-28.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA; MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. **Londrina Documenta: Coleção Fotográfica José Juliani**. Londrina: UEL, 2011.

UTFPR-LONDRINA. 2014. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/londrina/o-campus>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

WOLFGANG, Paulo. Inauguração do Camelódromo de Londrina. **Folha de Londrina**, Londrina, 4 set. 2004. Caderno Cidades, p. 3.

YAMAKI, Humberto Tetsuya. **Iconografia londrinense**. Londrina: Edições Humanidades, 2003.

_____. **Labirinto da memória: paisagens de Londrina**. Londrina: Edições Humanidades, 2006.

_____. **Guia do Patrimônio Cultural de Londrina**. Londrina: Edições Humanidades, 2008.

ZANATTA, Igor Fernando Santini. **Segregação Residencial em Londrina: os condomínios fechados horizontais e as áreas subnormais**. 2010. 107 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2010.

ZANON, Elisa Roberta; MAGALHÃES, Leandro Henrique. A trajetória do patrimônio moderno em Londrina: obras de Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi. In: GNOATO, Salvador; MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Arquitetura Moderna em cidades de porte médio, 1940-70**. Londrina: UniFil, 2012a. p. 70-78.

_____. A Rua Sergipe também tem...Arquitetura. In: MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Rua Sergipe: patrimônio cultural londrinense**. Londrina: EdUniFil, 2012b. p. 24-43.

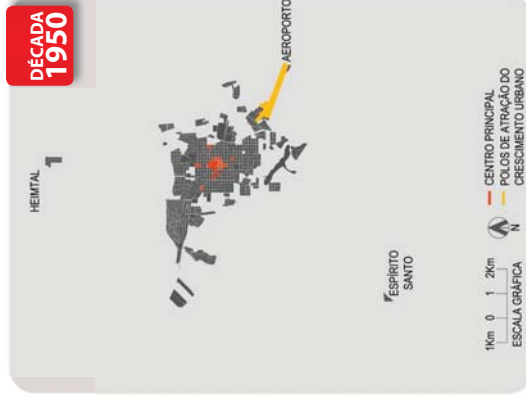
ZUCCONI, Guido. **A cidade do século XIX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

APÊNDICE A

Evolução da Cidade de Londrina

EVOLUÇÃO DO CENTRO E DA CIDADE DE LONDRINA

Fonte: Base Evolução Urbana (PEU)/
Dados trabalhados pela autora.



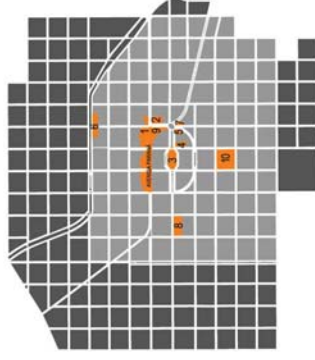
APÊNDICE B

Evolução do Centro da cidade de Londrina

EVOLUÇÃO DO CENTRO DA CIDADE DE LONDRIINA

- PARCELAMENTO INICIAL (PLANTA DE 1932)
- ESPAÇOS PÚBLICOS E INSTITUCIONAIS/ COMERCIAÇÃO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS
- EDIFÍCIOS VERTICAIS

Fonte: Base IPPIUJ. Dados trabalhados pela autora.



DÉCADA 1930

1. CRIAÇÃO DA SEDE DA CNP (COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ)
2. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
3. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
4. CRIAÇÃO DE TÊXTEIS DO SANGREDO (1934)
5. PRIMEIRA ESCOLA FERROVIÁRIA (1933)
6. PRIMEIRA ESCOLA PÚBLICA (1930)
7. PRIMEIRA ESCOLA PÚBLICA (1930)
8. PRIMEIRA ESCOLA PÚBLICA (1930)
9. PRIMEIRA ESCOLA PÚBLICA (1930)
10. COLEGIÓ MARE DE BRÉSIL (1935)



DÉCADA 1940

1. IGREJA MATRIZ EM ALVARIA (1938-1943)
2. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
3. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
4. PRÉDIO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL (1942)
5. RECREAÇÃO ESTÁDIO RODOLFO GABRIEL MARTINS, M. FLORENÇA PEREIRA
6. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
7. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
8. SEGUNDA ESCOLA FERROVIÁRIA (1946-1950)
9. CRIAÇÃO NACIONAL (1941-1944)
10. CENTRO DE SAÚDE DE LONDRIINA (1949)
11. RECREAÇÃO ESTÁDIO RODOLFO GABRIEL MARTINS, M. FLORENÇA PEREIRA
12. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
13. RECREAÇÃO ESTÁDIO RODOLFO GABRIEL MARTINS, M. FLORENÇA PEREIRA
14. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
15. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
16. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
17. SANTA CECÍLIA DE LONDRIINA (1941-1944)



DÉCADA 1950

1. QUARTA ESCOLA FERROVIÁRIA (1948-1952)
2. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
3. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
4. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
5. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
6. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
7. HOSPITAL EMARQUELO (1950-1963)
8. HOSPITAL EMARQUELO (1950-1963)
9. SEM SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL INICIALIZADO EM 1950



DÉCADA 1960

1. CRIAÇÃO DA CATEDRAL METROPOLITANA (1966-1968)
2. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
3. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
4. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
5. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
6. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)



DÉCADA 1970

1. CALÇADO - PRIMEIRO TRECHO (1977)
2. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
3. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
4. EFÍDIO PALÁCIO DO COMÉRCIO (1974)
5. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
6. TERMINAL URBANO NA PRINCEIA AMARÉLIA (1974)
7. URBANIZAÇÃO DA PRINCEIA AMARÉLIA (1974)
8. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
9. SEC. CENTRO
10. GINÁSIO DE ESPORTE (MORIMÁO) (1972)



DÉCADA 1980

1. UNIA FERREIROS/AMARÉLIA (1981)
2. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
3. RECREAÇÃO MUNICIPAL (1981)
4. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (1981)
5. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
6. QUARTA ESCOLA FERROVIÁRIA (1986-1990)
7. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
8. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
9. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)



DÉCADA 1990

1. CRIAÇÃO DA CIDADE DA CRIANÇA (1992)
2. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
3. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
4. CNE TIPO DURO VERDE (2001)
5. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
6. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
7. TORRES EMPRESARIAIS AO LADO DA AVENIDA HIGIENÓPOLIS
8. SHOPPING LUMINO



DÉCADA 2000

1. TIPO DURO VERDE REINICIALIZADO EM 2002
2. CRIAÇÃO DO SÍTIO DO SANGREDO (SANGREDO, 1932)
3. SEDE DA CASA ESCULTURA DA LOM ENCONTRAMENTO ENTRE 2004-2012
4. CRIAÇÃO DA PRINCEIA AMARÉLIA (2008)



DÉCADA 2010

1. CENTRO CULTURAL DO SEC. NO ANTIQ. CEBELIA DE LONDRIINA
2. PALACIO DA IMPLANTACAO DOMINANTO HISTORICO ESTADUAL (2011)